



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS POLÍTICAS, JURÍDICAS Y DE LA COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EN CIENCIA DE LA EDUCACIÓN

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: Métodos Pedagógicos nas
Séries Iniciais das Escolas Públicas Municipais da Ilha de Itamaracá -
Pernambuco - Brasil

Celia Cavalcante do Nascimento Silva

Asunción - Paraguay
2018

Celia Cavalcante do Nascimento Silva

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: Métodos Pedagógicos nas
Séries Iniciais das Escolas Públicas Municipais da Ilha de Itamaracá -
Pernambuco - Brasil**

Tesis de Maestría presentada a la Facultad de Ciencias Jurídicas, Políticas de la Comunicación como requisito parcial para la obtención del título de Master en Ciencia de la Educación pela Universidad Autónoma de Asunción- UAA.

Tutor: Prof^a. Dr^a Olga Gonzalez de Cardozo.

Asunción - Paraguay
2018

Silva, Célia Cavalcante do Nascimento.

Alfabetização e letramento: Métodos Pedagógicos nas Séries Iniciais das Escolas Públicas Municipais da Ilha de Itamaracá - Pernambuco – Brasil / Célia Cavalcante do Nascimento Silva. Asunción – Paraguay, 2017.

133p.

Tutora: Dra. Olga Gonzalez de Cardozo.

Disertación Académica de Maestría en Ciencias de la Educación

1. Alfabetização. 2. Letramento. 3. Práticas pedagógicas.

Celia Cavalcante do Nascimento Silva

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: Métodos Pedagógicos nas Séries
Iniciais das Escolas Públicas Municipais da Ilha de Itamaracá -
Pernambuco - Brasil**

Dissertação de Mestrado apresentada a banca da Facultad de Ciencias Jurídicas , Políticas
de la Comunicación como requisito parcial para obtenção do título de Master en Ciencia
de la Educación pela Universidad Autónoma de Asunción - UAA.

Tesis aprobada en ____/____/____

Tutor: Prof^a Dr^a Olga Gonzalez

Mesa Examinadora

Examinador (a): _____

Examinador (a): _____

Examinador (a): _____

Asunción - Paraguay
2018

Dedico à minha mãe (*in memoriam*), exemplo de força e coragem que sempre demonstrou confiança em mim. Ao meu esposo, filhos e netos pela força e encorajamento que sempre me impressionaram a chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Chegou a hora de agradecer e honrar direta ou indiretamente contribuíram para mais uma vitória em minha vida.

Primeiramente, a Deus com todo meu amor e colaboração que sei que a todo tempo estava mim guinado para que eu chegasse até aqui.

Ao meu marido pelo amor e paciência e incentivo e por acreditar que eu era capaz.

A minha amiga Maria dos Prazeres pelo apoio incondicional e por estar comigo num dos momentos que mais precisei, que Deus abençoe sua vida.

Aos professores do Programa de Mestrado.

A equipe gestora e os professores alfabetizadores das escolas pesquisada, por abrirem as portas para a realização desse trabalho.

A Professora Dr^a Olga González, pela orientação promissora com esse trabalho.

A Professora Dr^a Claudia de Barros Camargo pela prontidão e cordialidade.

A Graça Silva por ter sido mediadora para o meu ingresso ao Mestrado.

E a todos os meus verdadeiros e fies amigos que torceram por mais essa vitória, o meu muito obrigada.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	vii
LISTA DE FIGURAS	viii
LISTA DE GRÁFICOS	ix
RESUMO	x
ABSTRACT	xi
INTRODUÇÃO	1
1 PRESSUPOSTOS, METODOLOGIA DA ALFABETIZAÇÃO	7
1.1 Instrumento para o processo alfabetização.....	12
1.2 Apropriação de método para alfabetização.....	16
1.3 Método analítico.....	18
1.4 Método analítico-sintético.....	20
1.5 A escrita alfabética como fundamental da aprendizagem.....	21
1.6 A leitura e a escrita alfabético nos três primeiros anos dos ciclos de aprendizagem.....	22
1.7 Situação didática em sala de aula na visão do professor alfabetizado.....	23
2 ALFABETIZAÇÃO E SEUS ENTRAVES COMO SUPORTE PARA ENFRENTAR AS DIFICULDADES EM SALA DE AULA	28
2.1 Reflexões das dificuldades.....	29
2.2 Questionamento: porque o tema alfabetização nos primeiros anos de escolaridade exige tanto do professor alfabetizador.....	32
2.3 Práticas sociais como mudança para uma sociedade de letrada.....	33
2.4 Desafio e apropriação da sala de aula para alfabetizar.....	35
2.5 Propostas pedagógicas para minimizar as dificuldades encontradas pelos professores alfabetizadores.....	36
2.6 A ortografia como conteúdo fundamental para alfabetizar.....	38
2.7 Os desafios do professor na sala de aula.....	38
2.8 O pacto nacional pela alfabetização na idade certa.....	41
2.8.1 Avaliação através do Pacto.....	45
2.8.2 O foco em 2016.....	47
2.8.3 A gestão de apoio em 2016.....	49
3 ATIVIDADES E DESEMPENHOS: O DESAFIO A SER VENCIDO	50
3.1 Os desafios da alfabetização para amenizar o sofrimento dos alunos.....	52
3.2 Tipos de recursos para facilitar a alfabetização da leitura e escrita nas séries iniciais do ensino fundamental.....	56
3.3 Os caminhos da leitura e da escrita.....	57
3.4 Características das etapas na construção da escrita por Emília Ferreiro.....	58

3.4.1 Nível 1: Hipótese pré-silábica.....	58
3.4.2 Nível 2: Intermediário.....	59
3.4.3 Nível 3: Hipóteses silábicas.....	59
3.4.4 Nível 4: Silábico-alfabético.....	60
3.4.5 Nível 5: Hipótese alfabética.....	60
3.5 O painel alfabético.....	61
3.6 As perspectivas do aprender ler e escrever.....	63
3.6.1 O desafio de ensinar a ler e escrever.....	64
3.6.2 A aquisição da leitura e da escrita pelos alunos que inicia sua escolaridade.....	66
3.6.3 A leitura e a escrita como uma prática social situado nas séries iniciais como letramento.....	68
3.7 A alfabetização e variação linguística.....	68
3.8 A aprendizagem e as dificuldades para aprender.....	69
3.9 A escola como grande incentivadora para o acontecimento da leitura e da escrita.....	71
3.9.1 A leitura na sala de aula.....	73
3.9.2 O professor e sua participação como medida do incentivo a leitura.....	73
3.9.3 O papel da família no que diz respeito ao desenvolvimento da leitura e da escrita.....	74
4 DESAFIO E INSTRUMENTO PARA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA.....	76
4.1 O sistema nacional de educação aprofundando a compreensão sobre o sistema de alfabetização como desafio de superar à fragilidade que há no ensino público e nas diversas esferas.....	76
4.2 O modelo tradicional de alfabetizar.....	82
4.3 A proposta de articular os três anos iniciais em bloco pedagógico.....	84
4.4 A criança no ciclo de alfabetização: ludicidade nos espaço / tempos escolares.....	87
5 METODOLOGIA DE PESQUISA.....	101
5.1 Objetivo geral.....	101
5.2 Objetivos específicos.....	101
5.3 População.....	102
5.4 Descrição do local de estudo.....	102
5.5- Desenho da investigação.....	103
5.6-Tecnica de coletas de dados.....	103
5.7-Ferramentas.....	104
5.8- Procedimentos de coletas de dados.....	104
5.9-Tecnica de analise de dados.....	105
6- RESULTADO.....	108
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	123
REFERÊNCIAS.....	129
APÊNDICES.....	134

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA	Avaliação Nacional da Alfabetização
CEB	Câmara de Educação Básica
CNE	Conselho Nacional de Educação
FNDE	Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e pesquisa Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério de Educação e Cultura
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PAR	Plano de Ação Articulada
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacional
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PISA	Programa Internacional de avaliação dos estudantes
PNAIC	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certo
PNE	Plano Nacional de Educação
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEA	Sistema de Escrita Alfabética
SISPACTO	Sistema Informatizado de Monitoramento do Pacto
UNDIME	União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Prefeitura de Itamaracá.....	103
Figura 2. Atividade 1º ano (Aluno 1).....	113
Figura 3. Atividade 1º ano (Aluno 2).....	114
Figura 4. Atividade 1º ano (Aluno 3).....	115
Figura 5. Atividade 2º ano (Aluno 1).....	116
Figura 6. Atividade 2º ano (Aluno 2).....	117
Figura 7. Atividade 3º ano (Aluno 1).....	118
Figura 8. Atividade 3º ano (Aluno 1).....	119
Figura 9. Atividade 3º ano (Aluno 2).....	120

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Planejamento - Alfabetização e letramento nas séries iniciais.....	107
Gráfico 2. Dificuldades encontradas pelos professores e atitudes tomadas quando o aluno apresenta dificuldade na aprendizagem.....	108
Gráfico 3. Opinião do professor em relação a alfabetização das crianças	110
Gráfico 4. Satisfação da prática pedagógica e avaliação elaborada.....	111

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar as concepções e práticas de alfabetização e letramento dos alunos do ensino fundamental dos primeiros anos de escolaridade da rede municipal da ilha de Itamaracá - Pernambuco - Brasil. Apesar de tantos estudos acerca da relação entre os professores de alfabetização e letramento nos primeiros anos de escolaridade, a discussão ainda é cercada por dúvidas e incertezas para os educadores. Diante de tantas dificuldades encontradas pelos alunos e professores no que diz respeito ao processo de alfabetização nos primeiros anos de escolaridade, muitas vezes por falta de interesse e estímulo da família e condições e estrutura das escolas, não disponibilizando materiais didáticos suficientes para que esse processo de leitura e escrita aconteça torna-se importante o estudo para descobrir o motivo pelo qual muitos alunos não são alfabetizados dentro do seu ciclo obedecendo a idade/série das escolas públicas da ilha de Itamaracá. Uma vez que há formação dos professores que compõe a rede pública de ensino do município. A partir de 1980, o conceito apresentado sobre alfabetização ganhou novas dimensões, devido aos estudos e trabalho desenvolvido por Ferreira e Teberosky (2011), assim como Soares (2011). Vigotski (2010), Ferreira (2012) Franchi(2012) subsidiaram nossas reflexões. Metodologia que esclarecerá melhor sobre as etapas onde a criança desenvolve antes de chegar ao domínio da leitura e da escrita ou melhor dizendo psicogêneses da leitura e da escrita pois tal aprendizado não podia se manter mais reduzido ao domínio de fazer correspondência entre grafemas e fonemas, ou seja, a alfabetização não pode continuar sendo apenas vista como processo de produção e compreensão de letras e códigos e sim, de decodificação do que está escrito. Portanto o processo de alfabetização passe a ser caracterizado como um processo mais ativo, por meio do qual a criança desde os seus primeiros anos na escola venha ter contato com a escrita e leitura. O mesmo que foi realizado por meio de pesquisa que foi analisado o processo de alfabetização nas séries iniciais dos primeiros anos de escolaridade, com a aplicação de um questionário com 20 questões semiabertas com 20 professores que atuam nos primeiros anos de escolaridades da rede municipal onde os mesmos responderam, quais os processos metodológicos que aplicam na sala de aula para facilitar o ensino-aprendizagem dos alunos e aplicação da formação recebida pelo município para facilitar o ensino-aprendizagem dos alunos do 1º, 2º e 3º ano de escolaridade da rede municipal de ensino.

Palavras-chave: Alfabetização. Letramento. Práticas pedagógicas.

RESUMEN

La presente investigación tuvo como objetivo analizar las concepciones y prácticas de alfabetización y letra de los alumnos de la enseñanza fundamental de los primeros años de escolaridad de la red municipal de la isla de Itamaracá - Pernambuco - Brasil. A pesar de tantos estudios acerca de la relación entre los profesores de alfabetización y letramento en los primeros años de escolaridad, la discusión todavía está rodeada por dudas e incertidumbres para los educadores. Frente a tantas dificultades encontradas por los alumnos y profesores en lo que se refiere al proceso de alfabetización en los primeros años de escolaridad, muchas veces por falta de interés y estímulo de la familia y condiciones y estructura de las escuelas, no ofreciendo material didáctico suficiente para que ese proceso de alfabetización la lectura y la escritura se hace importante el estudio para descubrir el motivo por el cual muchos alumnos no son alfabetizados dentro de su ciclo obedeciendo la edad / serie de las escuelas públicas de la isla de Itamaracá. Una vez que hay formación de los profesores que componen la red pública de enseñanza del municipio. A partir de 1980, el concepto presentado sobre alfabetización ganó nuevas dimensiones, debido a los estudios y trabajo desarrollado por Ferreira y Teberosky (2011), así como Soares (2011). Vigotski (2010), Herrero (2012) Franchi (2012) subsidiaron nuestras reflexiones. Metodología que aclarará mejor sobre las etapas donde el niño desarrolla antes de llegar al dominio de la lectura y de la escritura o mejor diciendo psicogénesis de la lectura y de la escritura pues tal aprendizaje no podía mantenerse más reducido al dominio de hacer correspondencia entre grafemas y fonemas, o es decir, la alfabetización no puede seguir siendo apenas vista como proceso de producción y comprensión de letras y códigos y sí, de decodificación de lo que está escrito. El proceso de alfabetización pasa a ser caracterizado como un proceso más activo, por medio del cual el niño desde sus primeros años en la escuela venga a tener contacto con la escritura y lectura. Lo mismo que realizado por medio de investigación que fue analizado el proceso de alfabetización en las series iniciales de los primeros años de escolaridad, con la aplicación de un cuestionario con 20 preguntas semiabierto con 20 profesores que actúan en los primeros años de escolaridades de la red municipal donde los mismos y en el caso de que se trate de una persona que no sea de su familia o de su familia.

Palabras clave: Alfabetización. Lector. Prácticas pedagógicas.

INTRODUÇÃO

No decorrer da minha vivencia em sala de aula, venho constatando grandes deficiências nas praticas de alfabetização, de leitura e escrita propriamente ditas. Essas constatações advêm de algumas experiências vivenciadas no próprio processo de ensino-aprendizagem, outros mais instintiva, a partir do censo comum, ao avaliar a influência das teorias interligados as metodologia de alfabetização, relacionadas com sua natureza multi determinada e multifacetada. Essas questões preocupa hoje toda sociedade que busca uma educação de qualidade. Por isso justifica-se o objeto de estudo em questão. Uma pesquisa que consiste justamente, na busca de melhor compreensão dos processos de ensino-aprendizagem que circula na rede municipal de ensino nos três primeiros anos de escolaridade.

O problema da pesquisa salienta quais seriam os métodos pedagógicos utilizados pelos professores para alfabetizar influenciam os alunos que inicia seus primeiros anos de escolaridade do ensino fundamental das escolas públicas da Ilha de Itamaracá?

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar os métodos utilizados pelos professores para alfabetizar os alunos nos primeiros anos de escolaridade do ensino fundamental das escolas publicas da ilha de Itamaracá. Seguindo pesquisando os objetivos específicos abaixo relacionados:

a) Identificar métodos utilizados pelos professores para alfabetizar nos primeiros anos de escolaridades do aluno;

b) Descrever as principais dificuldades encontradas pelos professores em alfabetizar os alunos que inicia sua escolaridade na escola publica da ilha de Itamaracá. – PE – BRASIL.

c) Verificar o processo de alfabetização dos alunos e seu desempenho na leitura e escrita nas series iniciais do ensino fundamental e os recursos utilizados pelos professores para facilitar o ensino aprendizagem dos mesmos.

d) Analisar os recursos utilizados pelos professores para alfabetizar os alunos nas series iniciais;

O presente trabalho consta dos seguintes capítulos: primeiro marco teórico que subdivide-se em: pressupostos e metodologia da alfabetização; alfabetização e seus entraves como suporte para enfrentar as dificuldades na sala de aula; atividades e desempenhos, um desafio a ser vencido e; desafio e instrumento para alfabetizar na idade certa. O segundo capítulo trata da metodologia da pesquisa, onde relata o desenvolvimento, lugar e o sujeitos da pesquisa. No terceiro capítulo foi exposto o resultado e análise do questionário aplicado aos sujeitos da pesquisa. Finalmente o quarto e último apresentando as conclusões e recomendações da pesquisa.

Observou-se os aspectos metodológicos com base em dados empíricos, do peso do aspecto didático na eficácia das aprendizagens escolares, normalmente, das práticas de alfabetização.

Os professores incorporam o discurso oficial e as orientações pedagógicas e de cursos de aperfeiçoamento em relação aos procedimentos de alfabetização. As formas de alfabetizar em que são orientadas implicam obviamente em mudanças não só conceituais mas também procedimentais (para não falar metodológico). O que acontece, hoje em dia, é que a metodologia de alfabetização assume dimensões totalmente diferentes daqueles de um modelo tradicional restringindo-se ao chamado método de natureza analítica, sintético ou práticas pedagógicas que tem como base concepções sobre cidadania, uma compreensão do papel social da escrita na vida dos cidadãos, além das contribuições das áreas auxiliares de conhecimento. Assim no modelo tradicional as metodologias e os procedimentos de alfabetização são formas de alfabetizar onde orientam implicando mudanças não só conceituais mas também procedimentais. Desta forma no modelo tradicional restringia-se aos chamados métodos (de natureza analítico, sintético ou misto). No entanto, a concepção sobre o processo de aprendizagem não deve seguir os referenciais sociais pois acreditamos que o conhecimento é para todos que procuram aprender e compreender tudo o que circula sua vida.

A constatação, nas escolas, de uma tendência ao individualismo, por mais que os professores falem de socioconstrutivismo, de interação social, o que a experiência corrente mostra é que nas práticas de alfabetização, elas veem a criança como indivíduo isolado. O que parece acontecer nas salas de alfabetização é que sem métodos, sem intervenções, sem adição do professor, as crianças são deixadas a própria sorte, suas atividades não são direcionadas, a qualidade de suas ações e operações de aprendizagem não é devidamente verificada e vista lançada ao próprio ritmo anima quase apenas pela interação afetiva, parece não haver por parte da criança suficiente desafio para aprender.

Assim, a investigação que orientou esse trabalho pode ser sintetizado no seguinte questionamento: Porque as crianças não estão aprendendo ou estão aprendendo mal, no processo de alfabetização nos primeiros anos de escolaridade? Em outras palavras, que fatores estão interferindo no processo de transposição das propostas de alfabetização pelas formações oferecidas pelo município, proposta adquirida para oferecer ao aluno uma nova visão de alfabetização oferecida pela rede municipal da ilha de Itamaracá?

A observação dos métodos de alfabetização tendo em visto verificar a dimensão que eles assumem na determinação da qualidade do ensino oferecido aos alunos, recorre ao estudo da infância como forma de poder explicar o comportamento humano no geral, justificando que a necessidade do estudo da criança reside no fato dela estar no centro da pré-história do desenvolvimento cultural devido ao surgimento do uso de instrumento e da fala humana. Apesar de não ter alcançado plenamente suas complexas metas, a obra de Vygotsky tem grande importância. O mesmo foi o primeiro psicólogo moderno a sugerir os processos pelos quais a cultura torna-se parte da natureza de cada pessoa.

Para que o professor consiga adequar sua prática pedagógica, as modernas concepções de escrita, é necessário que tenha acesso ao conhecimento produzido pelas diversas áreas, que são auxiliadas ao processo de alfabetização. Cada dimensão reconhecida dessa facetas requer modificação de suas práticas pedagógicas anteriores, ou seja, entra em prática a grande necessidade de fortalecer, a formação profissional do professor, o aspecto didático e as metodologias de ensino.

Com essas considerações, fica claro que essa pesquisa enfoca a problemática metodológica da alfabetização nas séries iniciais, precisamente o ponto que ao nosso ver tem sido desprezado nas recentes propostas pedagógicas tidas como mais avançadas, ou seja tem sido empreendida uma luta acirrada contra a simples decodificação, e conseqüentemente, contra a mera memorização e as práticas mecânicas de professores alfabetizadores diferente das divergências em torno de inovações, em que um método se sobrepunha ao outro, estabelecendo um conforto com a própria ideia de método. É notório que não são apenas os métodos que definem o aprendizado e que não é um único procedimento metodológico que se adequa a aprendizagem de todos os alunos, mas o não enfretamento da questão metodológica faz vir à tona qual o método correto para se alfabetizar e quais os recursos. Assim faz-se necessário não apenas verificar como os professores se apropriam, ou deixar de se apropriar, de conteúdos que propiciam a alfabetização.

A palavra método tanto pode designar um tratado elementar, como um conjunto de princípios pedagógicos, psicológicos ou linguísticos que definem objetivos e meios adequados para atingir os processos de apropriação desses métodos pelos professores podendo sofrer diversas alterações. Se pode entender que sempre o método de alfabetização usado para determinado turma esta ligado a uma vertente metodológica específica.

É certo que grande parte dos professores tem procurado conciliar os métodos que já conhece na tentativa de garantir o trabalho de alfabetizador com a decodificação com inovação pedagógicas atrelados as recomendações pedagógicas dos órgãos oficiais.

É neste âmbito que se inserem esta pesquisa, a isenção nas práticas de alfabetização das escolas da ilha de Itamaracá possibilitando verificar a relação entre o que se propõe nos documentos oficiais e o trabalho efetivamente realizado nas escolas e na sala de aula. A identificação destes problemas resultou em consideração sobre formas e alternativas para melhorar as praticas da alfabetização.

Para o desenvolvimento da investigação em relação às questões postas e visando a articulação teórica-metodológica em torno do objeto de trabalho com elementos da realidade do aluno que não podem ser meramente quantificadas, haja vista que por meio dela, pode-se analisar como as praticas da alfabetização afetam a realidade escolar e como os sujeitos em ação a modificam.

A pesquisa configura-se como uma investigação qualitativa na interação de aprender, com maior profundidade, a realidade estudada. Definida como uma abordagem que busca conhecer o dinamismo próprio da realidade humana, individual e coletiva na ampla dimensão de significados que contem, utiliza-se de dados ricos em pormenores formulados com objetivo de investigar a forma e instrumentos utilizados pelos professores para alfabetizar e suas complexidades em seu contexto natural sem se limitar a tese de hipótese ou operacionalização de variáveis.

A pesquisa busca descobrir e compreender o que esta além da aparência dos dados visíveis e perceptíveis preocupando-se com uma realidade que não pode ser simplesmente quantificada, trabalhando com o universo de diferentes, motivos, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações.

A preocupação da pesquisa qualitativa concentra-se no processo, mais do que no resultado a ser alcançado e por isso privilegiam-se os dados que expressão melhor a realidade estudada, compreendendo a realidade interagindo neste movimento.

O processo de conhecimento das informações sobre a realidade prezam o contato direto do pesquisado com a situação em estudo, o que certamente favorecerá o que a percepção do referencial que os sujeitos utilizam para fornecer significado as suas experiências individuais ou coletivas.

O caráter flexível deste tipo de abordagem permite aos sujeitos responderem de acordo com a sua experiência pessoal, em vez de terem de seguir um padrão de questões previamente elaborada, sendo mais apropriada a pessoa do próprio investigador levar o sujeito a expressar livremente suas opiniões sobre determinados assuntos.

A hipótese é que o letramento escolar guarde em sua essência algo nada diferente do sentido da alfabetização, se considerada a concepção de linguagem como interação verbal e permeando o processo de ensino da leitura e da escrita. Hipótese está intrinsecamente relacionada ao modo como concebemos a alfabetização, o processo de ensino-aprendizagem da leitura e da escrita nos três primeiros anos de escolaridade dos alunos da rede pública e como atividade constitutivo ocorrendo por meio de texto, enunciados produzidos por alguém e dirigido a alguém no dado contexto enunciativo, sob determinados condições, intenções e “modo de dizer” cremos que a condição de alfabetizador do aluno e o resultado de um processo de ensino intencional, deliberado, em que o professor é principal mediador entre a criança e a língua escrita, trabalhando a partir de uma concepção de linguagem.

Para responder ao problema posto, a partir de um objetivo geral, compreender como os professores alfabetizadores estavam constituídos (ou não) do tema letramento nos seus saberes e nos fazeres em alfabetização, definimos os objetivos específicos que orientariam a investigação: conhecer as concepções de linguagem postas em circulação pelo meio acadêmico no mesmo período em que se produziam os estudos sobre alfabetização e letramento escolar; nas últimas décadas; conhecer as vozes que destacavam, ou que pudessem ser inferidos dos enunciados dos professores alfabetizadores sobre alfabetização e letramento.

Assim, o primeiro recorte investigativo, visou a conhecer o estado do conhecimento em alfabetização, e os muitos estudos nas diversas áreas linguísticas, sociolinguísticas, psicolinguístico, pedagogia, não contribuíram para que os professores de alfabetização ensina-se a língua escrita materna de modo a possibilitar o aprendizado do aluno, capaz de ensina-lo nas práticas sociais que exigem o conhecimento mais consequente das atividades discursivas de leitura e da escrita? Ou as novas pesquisas e seus resultados não alcançaram os saberes do professor e seus fazeres em sala de aula, ou

seja, para definir a didática mais adequada, o professor precisa, antes de mais nada, detectar o nível em que se encontra cada aluno para então intervir coerentemente em seu processo de aprendizagem. Deve procurar atingir os alunos e seus níveis de aprendizado, desafiando-os para provocar o avanço. As atividades podem motivar diferentes níveis e em cada criança implicarão uma mudança, ou adequação, da hipótese própria do nível em que se encontra.

No que se refere a aplicação das atividades, a maior dificuldade parece ser justamente, a de desenvolver trabalhos que possam ser compreendidos e acompanhados por todos o que, em uma classe com alunos em diferentes níveis, bastante difícil, mas comuns a classe toda devem garantir a participação dos alunos de níveis pré-silábico e silábico, para que tenham a oportunidade de progredir em seus conceitos.

Não se deve, programar atividades que só os alunos silábico-alfabético ou alfabético passam “resolver” tampouco desafiar apenas os alunos de níveis anteriores, com o risco de desmotivar os que se encontram buscando a melhor maneira de ajudar os alunos a construir sua aprendizagem e adaptar nossa prática metodológicas, a teoria comprovada pelas pesquisas criando situações nas quais a criança possa questionar suas hipóteses e progredir na leitura e escrita.

Em virtude dessa problemática que despertou a vontade de pesquisar o porquê as crianças chegaram ao 3º ano do ensino fundamental sem está alfabetizado.

De forma objetiva, verifica-se o processo de alfabetização e letramento no aproveitamento do ensino aprendizagem nas séries iniciais das escolas de ensino fundamental da ilha de Itamaracá, provando que é possível melhorar a qualidade do ensino aprendizagem, no que diz respeito a alfabetização das crianças nos três primeiros anos de escolarização.

1 PRESSUPOSTOS, METODOLOGIA DA ALFABETIZAÇÃO

O ensino aprendizagem da leitura e da escrita são questões levantadas por todos os professores que atuam nas séries iniciais do ensino fundamental do município da Ilha de Itamaracá em Pernambuco. A aprendizagem e sua aplicabilidade dos conteúdos propostos pela secretaria de educação do município e o programa que vem do MEC.

Talvez um dos mais relevantes fatores do atual fracasso do ensino da língua escrita e leitura nas escolas seja perda de especificidade, um agrupamento da alfabetização em seu sentido mais restrito domínio de um código e das habilidades de utiliza-lo para ler e escrever . A natureza do objeto de conhecimento em construção vem sendo subestimada em relação ao processo de letramento. Entretanto, não se pode garantir a eficácia do aprendizado da norma urbana de prestígio somente através do convívio interno com o material escrito que circula nas praticas pedagógicas, ou seja, do convívio com a cultura escrita (Soares, 2011).

Também, hoje, a aproximação entre letramento e alfabetização tem levado a concepção equivocada de que os dois fenômenos se confundem e ate se fundem. Apesar do trabalho conjunto, interdependente e indissociável, a pratica nos mostra que o letramento e a alfabetização como processo de aprendizagem são processos diferentes: se esta ensinando através de uma contextualização significativa; aquele desenvolvido através de um contexto de praticas sociais de leitura e de escrita desenvolve no aluno um processo de letramento onde a criança tem condição de decodificar o que esta escrito e isto nos demonstra que e possível uma pratica pedagógica que leva em conta um alfabetizar letrando, sem perder a característica de cada fase do processo alfabetizador

Não esquecendo que a diversidade cultural e social do aluno exigem variados procedimentos de ensino. Não se pode esquecer que as características de cada grupo de criança tornam necessárias formas diferenciadas de ação pedagógica durante os processos de alfabetização e letramento.

Gostaria de salientar que esta pesquisa sobre alfabetização e letramento foi toda pautada em uma concepção de linguagem e escrita como atividade constitutiva, linguagem

como prática social e interativa, como um instrumento de elaboração de um contexto de identidade e realidade: dos nossos alunos das séries iniciais do ensino fundamental.

Esse conceito de linguagem levou minha prática na medida em que levei sempre em conta o uso da linguagem feita pelo aluno. Assim tomando sempre a oralidade como ponto de partida, eu procurava levar o educando a considerar diversas realidades fazendo com que assumisse um papel ativo, livre e criador na sua própria aquisição da linguagem escrita. Agente dos processos de alfabetização e letramento e desafiado a refletir a cada momento, sobre suas práticas, o aluno deixa de ser um mero receptáculo da aprendizagem e da cultura e de sua comunidade.

O dia a dia em sala de aula foi mim mostrando que a linguagem, trabalhada no âmbito da alfabetização e letramento, antes de ser usada somente para a comunicação é parte importante da elaboração do conhecimento; antes de ser mensagem, contribui para a construção do pensamento do aluno; antes de ser veículo de seus sentimentos, ideias, emoções, aspirações, a linguagem foi meio do qual as crianças organizavam e informavam suas experiências. Enfim, a aprendizagem da linguagem escrita não foi somente um instrumento inserção justa do aluno entre os outros, foi também em instrumento da intervenção e a dialética entre o professor e aluno (Teberosky, Colomer, 2007).

É necessário explicitar a dialética própria na linguagem, na oralidade da criança, nos seus atos de fala, nas interações dos conteúdos, lembrando que aquisição da escrita e da leitura sempre se deu em um contexto relacionado as experiências das crianças, que se viram como sujeito de suas relações sociais e, portanto, sujeitos de sua relação com o mundo. Os sujeitos, sendo históricos e inacabados, iam se constituindo nas relações sociais e culturais em meio ao processo interrelacionado de ensino-aprendizagem. Tal processo se manifestou em meus alunos por meio do diálogo, um diálogo consciente e crítico com relação a realidade em que viviam (Soares, 2011).

Para explicar o fracasso que ocorre logo no início da escolarização em que grande contingente dos alunos não são alfabetizados estão sendo evocadas, causas de natureza social, econômica, cultural e educacional. O problema é complexo e tem nítidas implicações sócio políticas, pois fracasso escolar, baixo nível econômico da clientela e alta seletividade do ensino estão claramente associados. Como educadora comprometida com os comandos populares, tenho concordado com o fato de que a escola não é apenas um canal de reprodução social. Embora não seja somente da escola que depende a transformação da sociedade, nem por isso devo deixar de unir-me a luta para garantir a todos as crianças o êxito escolar e, sobretudo, aos esforços de reflexão, teorização e prática

que assegurem ao processo pedagógico e eficiência necessária á permanência e ao aproveitamento de todos os alunos. Enfim, um trabalho de qualidade e de efetiva socialização dos conhecimentos acumulados e sistematizados (Tfouni, 1995).

Grande avanço tem sido feitos nessa perspectiva de avanço da alfabetização da idade certa ou nos primeiros anos de escolaridade.

O interesse despertado pelo termo da alfabetização e letramento na rede municipal da Ilha de Itamaracá produzem um aumento significativo da pesquisa. O município tem tentado aprimorar essa inovação conceitual na pedagogia da alfabetização e letramento. Essa investigação privilegia segundo propósito para se apropriar do problema que tanto afligem nossos educadores tentando aproveitar sempre os conhecimentos prévios de cada aluno nas mais diferentes áreas como leitor e formador da sua própria história. Já é uma lição da prática de todos os professores que já se dispõem de sínteses introdutórias, séries e competentes que lhe permitem extrair os princípios fundamentais (psicológicos, linguísticos, sociolinguístico) em que embasar sua ação pedagógica. Não pretendo propor uma nova forma de estudar o ensino-aprendizagem da língua escrita na norma urbana de prestígio, nem receitar nossas técnicas (Soares, 2011).

Meu interesse é o trabalho pedagógico que mostre um alfabetizar letrando que se aproxime do processo material do desenvolvimento psicológico da criança, acompanhado a maturação dos processos cognitivos envolvidos; por outro lado, que não situe esse processos exclusivamente no sujeito alfabetizando, mas nas relações sociais mais complexas que supõem a formação dos conhecimentos como “construção” social e coletivo, estreitamente vinculada ao uso social da linguagem. Essa é a razão pela qual tomo como pressuposto básico que o ensino-aprendizagem da modalidade leitura e escrita se vinculem sempre a processos significativos e interativos: por isso uma proposta que “envolva”(literalmente) a alfabetização na oralidade das crianças dos primeiros anos de escolaridade, no diálogo, nas discussões e contradições (Teberosky, Colomer, 2007).

Não se trata propriamente de voltar a velha tese da escrita como pura representação da expressão oral: trata-se de imergir as primeiras escritas, limitadas por razões técnicas, em um ambiente de rica oralidade, onde esses fragmentos de escrita se contextualizem. É isso não é uma questão de técnica, de procedimento ou de estratégia, mas de métodos, no sentido mais forte desse termo: envolve concepções próprias do exercício da linguagem e do exercício pedagógico, envolve pressupostos e princípios gerais de natureza filosófica e sociológica, envolve atitudes em relação ao processo e aos participantes dele. Em vez de promover ao estatuto de métodos meras táticas e técnicas

(globais, de sentencição, de palavração etc.) revejo - os e revejo procedimentos e estratégias na realidade do dia a dia, que não é estática e dada: é criada numa aprendizagem recíproca pelos participantes do processo professor-aluno.

Meu esforço de generalização da prática tem assim um propósito explícito: ele se dá nesse nível do que se chama métodos deixando aberta aos professores uma variedade de caminhos e experiências.

Cada professor tem sua história pessoal, habilidade e talentos próprios, modos de relacionar-se com as pessoas e qualidades a explorar que respondem melhor a sua iniciativa do que as minhas. A realidade social, pessoal e linguística dos alunos também será outros em cada situação pelo que tanto pelo lado do professor quanto pelo assegurar, em princípio, o sucesso de sugestões técnicas particulares. O problema para o alfabetizador é de como proceder, respeitando as grandes dimensões metodológicas, para sempre reinventar-se como professor e reinventar seus procedimentos.

O que poderia parecer um entrave torna-se um desafio. O professor também se coloca como um aprendiz. Nem sempre ele dispõe de informações satisfatórias prévias sobre a realidade social e linguística de seus alunos nem pode ele para o processo de pesquisa-la tem que desenvolver sua sensibilidade para confiar nela [em todo processo de decisões há uma parte de conhecimentos e (in) formação e uma parte de intuição e improviso] Deve ele dar-se todo ao processo de interpretação da realidade mutável, avaliar os obstáculos e prever os meios de enfrentá-los aproveitar cada passo bem sucedido e saber reconhecer os seus equívocos. Não como quem busca no nada, mas como quem realimenta e reconstrói a ação sobre sua própria história e experiência também sobre a história que constrói cada dia com competência (Soares, 2011).

É impossível, para quem pretende assumir os riscos dessa permanente revisão, fazendo variar procedimentos e estratégias, deixar de ser criativo e crítico. Mas também não pode deixar de ser um observador sensível: no ensino aprendizagem da norma escrita, há muitos aspectos específicos a considerar e não se deve supor que a todas as informações necessárias a práticas já estejam catalogadas e analisadas. Nesse sentido, recomprometendo a noção de pedagogia e revalorizando noção de métodos em um nível mais abrangente e abstrato. É necessário examinar o aprendizado da leitura e da escrita.

Para atender aos propósitos que estabelece a função da alfabetização e seus recursos para que isso aconteça é necessário que o professor assuma o seu papel de alfabetizador e pesquisador, pois é preciso acompanhá-lo e coordená-lo em todos os seus segmentos alfabetizador e sua etapa de desenvolvimento. Também não se deve

desconsiderar uma comparação genética ainda qualitativa entre os recursos dos procedimentos adotados para a aprendizagem da norma escrita, levando em conta os processos a aprendizagem da leitura e da escrita e também levando em conta os processos de alfabetização e letramento, e os resultados conhecidos de uma alfabetização em seu sentido restrito. Em outros termos torna-se fácil comparar os resultados do processo em que envolvem todos os alunos da rede pública municipal (Soares, 2011).

Para justificar essas notas introdutórias relativas aos pressupostos filosóficos e pedagógicos e a metodológica aplicada em sala de aula. Resta fazer uma síntese das hipóteses nas específicas e mais importante para um desenvolvimento da prática para que sirva de base para que seja concretizado.

Um princípio pedagógico elementar é que a prática alfabetizadora se defina sobre um conhecimento, o mais minucioso possível, da realidade dos alunos em que se insere. No caso particular do ensino-aprendizagem da leitura e da escrita, além de uma avaliação da realidade socioeconômica, esse conhecimento envolve um exame cuidadoso da linguagem da criança.

O ponto de partida é a consciência de que essas crianças já possuem em “saber” extremamente complexa da língua e dos múltiplos recursos expressivos nela contidos, de que se servem na expressão e comunicação oral.

Temos que está atento para essa peculiaridade. Além desses aspectos, mas estritamente linguísticos (Emílio Ferreira). Chamou a atenção dos alfabetizadores para alguns aspectos cognitivos. É preciso levar em conta, também, o “saber” das crianças e respeito da própria escrita, como elas a concebem, com as propriedades específicas identificam nos objetos da escrita. Algumas respostas a esse questionário direto com as professoras e alunos sobre o pressuposição de que o professor deve programar atividades visando ser, não uma homogeneização da classe, pelo menos uma aproximação das crianças aos níveis de maior avanço na conceituação que os alunos fazem sobre a escrita. Em fases preparatórias que incluem os cuidados de conhecimento da realidade social, linguística e cognitiva das crianças e descrevem estratégias e avaliação nessas condições preliminares, quanto no preparo dos alunos, levando-se em conta um ambiente letrado (letramento). Embora não acertando reduzir esse preparo para a alfabetização a uma questão de “maturação” ou “prontidão” não deixa de cuidar do desenvolvimento e habilidades motoras e perceptivas indispensáveis as tarefas de discriminação e reprodução e sequências didáticas alfabéticas para que se concretize a alfabetização.

1.1 Instrumento para o processo alfabetização

O processo de instrumentação para a escrita, isto é, da fase de alfabetização em seu sentido mais restrito. Considerando que o processo de aquisição da técnica da grafia é necessariamente restritiva em relação a riqueza da linguagem oral dos alunos, com base da alfabetização e como mediação inicial necessária, uma forte correlação entre a oralidade e a escrita. Fragmentos de escrita, desde os princípios passos da (alfabetização) em uma atividade dialogada em que se tornem sempre carregados de significação e se contextualizem como requer o letramento.

O professor, as vezes, no seu esforço de preparo da aula, planeja as atividades em todos os seus detalhes. O preparo para as atividades dos alunos em cada ciclo de aprendizagem é necessário utilizar ou traçar métodos que facilite essa aprendizagem. É natural que para alfabetizar é necessário conhecer bem a turma e o conhecimento prévio do conhecimento do aluno e seu mecanismo de desenvolvimento intelectual. Imaginamos, as vezes, que as atividades se desenvolvem melhor quando dispomos de um sofisticado material de apoio esquecendo que as caixas de papelão, as tampas de refrigerantes tem um grande valor no processo importantíssimo material de transformação facilitador para mostrar a criança o formato da caixa, as palavras que nela contem e todas as informações que facilita o processo de alfabetizar pois são objeto do dia a dia da criança.

Planejar não é prever uma rotina, mas um ato de imaginação e coordenar e saber criar as condições para uma atividade conjunta em torno dos problemas que o professor prevê e que ele sabe adequados aos objetos que se propõe, aproveita-se dos movimentos dinâmicos desse processo participativo em que cada um se situa com suas peculiaridades. Nesse processo, mesmo quando decide, o professor não responde mais a um problema ou necessidade que somente ele tem: decide sim, mas sobre uma questão que já se tornou uma questão para todos.

O que temos nos dias atuais no nosso país, segundo recentes avaliações, são patamares inaceitáveis de analfabetismo, e o que é mais grave, o aluno saindo do nosso sistema de ensino e que, no entanto, não conseguem ler e escrever um texto simples após quatro ou cinco anos de escolaridade.

Não é raro ouvimos da boca de pais e professores as ideias de que “antigamente as crianças aprendiam a ler e a escrever com facilidade” ou ainda” no meu tempo é que era bom: a gente aprendia a escrever o alfabeto e se não soubesse, tinha que repetir cem vezes

no caderno” ou mais comum ainda” a culpa é desse método moderno” os alunos não aprendem!

Salientando que nossa intenção não é fazer a defesa da volta dos métodos tradicionais de ensino da língua ou da utilização de práticas que tratavam, e ainda tratam, o aprendizado da língua materna de forma fragmentada e descontextualizada. Entendemos, porém ser necessário conhecer alguns métodos de alfabetização e refletimos sobre seus limites e possibilidades, ajustando-os as mudanças conceituais produzidas pelas pesquisas e as exigências da sociedade contemporânea. É pertinente e urgente ainda pensar sobre a necessidade de organizarmos estratégias ordenadas e sistematizadas para o ensino e a aprendizagem do sistema de notação alfabética, já que esse é um objeto de conhecimento que tem suas especificidades.

Soares (2011) propõe um tema oportuno para o debate: a perda de especificidade do processo de alfabetização nas práticas escolares. A argumentação que desenvolve para tratar o tema parte do pressuposto de que a aprendizagem da leitura e da escrita é um processo que se faz por meio de duas vias, uma técnica e outra que diz respeito ao uso social. Não seria recomendável considerá-los de forma dissociada, já que essas se estruturam uma simultânea a outra e mantêm entre si relações de interdependência. O que Magda Soares nos ensina é que, de uma técnica que consiste, entre outras coisas, em levar o indivíduo a ser capaz de estabelecer relações entre sons e letras, de fonemas com grafemas. Segundo Soares (2011), defende que o domínio dos princípios técnicos da escrita alfabética supõe compreender, sobretudo, que as representações gráficas estão associadas ao som que elas representam, aprender a pegar no lápis e, ao mesmo tempo, que no ocidente, se escreve da esquerda para a direita, e de cima para baixo, na quase totalidade das situações.

Por outro lado, o aprendizado da técnica só fará sentido se ele se fizer em situações sociais que propiciem práticas de uso. Não adianta aprender uma técnica e não saber usá-la, afirma Soares (2011). Nesse sentido, o uso social é que dá sentido ao domínio da técnica.

No entanto, o domínio da técnica (relacionar som, grafia, reconhecer letras, codificar, usar o papel, usar o lápis etc.), mas também o domínio do uso nas práticas sociais, as mais variadas, importam em duas aprendizagens distintas, em termos de processos cognitivos e de objetos de conhecimento. Esses processos são distintos, mas indissociáveis, porque as duas aprendizagens se fazem ao mesmo tempo, uma não é pré-requisito da outra.

Nessa perspectiva, diferentes pesquisas têm demonstrado que é possível e necessário alfabetizar com uma diversidade de todo uso social, seu uso de cartilha, incentivando os alunos a produzir e a interpretar textos de circulação social, estimulando-os a compreender seu uso, colocando enfim os aprendizes em interação entre si, de tal forma que todos os alunos possam ditar textos, corrigir, refazer seus textos e os de seus companheiros.

Ao professor cumpriria organizar e socializar as informações que os alunos trazem consigo e, progressivamente, criar as situações necessárias em que eles assumam os papéis de leitor e de escritor.

As recentes investigações alertam ainda que apropriar-se de tal objeto de conhecimento, fazendo uso das suas práticas sociais, requer da escola, e não somente dela, um lugar específico para se pensar a língua escrita e a leitura das crianças que atuam nos três primeiros anos de escolaridade da rede municipal de ensino.

Diferentemente, a escola tem desenvolvido práticas alfabetizadoras que se estruturam com base em uma lógica linear e sequencial, segundo a qual só se possa aprender uma coisa ao se aprender outra. Primeiro se aprende as primeiras letras e sons de cada uma, depois é que se aprende seus usos por práticas sociais. Ou então, ao revés, as práticas alfabetizadoras mergulham direto nos usos, esquecendo-se de considerar as especificidades do processo de apropriação do Sistema de Escrita Alfabética (SEA), processo esse que Soares (2011) nomeia de “desinvenção” da alfabetização.

Defendemos a ideia que essa razão da crítica aos métodos de alfabetização, protagonizada por certo discurso didático-pedagógico, terminou-se por se “desconstruir” a ideia, inscrita na tradição da educação escolar e da formação de professores no país, de que “não seria preciso haver método de alfabetização”, julgando-se importante, em substituição, o contato com material de leitura e de escrita. Soares (2011) argumenta que “por equívocos e por inferências falsas passou-se a ignorar ou a menosprezar a especificidade da escrita”, indicando que a concepção construtivista de ensino e aprendizagem ajudou a difundir erroneamente tais ideias.

Com efeito, alfabetização é um processo de construção de hipótese sobre o funcionamento do sistema alfabético de escrita para aprender a ler e a escrever, o aluno precisa participar de situações que o desafiem, que coloquem a necessidade da reflexão sobre a língua que o leva enfim a transformar informações em conhecimento próprio. É utilizando-se de textos reais, tais como lista, poemas, bilhetes, receitas, contos, piadas, entre outros gêneros, que os alunos podem aprender muito sobre a escrita.

Por que é tão difícil, põem apesar de os conhecimentos aqui abordados já serem tão difundidos e repetidos por professores e professoras, criar as condições para que esse processo de maneira favorável a esse que estão implicados nessa “batalha” alunos e professores.

Batista (*In*: UFMG, 2003, p. 22), em um texto recente, tece algumas considerações sobre a questão do método dentro de uma perspectiva que relaciona as dimensões macro e micro escolares que julgamos importante recuperar aqui, uma vez que elas ajudam a batizar a abordagem que pretendemos adotar para tratar as questões dos métodos alfabetizadores utilizado pelos professores das séries iniciais da rede pública da Ilha de Itamaracá.

Seria ótimo se os problemas da alfabetização no país pudessem ser resolvidos por um método seguro e eficaz. Mas as metodologias mesmas não são suficiente para assegurar resultados positivos, pois dependem sempre do professor, de sua sensibilidade para interpretar as necessidades dos alunos particularmente daqueles que apresentou dificuldades no processo de aprendizagem. Dependem também de uma organização coletiva da escola e das redes de ensino, por meio dos quais são definidos os patamares mínimos de aprendizagem numa série ou ciclo estabelecendo formas diagnósticas e desenvolvidos processos de intervenção.

As reflexões são, sem dúvidas pertinentes, por nos levar a entender que a questão do método de alfabetização não pode ser tratado de forma isolada nem separada do contexto mais ampla (a escola, as redes de ensino, a sociedade), em que se situa. Elas têm o mérito ainda de por em releve o papel que o professor tem a desempenhar na busca de resultados positivos e que, exige do docente sensibilidade para agir como interprete das necessidades dos alunos (particularmente daqueles que apresentou dificuldades no processo de aprendizagem). Esta ideia nos leva direto as proposições atuais do alfabetizar letrando, implicando que tratamos da questão do método de alfabetização, na sua perspectiva micro escolar. Essa proposição situa a questão no plano da reflexão sobre a sala de aula e sobre o desenvolvimento das atividades de classe, com as suas especificidades. Situam-na ainda no plano da reflexão sobre as unidades menores que compõem o nosso sistema de escrita (palavra, sílabas, letras), não necessariamente nessa ordem: no plano do desenvolvimento das capacidades de análise fonológica das palavras, etc., isso sem perder de vista o sentido do que é ler e escrever e o fato de que os textos que circula no espaço escolar podem e devem ter vinculação com as práticas sociais de leitura e escrita.

Esse parece ser um desafio para a organização do trabalho do professor alfabetizador. Como bem aponta Batista (*In*: UFMG, 2003, p. 22), o desafio coloca

problemas de concepção e de organização escolar que necessitam ser enfrentados coletivamente.

[...] é preciso que as redes de ensino enfrentem três problemas que tem evitado enfrentar: o professor alfabetizador precisa ser um dos mais capacitados da escola (ele precisa portanto de uma adequada formação) precisa também ser um dos mais valorizados da escola (ele precisa portanto de um estatuto diferenciado; é necessário reorganizar a escola e os tempos destinados ao trabalho coletivo, em equipes de professores e coordenadores). O professor não é o dono de sua sala, mas alguém que responde, com o conjunto da escola, pela alfabetização de suas crianças.

Textos reais para alunos reais que necessitam conhecer e se apropriar desses instrumentos da nossa sociedade para conhecer e dar sentido ao mundo.

1.2 Apropriação de método para alfabetização

Para melhor contextualizarmos nossa discussão, apresentaremos a seguir, os principais métodos de alfabetização repertoriados pela literatura. Tal conhecimento é importante para que nos apoiemos na história para conduzirmos nossos rumos e traçarmos novas metas e estratégias de ensino. Sem o interesse de sermos exaustivos, traçaremos as características de cada um e algumas considerações sobre seus limites, como o objetivo de responder a questão que estamos examinando. Achamos conveniente, antes de apresentarmos alguns dos métodos mais utilizados, começarmos por definir melhor o que entendemos por métodos. No sentido amplo, método é um caminho que conduz a um fim determinado. O método pode ser compreendido também como maneira determinada de procedimento para ordenar a atividade, a fim de se chegar a um objetivo. No campo científico, ele é entendido como um conjunto de procedimentos sistemático que visa ao desenvolvimento de uma ciência ou parte dela. No sentido aqui empregado, o método de alfabetização compreende o caminho (entendido com direção e significado) e um conjunto de procedimentos sistemáticos que possibilitam o ensino e a aprendizagem da leitura e da escrita. Assim precisamos explicitar que não temos a intenção de negar a importância dos métodos. Ao contrário, acreditamos que o ensino sistemático do sistema alfabético é não só desejável como também necessário.

Vejamos então os métodos de alfabetização mais utilizados em movimento históricos no Brasil. A grosso modo, podemos afirmar que os métodos de alfabetização se dividem em três grandes grupos: os métodos sistemáticos, os métodos analíticos e os métodos analíticos sintéticos. Por serem construções heterogênicas, esses grandes grupos possuem, cada uma, variações que denotam seu dinamismo.

Métodos sintéticos são os métodos que preveem m o início da aprendizagem a partir dos elementos estruturalmente “mais simples”, isto é letras fonemas ou sílabas, que através de sucessivas ligações levam os aprendizes a ler palavras, frases e textos. Ou seja, parte-se das unidades menores (letras, fonemas ou sílabas) para passar analisar unidades menores (palavras, frases, textos). Propostas de ensino baseadas nesses métodos partem do pressuposto de que a aprendizagem é mais fácil quando se parte das unidades mais elementares e simples (em geral sem sentido), para em seguida apresentar unidades inteiras e significativas, ou seja, acredita-se que as coisas mais simples do ponto de vista psicológico.

A ideia de que o treino do nome das letras era pré-requisito para a aprendizagem da leitura fundamental a técnica da soletração, em que os alunos pronunciavam os nomes das letras, unindo-as em sílabas e depois em palavras (bê com a, BA, BA com La, bala). A crítica a esse modelo de alfabetização fez-se no próprio interior da perspectiva sintética. Os adeptos dos métodos fônicos acusaram que tal procedimento artificializava o processo, criando problemas na valorização das palavras (os nomes das letras não correspondiam aos sons que ela representavam). Assim, os defensores dos métodos fônicos adotaram o pressuposto de que cada letra dispõe de certa autonomia fonética e se baseia nas intenções fonéticas da criança e sua capacidade de imitação de sons específicos.

Segundo Roazzi, Leal e Carvalho (1996, p. 8):

Basicamente, trata-se de fazer pronuncia as letras, aprendidas uma de cada vez, de acordo com seu valor fônico, como se pronunciam enquanto unidades de palavras. Desta forma, o método fônico possuiria a vantagem de não criar interferências entre o conhecimento dos nomes das letras e o conhecimento do som correspondente. Apesar do avanço apresentado pelo método alfabético, não são eliminados os problemas do mecanismo e repetitividade da aprendizagem obrigando ainda a criança a estar longe por um longo período de tempo dos significados das palavras e dos textos, verdadeiros objetivo da aprendizagem da leitura.

Acrescentamos a essa preocupação com a passividade do aluno diante da aprendizagem do sistema de escrita. Se prestarmos atenção a língua falada, é fácil percebermos que essa se apresenta como algo que flui continuamente. Esse fluxo sonoro dificilmente apresenta intervalo entre as palavras. Concebemos que é a exposição a situação de reflexo sobre as palavras que pode ajudar aos alunos e professores no processo de alfabetização a perceber essas unidades menores.

Os métodos silábicos também podem ser lembrados nesse processo. As abordagens nos métodos silábicos promovem o ensino, de memorizar padrões silábicos (partindo dos mais simples, com estrutura consoante, vogal) e depois, a uni-los em

palavras. Nesse sentido, os alunos só eram chamados a formar palavras que fossem compostas dos padrões silábicos trabalhados. A concepção básica é que a aprendizagem ocorre por memorização, bem como a alfabetização também assim ocorre.

Em conclusão as abordagens sintéticas parecem ignorar, definitivamente, o caráter significativo da escrita no seu processo de aquisição, o que provavelmente implica uma desmotivação para tal aprendizagem, além de não contribuir para auxiliar a criança a perceber a funcionalidade desse objeto para o cotidiano.

1.3 Método analítico

Os métodos analíticos são aqueles que propõem um ensino que parte das unidades significativas da linguagem isto é, palavras, frases ou pequenos textos, para depois conduzir análise das partes menores que as constituem (letras e sílabas).

Para Roazzi, Leal e Carvalho (1996, p. 9):

Análise das unidades mais simples e elementares das palavras não é feita fora do significado que estas partes contribuem para formar. Estes métodos se fundamentam no fato de que os mecanismos formais da leitura não são necessários nas fases iniciais, podendo até tornarem-se um obstáculo. Nessa abordagem, concebe-se que a habilidade da criança em existir o sentido do mundo da escrita implicitamente a capacitara a utilizar seus mecanismos. A explicação lógica do método analítico é que a criança não reconhece que as letras representam unidades de sons, de forma que o inteiro conjunto de letras é ensinado em sua totalidade como se representa-se uma palavra específica.

No ensino que parte das palavras, coloca-se a criança diante de um conjunto de palavras que elas reconhecem globalmente, através da memorização, e, aos poucos, quando a criança aprende uma pequena quantidade de palavras, essas são apresentadas em combinações diferentes para construir sentenças significativas. Após as crianças dominarem um conjunto de palavras de forma estável, passa-se a enfatizar que os símbolos das letras representam determinados sons específicos.

Cada fonema passa a ser trabalhado até que a criança se torne capaz de operar conversões letras sons de maneira quase automática.

De modo similar, nos métodos que se parte de sentença propõem-se que os alunos memorizem sentenças e façam a reconhecer parte dessas sentenças em outras sentenças. Assim esse método prevê, no início da aprendizagem, um período bastante longo dedicado a atividade de memorização de unidade estruturalmente mais complexas da língua escrita (palavras e frases), para somente em seguida, através de um processo

espontâneo de descoberta, as crianças passarem a subdividi-las e a prestar atenção as suas peculiaridades (fonemas, sílabas e letras).

Por sua vez, a partir das letras e sílabas aprendidas, a criança passaria a ler e escrever outras palavras e frases ainda não memorizadas. Dessa forma, a criança alcançaria uma compreensão da correspondência entre sons e letras (fonemas/grafemas) e em seguida, tornar-se-ia capaz de ler qualquer palavra nova, através de um processo de análise e síntese. Nessa perspectiva, concebe-se que nos métodos analíticos parte-se das palavras das frases e textos. A partir dos interesses das crianças. A análise da criança acerca da estrutura da palavra e seus elementos componentes será realizada neste ponto de vista, alguns meses depois em função de um interesse “espontâneo” da criança.

Lembrando que um dos primeiros pedagogos a fornecer uma definição e caracterização desse tipo de perspectiva foi Nicholas Adams em 1787 (*apud* Titone, 1963, p. 102):

Quando você quer fazer conhecer um objeto a uma criança, por exemplo, um vestido, passou pela vossa mente mostrar-lhe separadamente as mangúas a frente? Não, certamente pelo contrário, você mostra o vestido todo e diz: eis aqui um vestido. E também desta forma que as crianças aprendem a falar; por que não fazer o mesmo para ensinar a ler e escrever.

Na proposta de Adams, fornecidas a criança palavras conhecidas e com certa conotação emocional, como momento, propor, prato etc. Aos poucos, aumenta-se o número de palavras e pede-se a criança para discriminar entre eles.

A experiência era convencer que o pequeno aluno nos seus primeiros anos de escolaridade necessitava de muito menos tempo para conhecer estas seis palavras, do tempo que seria necessário para torná-la capaz de distinguir com segurança um /a/de um/b/ou de um /c/ quando ele estiver em sua caixa, duas ou três dúzias de folhas de papel. Escreva novamente estas mesmas palavras em cartas de jogos iguais e procede que a criança emparelha as folhas com as cartas correspondentes; em muito pouco tempo as folhas de papel se tornarão inúteis, e só o aspecto das letras que compõem as palavras será suficiente para lê-las.

A leitura deve se tornar ocasional, a necessidade de sua aprendizagem deve aparecer com o propósito, de uma necessidade da criança, deve responder aos seus interesses. A comparação (entre sílabas e letras iguais) se estabelece espontaneamente, sem precisar que o professor intervenha insistindo sobre o fato de que para ter todo o seu valor e necessidade que seja estimulado na criança para esse processo alfabetizador flua com segurança e autonomia dos conteúdos para cada aluno em seu ciclo de aprendizagem.

1.4 Método analítico-sintético

Os métodos analítico-sintéticos partem de um processo que começa em um estágio de conhecimento global (palavras, frases, textos), para logo em seguida, passar a um estágio analítico-sintético, caracterizado pela decomposição das palavras em letras ou em sílabas.

Esses métodos derivam de um modelo de aprendizagem que, apesar de partir de conjunto complexo da linguagem escrita, como palavras ou frases breves, focaliza sua atuação de forma mais específica, nas frases de análise-síntese. Do ponto de vista cognitivo, estas fases são consideradas como as mais complexas e difíceis para a criança, conseqüentemente, estas fases de análise-síntese devem ser dentro dessa perspectiva metodológica, organizadas de forma sistemática sem deixa-los à mercê de descobertas ocasionais e espontâneas por parte das crianças. As crianças são guiadas de forma intencional, através de exercícios sistemáticos e de ajuda direta. Na prática, é necessário que sejam escolhidas algumas palavras, frases ou texto simples, cuja análise, comparação e síntese, praticadas simultaneamente desde o começo, devem fazer conhecer a criança, na sucessão desejada, os elementos da língua que lhe permitem aprender os mecanismos da leitura.

Entre as variações do método analítico-sintético, encontramos a palavração. Com ele, o aluno aprende palavras e depois as separa em sílabas para com estas formas novas palavras. Um exemplo bem próximo de nos é o chamado “método Paulo Freire”. Ele consiste em um método de palavras global não-fonético, no qual as palavras são selecionados dentro do universo vocabular dos alunos. Paulo Freire inovou quando propõem alfabetizar adultos partindo de palavras que estivessem fortemente ligados a sua realidade. Um dos seus métodos esta em reconhecer que a relação efetiva com as palavras impulsiona a aprendizagem. Não há duvidas de que a conotação política e libertaria do trabalho de Paulo Freire fizeram dele um dos educadores mais conhecido no Brasil e no mundo.

Alertamos, ainda, que não há na maior parte dessas propostas, preocupação com a inserção dos alunos em eventos em que escrita apareça de forma dinâmica, com textos lidos ou escritos para atender a diferentes finalidades sociais. A alfabetização na perspectiva do letramento não é, assim, foco de reflexão e, conseqüentemente, de ação pedagógica.

Consideramos esses limites, propomos não uma rejeição ao uso de métodos, e sim, como diz Soares (2011), uma reinvenção da alfabetização, com estratégias didáticas sistemáticas para ensinar os alunos a ler e a produzir texto com autonomia.

Acreditamos, porém, que o professor necessita trilhar um caminho em que ele seja capaz de compreender que a memória das situações de produção do discurso oral e escrito é nova e estranha aos alunos. Na fase inicial da alfabetização exige novas construções e organização do professor em sala de aula. Exigem, portanto, o domínio de práticas e métodos pedagogicamente ajustados aos contextos em que, para que a por que se aplicam. Exige ainda a capacidade de organizar sequência didática específicas a apropriação do sistema de escrita alfabético, buscando, sempre que possível, incluir as práticas e usos sociais da nossa língua. Nunca é demais lembrar que a apropriação do sistema de escrita alfabética comporta especificidades que demandam um professor com capacidades de entender que aprendizagem da leitura e da escrita se faz, por exemplo, se o aluno reconhecer as relações entre fonemas e grafemas. Estamos assim retornamos a questão inicial proposta com propriedade e sabedoria.

Ora, absurda é não ter método na educação. Educação é por definição, um processo dirigido a objetivos. Só vamos educar os outros se quisermos que eles fiquem diferentes, pois educar é um processo de transformação das pessoas. Se existem objetos, temos de caminhar para eles e, para isso, temos de saber qual é o melhor caminho. Então, de qualquer teoria educacional tem de derivar um método que de um caminho ao professor. É um folha inferência acha que a teoria construtivista não pode ter método assim como é falso o pressuposto de que a criança vai aprender a ler e escrever só pelo convívio com texto o ambiente alfabetizador não é suficiente.

Soares (2011) afirma o que acreditamos para pensarmos a prática e a metodologia de alfabetização, sem termos medo de nos apoiar nos conhecimentos que já dispomos para tornar eficaz o aprendizado da leitura e da escrita na escola.

1.5 A escrita alfabética como fundamental da aprendizagem

É muito gratificante, para uma professora, ver quando o aluno dá o estalo. É super emocionante. Parece uma coisa mágica, aquele aluno que venha fazendo as tarefinhas decorando as famílias (silábicas), mas que a gente ainda não ensinou. É verdade que ele escreve com erros, mas é uma nova fase. Eu acho natural se ele não escreve tudo certo.

Quando o aluno dá o estalo a gente fica tranquilo, porque sabe que ele vai fechar o ano alfabetizado ou bem avançado.

O problema é que nem e que nem todos conseguem isso. Mas é muito emocionante, quando a coisa acontece (Depoimento da professora Marta, professora da alfabetizadora da Escola Marechal Costa e Silva).

Apesar de muitas vezes serem levados apenas a copiar e a memorizar coisas, os alfabetizados crianças, jovem ou adultos pesam, sim enquanto, por exemplo, estão copiando e memorizando os traçados das palavras ou sílabas que são apresentadas, vão realizando, solitariamente, todo um trabalho cognitivo, interno, de resolução de um enigma desvenda como a escrita alfabetiza funciona.

E finalmente, para surpresa de quem só lhe pedia para copiar e repetir coisa dados prontas, acontece algo aparentemente misterioso: o aluno começa a entender como as letras se combinam e passa a escrever de um modo bem próximo do convencional.

É preciso perceber, contudo que essa conquista não só de um professor, é de toda comunidade escolar que se preocupa com o ensino aprendido dos alunos que faz parte do ciclo de aprendizagem do 1º ciclo de alfabetização e letramento do município juntamente com os programas de mediação para fazer chegar essa atuação de alfabetizar todos os alunos das séries iniciais. Ou os que atuam nos três primeiros anos escolaridade.

1.6 A leitura e a escrita alfabético nos três primeiros anos dos ciclos de aprendizagem

Diante de tantas pesquisa e perguntas e resposta anteriores a essa abordagem vamos acrescentar algumas complexidade do processo para que o aluno seja alfabetizado dentro de aprendizagem para compreendermos ainda mais a complexidade de ensino desse objeto, reativamos nossa consciência de que a aprendizagem não se da num mesmo ritmo para todos os aprendizes e que eles não percorrem exatamente os mesmos caminho. O próprio conjunto de conhecimentos construídos anteriormente ao ingresso á escola não é uniforme. Alguns alunos chegam á sala de aula já tendo certo familiaridade com as letras, sabendo nomeá-las e, alguns, ate entendendo a lógica de função dessa letra para formar palavras; outros chegam sem compreender que os símbolos que usamos letra) são convenções sociais e acham que podem escrever com rabiscos ou mesmo com desenho, conforme sua compreensão de leitura da palavra.

Assim para exercem as nossas funções de professores alfabetizadores, é preciso que tivéssemos muitos tipos de saberes. São articulados vários situações: (1) o que é alfabetização, articulando tal conceito ao de letramento para garantir, de fato, a formação de alunos, leitores e produtores de diferentes especiais de texto; (2) o que é esses objeto de

ensino, a escrita alfabética, além de compreendermos o que é texto, gênero textual e termos concepção clara sobre os princípios gerais que adotamos no processo de ensino e de aprendizagem (3) quais são as hipóteses que os alunos elaboram e, conseqüentemente, o que sabem e não sabem ainda sobre a escrita alfabética, sabendo diagnosticar com clareza o grau de conhecimento que possuem sobre o sistema, além de conhecermos o grau de letramento desses alunos e o tipo de evento de letramento de que fazem parte (4) os percursos que fazem na apropriação desse sistema e as estratégias de aprendizagem que utilizam articulando a aprendizagem do sistema às aprendizagens gerais sobre o funcionamento da língua e sobre os textos; (5) os tipos de intervenções didáticas que são utilizados para ajudá-lo a percorrer esses caminhos, para que a alfabetização seja concretizada. A escrita que, sem dúvida, merece uma atenção igualmente importante e intensa.

Dentro das habilidades que precisam ser desenvolvidas pelos professores, podemos elencar como uma das mais relevantes e difíceis, a de identificar as necessidades de cada aluno e atuar com todos ao mesmo tempo. De fato, se entendemos o que cada aluno já sabe e soubermos escolher as melhores opções didáticas para cada um deles, teremos percorrido um longo caminho na nossa profissionalização. Se, além disso, soubermos atuar com todos eles ao mesmo tempo, atendendo as diferentes demandas e auxiliando-os, teremos construído um belo perfil enquanto professor alfabetizador.

1.7 Situação didática em sala de aula na visão do professor alfabetizado

Foi verificado que as atividades em pequenos grupos são especialmente importantes, por propiciarem, de modo mais intenso, trocas de experiências entre os alunos, levando-os a compartilhar saberes, a levantar questões e respostas que os alunos escolarizados nem sempre se propõem. Nesse modo de organização, podemos realizar atividades unificadas, ou seja, cada grupo trabalhando independentemente, mas realizando a mesma tarefa, ou atividades diversificadas, em que cada grupo tem uma tarefa a ser cumprida. Um exemplo de atividade em pequeno grupo foi contada pela professora, do 1º ano do 1º ciclo da escola Elizabeth Regina do município da Ilha de Itamaracá. Segundo ela, a turma foi dividida em cinco grupos de quatro crianças. Cada grupo recebeu uma cartela com as letras do nome de uma figura. Elas tinham que tentar colocar as letras na ordem correta.

As crianças, em grupos, podem trocar informações e comparar diferentes hipóteses. Se há criança que já tem repertório razoáveis de consoantes, e estão começando a utilizar algumas delas e outras crianças que estão utilizando vogais mais frequentemente, podemos assistir a boas discussões, quando forem decidida onde colocar as letras com as crianças já recebem as letras da palavra e são orientado a usar lados elas, é possível que as discussões ocorram.

Propostas assim são boas para as crianças que estão utilizando consistentemente ou algumas vezes uma letra para cada sílaba (alunos em hipóteses silábicas e silábico-alfabética), pois indicam que não é possível resolver a tarefa apoiando-se nessa hipótese, e para as crianças do nível pré-silábico, para que percebam que a ordem das letras é importante para a escrita das palavras e para que percebam que precisam prestar atenção a pequenas partes das palavras para decidir que letras deve utilizar. Para que elas percebam isso, é necessário que a professora esteja circulando pela sala e fazendo perguntas que evidenciam tal princípio do sistema. Para os alfabéticos, no entanto, a atividade, dependendo da palavra que for utilizada, pode parecer muito fácil. Se usamos, no entanto, palavras com sílabas complexas (CH, LH, NH, BR, por exemplo), que muitas vezes são difíceis para eles, a tarefa pode ser produtiva. Assim, estamos trabalhando em grupos com uma mesma atividade (que pode ter variações nas palavras utilizadas), mas promovendo aprendizagem de aspectos diferentes da escrita.

No momento em que realizamos atividades diversificadas podemos dirigir mais diretamente a proposta a cada tipo de hipótese que existe em sala de aula. Ou seja, podemos pensar em propriedades para cada grupo de alunos.

O professor deve fornecer ferramentas para o aluno construir o seu processo de aprendizagem da leitura e da escrita. Nessa etapa o professor e a escola tem obrigação de ajudar o aluno a se apropriar da leitura e da escrita alfabética e informatizar o seu uso.

Para realizar essa tarefa o professor não deve deixar o aluno se esforçar sozinho para entender o porquê das coisas que se fala parecida tendem a ser escrita de modo parecida, o professor deve ajudar o aluno a refletir sobre palavras retiradas de textos lidos (além de outras que são significativas para o aluno).

É essencial praticar a leitura e a escrita “trabalhar com palavras com palavras”, propiciar ao aluno refletir sobre elas, montá-las e desmontá-las.

Nessas ocasiões mesmo ainda sem saber ler convencionalmente, os alunos poderão se apropriar de algumas estratégias de antecipação de checagem de hipóteses de comparação, entre outras (utilizadas por um aluno letrado).

Explorando e também produzindo textos observados pelo professor ou por outro aluno já “alfabetizado” os alunos estarão desenvolvendo conhecimento sobre a linguagem que se utiliza nos textos que percorrem a sociedade letrada.

Com base nos estudos e pesquisas de hoje em dia “alfabetizar letrando” requer democratizar a vivência de práticas de uso da leitura e da escrita e ajudar o aluno a ativamente, reconstruir essa invenção social que é a escrita alfabética.

Se a escrita alfabética é uma intervenção cultural, seguindo as ideias de Vygostsky, os professores, como membros mais experientes da cultura devem auxiliar os alunos a prestar atenção / analisar/ refletir sobre os pedaços sonoros e escrito das palavras. Isso é claro, não seria de forma alguma, usar métodos fônicos ou treinar a “produção de fonemas” num mundo sem texto e sem práticas de leitura.

A partir de 1983, através de Ferreira e Teberosky (2010). O professor começou a repensar a sua prática cotidiana em sala de aula. Nos dias de hoje, sabemos que um indivíduo plenamente alfabetizado é aquele capaz de atuar com êxito nas mais diversas situações de uso da língua escrita. Dessa forma, não basta apenas ter o domínio do código alfabético, isto é saber codificar e decodificar um texto que percorrem a sociedade, suas funções e as ações necessário para interpreta-los e produzi-lo.

O processo de alfabetização ocorre durante toda a escolaridade e tem início antes mesmo da criança ingressar na escola implica em tornar como ponto de partida o texto, pois este é revestido de função social e não mais as palavras ou sílaba sem sentido.

O professor deve buscar um vocabulário que tenha realmente significado para a classe, isto é, que seja retirado das suas experiências. Atualmente, a cartilha não é o recurso mais favorável a aprendizagem da leitura e da escrita principalmente porque tem qualquer significado para o aluno e apresenta textos desconexos, apenas garantindo a “memorização das famílias silábicas”.

Para Teberosky e Ferreiro (2010), deve ser considerada no processo de alfabetização, a diferenciação entre a escrita e a linguagem. Segundo a referida autora, a escrita deve ser entendida como um sistema de notação, que no caso da língua portuguesa é alfabetização (conhecer as letras, sua organização, sinais de pontuação, letras minúsculas, ortografia. A linguagem escrita é definida com as formas de discurso as condições e situações de uso nas quais a escrita possa ser utilizada (carta, bilhetes, notícias, relatos etc.).

Para que todo recurso aplicado de certo, inicialmente o professor precisa tomar por base o texto e não mais as palavras-chave, O texto deve ser o elemento fundamental para inserir a criança no universo letrado.

Além da escrita espontânea pode ser considerado também o trabalho com modelos, que possibilitam as crianças comparem suas hipóteses com o convencional. Através de listas de palavras de um ensino campo da semântica (brinquedos, jogos, prediletos comidas preferidas, personagens de livros e gibis, nomes dos alunos da classe, frutas etc.) das parlendas e de outros textos, as crianças, hoje, podem ampliar suas concepções e progredir na aquisição da base alfabética, como na compreensão de outros aspectos (a grafia correta das palavras, o uso de sinais gráficos etc.).

Simultaneamente os diversos tipos de textos necessitam aparecer como objeto de análise, proporciona aos alunos diferencia-los conhecer melhor suas funções e características particulares. Para que isso ocorra, é essencial que saibam interpreta-lo e escrever. A expressão pessoal (bilhetes, carta, diário, receita culinária, etc.) deve fazer parte do trabalho do professor, no entanto, esta deve vir acompanhado pela escrita de outros textos, inclusive com o apoio de modelos.

Mas também cabe a escola, desde a educação infantil alimentar a reflexão sobre as palavras, observação, por exemplo, que há palavras maiores que outras, que algumas rimam, que determinadas palavras tem “pedaços” semelhantes, se escrevem muitas vezes com as mesmas letras etc.

Não se trata de apresentar fonemas para que os alunos memorizem isoladamente os grafemas que correspondem a eles na nossa língua. Como o aprendizado do sistema de escrita alfabética é, acima de tudo conceitual. O que preciso é que os alunos possam é que os alunos possam manipular / montar / desmontar palavras: observando suas propriedades; quantidades e ordem de letra, letra que se repetem, e que tem som idêntico.

O professor deve lançar mão de todo recurso que esse é disponibilizado para fazer acontecer a alfabetização dos alunos dos três primeiros anos de escolaridade. Enquanto professor alfabetizador ele deve estimular o desenvolvimento das habilidades dos alunos de reflexão sobre as relações entre partes faladas e partes escrita, no interior das palavras.

O uso das palavras “estáveis” com os nomes próprios e de certo tipos de letra, com a letra de imprensa ou letra *scripto*, tem uma explicação. É importante que o aluno memorize as partes das sílabas que forma a palavras inicial com determinada letra e continuar com aquelas outras naquela ordem das palavras que se quer escrever e quanto ao uso das letras de imprensa de script, o fato de terem em traçado mais simplificados demais, possibilitando ao aluno saber onde começa e terminar cada letra, permite ao aluno investir no trabalho cognitivo, fazer uma reflexão necessária a reconstrução do objeto de conhecimento. Isto é o sistema alfabético utilizado para alfabetizar os alunos dos três

primeiros anos das escolas públicas da Ilha de Itamaracá. Com a certeza de eu deve garantir que as práticas escolares ajudem o aluno a refletir enquanto aprender e descobrir os prazeres e os ganhos que se pode experimentar quando a aprendizagem do sistema de escrita é vivenciado como um meio para independentemente exercer a leitura e a escrita dos alunos letrados que fazem parte de um sistema de escolarização aperfeiçoamento da alfabetização dos nossos alunos, garantindo assim seu desenvolvimento e seu ingresso no mundo do conhecimento da leitura.

2 ALFABETIZAÇÃO E SEUS ENTRAVES COMO SUPORTE PARA ENFRENTAR AS DIFICULDADES EM SALA DE AULA

No entanto, é necessário discutir e tentar solucionar o problema onde é percebido com maior facilidade nas instituições de ensino público atingindo principalmente as séries iniciais em relação ao processo de alfabetização com relação a leitura e a escrita, porém não é tarefa simples, é indispensável que envolvidos no processo pedagógico e o que esse processo reflete no desenvolvimento da potencialidade e da aprendizagem dos alunos.

Entretanto, para melhor entender esse objetivo é preciso compreender como está ocorrendo a alfabetização no cotidiano escolar, ou seja, quais são os verdadeiros procedimentos e metodologia aplicada pelo professor e que conseqüentemente, envolvem o processo de aprendizagem na leitura e escrita dos alunos só que é muito relevante que a alfabetização seja aceita e entendida como um processo pelo qual esta em constante discussão pelos teóricos e pesquisadores, o qual enfatizam diversas vezes que apesar de novas práticas e métodos utilizado para dar mais resultado na alfabetização e na educação não está havendo o fundamento para ocorrer o aprendizado com êxito nas séries iniciais.

É importante ressaltar que o bom professor alfabetizador deve conhecer que são os seus saberes e práticas pedagógicas para que ele possa desenvolver com mais eficiência um excelente trabalho no decorrer de suas aulas e suas dificuldades em proceder com o seu trabalho pedagógico, fazendo desenvolver a capacidade de leitura e escrita e também o senso-crítico do aluno para que o mesmo tenha uma visão mais ampla em relação ao mundo em que vive, ou seja, compreendendo outros enfoques relacionados ao conhecimento.

De acordo com a LDB a Lei nº 9.394/96 (art. 1º), a educação vem abrangendo os processos formativos que se envolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho e principalmente nas constituições de ensino nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Portanto, o processo educacional acontece em todos os espaços sociais e em diferentes formas de relacionamento humano, logo, a educação pode ser extra escolar e escolar, devendo a escola desenvolver-se por meio do ensino vinculando-se os fatos da vida social. Assim é

reconhecido que há aprendizagem fora da escola e que esse saber deve ser valorizado pelo professor. No entanto, podemos perceber nitidamente que durante o processo de alfabetização, a criança já demonstra possuir seu próprio conhecimento de mundo, oriundo de suas vivências fora do âmbito escolar e que a escola não permite que a mesma desenvolva na sala de aula.

Pois muitos acreditam, que estão no lado externo das escolas as respostas para que haja o aprendizado destes alunos, mas as falhas encontradas na educação não são exclusivamente culpa do sistema educacional alguns autores apontam diversos fatores que contribuem em grande parcela para que essas falhas ocorram.

Como destaca Carvalho (2009) acreditando ser a pobreza uma das maiores causas das ausências de criança nas salas de aulas, decorrendo então o analfabetismo, sendo que as famílias na falta de condições para se sustentarem, levem seus filhos desde cedo a trabalhos que lhes roubam todo tempo, não havendo tempo para frequentar a escola, e por isso a dificuldade enfrentada pelos professores para alfabetizar crianças que entra no ensino fundamental recebe uma carga muito grande.

Portanto, procuraremos identificar como as escolas vêm aplicando sua metodologia para alfabetizar e quais são os procedimentos utilizados para empregar no processo de alfabetização. Sendo nessa perspectiva que algumas indagações permeiam a nossa pesquisa de forma de que forma a escola vem conduzindo o processo de alfabetização e as dificuldades encontradas pelos professores em aplicar sua metodologia e que práticas pedagógicas melhor sinalizam para a aquisição da leitura e escrita, mesmo com o investimento em programas sociais, em materiais didáticos e tecnológicos, ainda é presenciado problemas no aprendizado destes alunos.

Por que mesmo depois destes avanços não se viu mudanças como se era esperado sendo que são notáveis e constantes as falhas que surgem nos métodos e práticas aplicados a estes alunos.

2.1 Reflexões das dificuldades

Durante muito tempo a alfabetização baseava-se somente no ato de saber ler e escrever, ou seja, decodificando palavras, não se importando com o entendimento das crianças em relação ao que era lido, pouco valor se dava as quais práticas eram fundamentais para aquele aprendizado, porém com o passar do tempo, novas transformações surgiram e exigindo com isso formas diversificadas de ensinar e lecionar

através de método mais seguros e embasamento que repassassem segurança no que transmite mesmo com toda dificuldade encontrado no seu cotidiano.

Contudo, grandes são os anseios do alfabetizador em favor de uma educação qualitativa e igualitária, que ofereça oportunidades para o educando avançar rumo a conhecimentos significativos, que inclua o aluno na cultura grafocêntrica (cultura centrada na escrita). Por esta e outras atribuições que o professor alfabetizador se encontra apreensivo diante de tamanha responsabilidade no cenário educacional.

Diante de tantos desafios, é visível a fuga dos professores dos seres iniciais das salas de alfabetização. Assim poucos encaram e adquirem experiências metodológico-pedagógicas para enriquecer o universo da alfabetização.

Portanto, entendemos que a escola e família se complementam na tarefa da formação social da criança, se uma das duas se omite quanto à sua atribuição o processo de ensino aprendizagem fica prejudicado. Nesta perspectiva, considera que a influência da família é básica e fundamental no processo educativo de imaturo e nenhuma outra instituição está em condições de substituí-la. Embora muitas vezes o trabalho ou a falta de tempo são algumas justificativas para essa ausência, considera-se que essas “desculpas” futuramente não irão somar as carências intelectuais, afetivas e sociais que poderão florir o aluno outra dificuldade mostrada pelo alfabetizador e a indisciplina dos alunos durante as atividades diárias propostas pelo professor, a falta de interesses e a falta de otimismo para conquistar uma vida futura próspera está cada vez mais distante dos nossos alunos. Falta amor pela busca do conhecimento, pois para a grande maioria dos alunos a atividade estudar é fatigante e obrigatória.

Alguns professores relataram que uma boa parcela da aula é reservada para advertir os alunos indisciplinados, que muitas vezes até trançam “palavras” preparativas contra os professores e os alunos. Nesta perspectiva nota-se que cada vez mais difícil estabelecer regras para ordenamento e coerção desses alunos.

De acordo com Piaget (1977, p. 7) “toda moral é um sistema de regras e a essência de toda moralidade consiste no respeito que o indivíduo sente por tais regras”. Por isso o professor mais uma vez o professor entra em ação na busca constante de meios que estabeleçam regras de convivência e de respeito ao próximo, priorizando a cidadania. Cabe ao educador usar ferramenta dinâmicas e eficazes para uma boa sintonia entre os aspectos intelectuais / sociais. Essa tarefa faz parte da interdisciplinaridade vivenciada em sala de aula com os múltiplos usos dos eixos de formação humana propostas nos Parâmetros Curriculares Nacionais, que considera o aluno em sua totalidade, e não fragmentada.

Este são alguns desafios que tem afrontado o professor alfabetizador em seu fazer educativo, que causam angústias, dificuldades e sofreres. Que o dia a dia o conduz à ação / reflexão / ação de sua prática pedagógica na busca de soluções para transformar esse cenário frustrante do contexto educacional. Como medida paliativa o educador “consciente” busca conhecimentos diversificados mediante cursos de formação continuada leitura de textos diversificados para enriquecer e aperfeiçoar sua ação educativa. No entanto, a tarefa professor alfabetizadores é árdua, pela grande dificuldade enfrentada no cotidiano escolar, afinal é o alfabetizador quem irá abrir as janelas da leitura e da escrita para educando avançar rumo às novas aprendizagens. Segundo algumas raízes teóricas o educador deve oferecer condições ao educando para a construção da leitura e da escrita no contexto escolar das escolas públicas da Ilha de Itamaracá.

Deve-se destacar a concepção errônea de que o aluno deve ser fruto de uma educação bancária, e incluir nas práticas educativas metas em pró de uma educação com sentido de construção não só de conhecimento científico, mas de significados, valores e cidadania no dia a dia escolar. Faz-se necessário repensar a educação com foco nas relações interpessoais, oferecendo ao aluno meios e possibilidades para a construção de uma aprendizagem significativa. Mas para realizar um trabalho satisfatório é imprescindível a interação entre família-escola, e valorizando o que é de mais importante que é o aprendizado do aluno e necessário que o aluno esteja preparado para querer aprender e recebe do educador uma educação de qualidade na em que diz respeito ao ensino aprendizagem no processo da alfabetização dos alunos que inicia seu ciclo escolar.

Devemos sonhar com uma educação que objetive uma transformação social com o velho e ousar com o novo na utilização de meios diversificados que conduza o aluno a não somente ler letras, mas, essencialmente atribui sentido e significado naquilo m que se lê. Compreender que o papel do alfabetizador não é transferir conteúdos, mais sim dividir e construir saberes e oferecer aos alunos com dificuldades de aprendizagem conhecimento contextualizados e prazerosos.

Outro ponto bem pertinente já mencionado é a falta da participação da família na vida escolar do aluno, assim faz-se necessário idealizar estratégias que despertem o interesse por relações de trocas de experiências no seio escolar entre família escola-aluno - uma sugestão dada pelos professores para amenizar as dificuldades na sala de aula é elaborar trabalhos, projetos interdisciplinares com foco na família, convidando os pais para assistir palestra, participar de oficina, contribuir com ações diversificadas para o sucesso escolar do aluno.

O grande índice de indisciplina na escola atual é bem assustador, para reverter esse quadro acreditamos que se faz necessário a implantação de ações que sensibilize o educando no respeito por normas e regras. O aluno através dessas medidas deverá aprender o verdadeiro sentido da cidadania e dos valores morais, que irão refletir sua formação social e ética.

Neste estudo foram elencados alguns desafios enfrentados pelos professores alfabetizados em sala de aula, para superá-los o educador relata que agi em conjunto com a comunidade escola e com os pais para rever ações e criar outras no intuito de oferecer uma educação qualitativa ao aluno.

Sabemos que é atribuído cotidianamente ao professor alfabetizador a responsabilidade de alfabetizar e letrar o aluno, e lhe é exigido resultados por parte da escola e da família em bom rendimento escolar principalmente nos três primeiros anos de escolaridade. Não devemos deixar a árdua tarefa de alfabetizar permita que os desafios amedrontem mais que ele provoquem uma constante inquietude que estimulará a buscar meios para desenvolver uma prática significativa e fundamental teoricamente. Lidar com a alfabetização requer competência e compromisso com o ensino que vise uma genuína transformação social dos alunos que interage no dia a dia escolar.

2.2 Questionamento: porque o tema alfabetização nos primeiros anos de escolaridade exige tanto do professor alfabetizador

Diante de tanta cobrança por parte da sociedade educacional os professores que assume as turmas de alfabetização podemos observar as estatísticas que atestem o avanço em torno da alfabetização da população, não se encontra preparada para fazer uso social do que a escola lhe ofereceu como práticas educativas em alfabetização, ou melhor, a prática alfabetizadoras que lhe possibilitassem agir conseqüentemente em meio a sociedade da cultura escrita. Essa tem sido a justificativa apresentada para valorizar os estudos em todo das dificuldades em alfabetizar.

O tema relevante quando essa alfabetização nos anos iniciais não a descarta do tempo certo em decorrência de um processo alfabetizador não voltado para a atenção social, produziu o analfabeto funcional, aquele sujeito que seja a uma certa idade que não frequentou a escola por no mínimo quatro anos, mais que é capaz de “funcionar” na sociedade. E esse tipo de “alfabetizado que permite a produção discurso que a educação e, em especial, a alfabetização, diminuem a pobreza e a justificativa social”. Em outras

palavras, esses discursos forjam a crença de que a educação e a alfabetização são meio de alcançar nova condição econômica e, portanto, social para os sujeitos, desconsiderando outros determinantes sociais como elemento do norteador do ensino aprendido com os esforços dos educadores que a meio de tanta ausência de investimento ainda consegue acreditar no seu trabalho.

Se a educação escolar não pode ser tomada como solução para os problemas sociais. A escola tem-se evidenciado como um importante lócus de apropriação dos conhecimentos científicos, intencionais e sistematizados.

2.3 Práticas sociais como mudança para uma sociedade de letrada

As práticas sociais de leitura e escrita e nas mudanças por elas geradas numa sociedade quando esta se torna letrada. Entretanto, o termo passou a ser usado mais sistemático e intensivamente na década de 1990, a partir de publicações de Founi (1995), Kleiman (2004) e Soares (2011).

Essas novas formas de compreensão apontaram para o esgotamento das possibilidades de o termo alfabetização designa algo mais do que a “mora” aquisição inicial da técnica ou habilidade de leitura e escrita, ou seja, para designar a condições de pessoas ou grupos que não apenas sabem ler e escrever, mas também utilizam a leitura e a escrita em seus usos e funções sociais, incorporando-as em seu viver e transformado, por isso, sua condição (Soares, 2011).

O letramento surge, então, com a preocupação em torno das transformações sociais, do reconhecimento dos usos e funções da língua escrita e dos problemas relacionados a aprendizagem inicial da escrita, remetendo-nos a necessidade do tema letramento vem processos iniciais de ensino ganhando destaque nas produções acadêmicas e científicas.

Com base nos estudos de Soares (2011), fica evidenciado que a alfabetização, concebida com o processo de uma tecnologia e do domínio de uma técnica para o seu uso. Essa técnica do ler e escrever requer o ensino de especificidade como: a relação entre os morfemas e grafemas, a orientação espacial da escrita no papel, modos de segurar o lápis de forma que se possa escrever corretamente, entre outros desafios que o professor enfrenta para alfabetizar muitas das vezes sem nenhum recurso mas mesmo assim tenta passar o conhecimento para os alunos que espera o que o professor tem de bom em relação ao conhecimento para transformar sua relação social com o processo de alfabetização.

Mortatti (2000) problematiza a relação entre as cartilhas e os métodos de alfabetização e, por consequente, os desdobramentos advindos dessa relação dentro da história da alfabetização em nosso país. A autora analisa as alterações ocorridas na cartilha em relação aos métodos nela concretizados ao seu suporte material e aos temas abordados nas lições. Mortatti adverte que, apesar de todas as críticas feitas ao uso da cartilha, esse material permanece, até hoje, presente nos aprendizados da leitura e da escrita em muitas escolas, revelando, assim, mesmo que de forma silenciosa, mas operante, concepções de alfabetização, de leitura e escrita e de texto que remetem a permanência de uma prática pedagógica de alfabetização contrária aos avanços da linguística e de outras áreas do conhecimento. Diante disso, Mortatti (2000, p. 6), a concepção operante de alfabetização é definida como:

[...] um processo de ensinar e aprender o conteúdo da cartilha, de acordo com o método proposto, o que permite considerar alfabetizado o aluno que teve terminado a cartilha com êxito, ou seja, que tiver aprendido a ler e escrever, podendo, assim começar a ler e escrever.

Os pressupostos teóricos, relativos a alfabetização e suas decorrentes estratégias metodológicas, e fundamental para o avanço das práticas de ensino que, em muito contribui com a melhoria da qualidade de ensino aprendizagem. Mesmo com tanta dificuldade encontrada pelos professores em exercer esse papel de formador de cidadão e conhecimento.

Particularmente, no que diz respeito a tão importante questão que é para muito além da necessidade de se trabalhar conteúdos e fazer com que os alunos sejam capazes de desenvolver o pensamento, continuamente e progressivamente.

Sabemos que a educação existe paradigmas de mudanças de padrões de comportamentos; isso não é tarefa simples e nem rápida. Envolve toda sociedade educacional, principalmente, no caso da docência, o entendimento de que como todos os humanos os professores também são aprendizes.

A necessidade dessa compreensão, em oposição à imagem histórica do mestre que detém o saber, significa estabelecer contínuos canais de diálogos e de troca de experiência entre educadores, ancorados num sólido conhecimento do contexto da aprendizagem dos alunos repensando os tempos e espaço da escola.

De modo que os professores responderam os questionários me chamou atenção, de modo que os professores relatam que alguns ocorridos dificultava muito seu trabalho e chamava atenção porque pareciam querer manifestar que aquilo que existia de bom, de

positivo no aprendizado da língua ficaria por conta dos pais. Entretanto, quando não conseguiam aprender e isso se tornava público em algumas conversas essa angústia por parte de alguns professores da escola do município da Ilha de Itamaracá.

No entanto, temos de ressaltar um tipo de relação escolar também possível: quando é apenas o modo de ensinar da escola, o do professor, que prevalece para o aluno e quando aparece o outro modo de ensinar da escola e os caminhos que o professor enfrenta para ensinar. A língua escrita a preocupação dos professores em colocar ao lado suas queixas em relação aos pais que não contribui para minimizar as dificuldades encontradas de cunho pessoal – desinteresse, a falta de atenção do aluno, seja dividido os problemas emocionais ou de saúde do professor e aluno - e de cunho mais geral - a organização do próprio sistema educacional.

A ausência de bons cursos para o professor e as exigências da vida cotidiana para os professores mostram a complexidade do processo ou ensino e de aprendizado do aluno para além da alfabetização.

De modo geral, podemos dizer que as apropriações dos professores decorrente de suas palavras “pronunciadas ou subentendida” as expressões de complexidade das relações sociais vividas na escola ou fora dela a complexidade está em comum a todas as incertezas como produto do diálogo mantido com a própria experiência de ser professor na escola, na sua atividade de ensinar a ler e escrever.

2.4 Desafio e apropriação da sala de aula para alfabetizar

Fazendo uma referência ao capítulo anterior as principais dificuldades encontradas pelos professores esta em torno das salas com um número muito grande de alunos, sala cheia que dificulta o ensino-aprendizagem, tendo em vista a dificuldade de se adequar uma melhor metodologia para abranger o conhecimento do aluno pois cada criança tem seu tempo de aprendizagem. O professor deve criar situações para que o aluno consiga construir seu próprio conhecimento.

Sabemos que o ambiente influencia muito o aprendizado, mas o ato de aprender é construído no momento em que os professores criam situações para que os alunos construam seu próprio conhecimento. Esse conhecimento é entendido pelo aluno de maneira individual onde cada um descobre seu próprio ritmo e caminho para o aprendizado. Diante disso o professor deve procurar uma melhor maneira de trabalhar sua

prática pedagógica afim de que a maioria dos alunos entendam melhor o conteúdo a ser ensinado.

Ensinar para um grande número de aluno também torna difícil de manter a disciplina dos mesmos, visto que a dificuldade de manter o controle da sala e intensificada com a maior interação dos alunos. A ausência da família também é um fator que torna o processo de alfabetizar muito difícil, e os problemas, seguido logo adiante pelos desrespeitos por parte dos alunos e manter a disciplina. Não seria inadequado afirmar que o desrespeito e a dificuldade de disciplinar os alunos são algumas, entre outras, consequências da falta de participação e interesse da família no âmbito escolar dos seus filhos.

Silvano (2011, p. 53) diz que:

A família é responsável pela sobrevivência física, psíquica das crianças, constituindo-se o primeiro grupo de mediação do indivíduo com o mundo social, onde acontece os primeiros aprendizados dos hábitos, costumes, da cultura e a socialização primária. Devemos, portanto destacar a importância da participação da instituição escolar no desenvolvimento e na formação do ser humano.

Portanto, a família desenvolveu um papel importante e necessário para a educação de seus filhos. E por isso não deve abrir mão de sua grande responsabilidade na formação ética e social de seus filhos.

Segundo alguns autores revela a questão da falta de limite na família, revela hoje um de seus piores efeitos - a incivilidade e a falta de responsabilidade e agressivos e falta com respeito aos professores.

Na sala de aula os alunos são muitas vezes indisciplinado devido à falta de limite trabalhado pela família dos mesmos.

A família e a escola passaram por grande mudança. Antigamente era mais presente e exigente no âmbito escolar dos seus filhos, hoje deposita seu papel e transmite suas ações e responsabilidade de educar ao professor que muitas vezes tem que pedir a intervenção da direção da escola e de seus coordenadores, e muitas das vezes a intervenção da família para solucionar os problemas vivenciados pela escola e professor.

2.5 Propostas pedagógicas para minimizar as dificuldades encontradas pelos professores alfabetizadores

Mediante tanto questionamento relatado pelos professores foram citados alguns mecanismos utilizados por eles, um deles é o planejamento.

Dentro do planejamento das etapas ao longo do tempo o professor deve fazer uma relação das atividades propostas em sala de aula com atividades para casa, considerando as metas a serem alcançadas em cada etapa do ano, através das habilidades e capacidade a serem desenvolvida. Assim, as atividades tanto de sala de aula como de para casa, devem promover o desenvolvimento das capacidades /habilidades por meio de uma abordagem que pode ser: introdução, de retomada, de sistematização ou de consolidação dos mesmos.

O planejamento escolar deve levar em consideração os procedimentos que vão auxiliar a professora a verificar as hipóteses de aprendizagem dos alunos, através de tratamento das capacidades/habilidades segundo caderno do Ceale, a professora produz as propostas de suas atividades, considerando a gradação das capacidades/habilidades que serão trabalhada em cada etapa, ou seja, apoia-se na definição do tipo de abordagem que ele vai privilegiar no trabalho pedagógico.

Nessa direção, seguiremos com os argumentos sobre certos aspectos concernentes às propostas pedagógicas do Para casa, explicando as abordagens, isto é, os tratamentos relativos às capacidades/habilidades que os professores devem considerar ao propor as atividades, que introduz uma nova capacidade/habilidade, levando os alunos a se familiarizarem com conteúdos e conhecimentos. Esta “introdução” contudo, não significa somente um primeiro contato com o conceito apresentado, mas também, a primeira experiência escolar planejada pelo professor para facilitar o aprendizado dos seus alunos, uma vez que encontra tanta dificuldade desse retorno que é a capacidade de aprendizagem dos conteúdos que é ensinado em sala de aula.

As atividades do para casa vem facilitando o desenvolvimento dessas dificuldade relativa ao conteúdo que deve ser proposta dentro de uma capacidade/habilidade que o aluno já conheça. Por exemplo, em uma atividade de caça-palavras, que já faz parte da rotina de sala de aula, a professora trabalha em novo vocabulário que será pré-requisito para o conteúdo trabalhado em uma nova fase, que pode significar que o aluno esteja aprendendo algo novo ou não, de qualquer forma, demonstra a aplicação de uma nova abordagem do que já foi ensinado. O ara casa, nesse momento, pode ser explorado como uma atividade de curiosidade em que o aluno poderá tanto relembrar algum conceito para que, em seguida a professora insira ou retome algumas capacidade/habilidade, como um modo de abordar novos conteúdos a serem ministrador a partir de um contexto já construído. Um exemplo que pode demonstrar essa retomada para que o aluno tenha confiança nas suas habilidades e capacidade de realizações das atividades.

2.6 A ortografia como conteúdo fundamental para alfabetizar

A ortografia deve ser trabalhada dentro do planejamento escolar desde o início da alfabetização, considerando as ações de conhecer, aplicar, memorizar e usar as regras em cada etapa dos três anos iniciais de alfabetização e letramento. A cada novo ciclo, etapa ou ano escolar, a ortografia pode ser retomada como algo que promova a progressão do desenvolvimento, a apropriação do sistema da escrita. Ela pode ser trabalhada através de jogos com palavras, focando, por exemplo, o conhecimento de regras ortográficas referente as relações em que cada fonema corresponde.

Assim, retomar o ensino da ortografia durante o processo de alfabetização e letramento, garante a gradação e a concretização do processo ensino aprendizagem.

Trabalho sistematizado é um conteúdo que significa organizar e planejar diversas atividades que enfoquem as capacidades/habilidades do conteúdo trabalhado e já garantido em sala de aula. A atividade Para casa, nesse tratamento, deve ser utilizado como recurso de sistematização do trabalho desenvolvido na rotina escolar, para favorecer o desenvolvimento dos alunos. Assim, oferecer atividades de sistematização no Para casa permite ao aluno realizar como desenvolvura o que já foi garantido em sala de aula, proporcionando vivência de autonomia e de autoestima.

Para consolidar esse conteúdo deve sedimentar tornar claro e evidente os avanços que ocorreram na progressão da aprendizagem e no desenvolvimento dos alunos. Para tanto, os conceitos e procedimentos que foram trabalhados, sistematicamente, pelo professor, isto é os conhecimentos, devem ser os principais objetos de reflexão.

O Para casa, nessa perspectiva, pode oferecer momentos de consolidação dos conteúdos através de atividades como resumo e registro, com a linguagem adequada para cada disciplina. No que tange ao retorno a sala de aula consolidação realizada pelo Para casa, entendemos que as atividades podem ser transformada em cartazes dramatização e quadro de comparação realizados pelo aluno.

2.7 Os desafios do professor na sala de aula

Para falar em desafio não precisa ir tão longe nos dias de hoje, mais que em qualquer outra época, o processo enfrenta desafios na sala de aula que dificultam a realização do seu trabalho. Vivemos em um mundo em mudanças, em que há grande

quantidade de informações, a tecnologia evolui em um ritmo estonteante, a sociedade se transforma e os valores parecem ser cada dia menos importante.

O professor hoje precisa ter em sua bagagem uma quantidade enorme de informação e conhecimento, e ainda procurar transformar tudo isso em práticas diárias, seu tempo é curto: ele precisa preparar aulas, prova, corrigir testes e exercícios, participar de reuniões atender os pais e alunos, manter-se informado, fazer cursos de atualização. Ufa? Isso tudo sem contar o tempo que passa dentro da sala de aula.

Apesar disso, cada vez mais o professor vê seu valor ser diminuído diante da nova realidade. Sente-se impotente e assiste a outras profissões sendo mais valorizada e bem remunerada pela sociedade, como se sua função não fosse vital para a formação das crianças para as quais ensina o interesse que suas aulas despertam nos alunos é muito menor que o de um mundo tão repleto de atrações rápidas que eles encontram em toda as mídias.

O professor recebe em suas mãos, muitas vezes, uma classe apática, desinteressada, indisciplinada, agressiva. Outras vezes, contestadora, dispensa, ou mesmo hiperativa, desatenta e ansiosa. Uma classe que muitas vezes o trata como mero empregado ou prestador de serviços, que deve entreter os alunos. A participação da família na vida escolar resultados que só podem ser conseguidos com a atuação conjunto depois e mestre e alunos.

E muito comum que o professor se sinta desmotivado nessa situação, em que a rotina e as dificuldades corroem boa parte dos sonhos que o levaram a se tornar educador. O que observamos é que a verdade fonte das dificuldades na sala de aula esta em questão dos relacionamentos e da busca dos alunos por reconhecimento e aceitações. Aliás temos percebido que grande parte dos problemas que o professor enfrenta em sala de aula tem a ver com a dificuldade de dar e receber estímulo e reconhecimento, tanto por parte do professor quanto por parte dos alunos.

É claro que por trás de tudo isso, existem muitas causas, que vão desde a falta de tempo e energia dos pais para se dedicar à educação dos filhos. A falta de valorização da educação como um todo, a delegação da educação dos filhos pela família à escola, até a falta de afinidade entre professores e alunos, provocada por uma barreira de gerações, ou mesmo pelas difíceis condições de o educador se preparar de modo adequado.

Nessas condições, então, ser bom professor significa, além de ensinar bem a matéria, providenciar estímulos, contato, reconhecimento, estruturas e motivação para aprendizado dos alunos. Como se não bastasse em meio a tudo isso, o professor precisa

também lidar com suas próprias questões internas, que também dependem de estímulos contatos, reconhecimento e motivação para serem bem resolvidas das contribuições do Pacto Nacional pela alfabetização na idade certa nas práticas pedagógicas dos primeiros anos de ensino fundamental das escolas públicas da Ilha de Itamaracá.

As práticas pedagógicas nos primeiros anos do ensino fundamental das escolas de Itamaracá esta sendo desenvolvida nos turnos de 1º, 2º, 3º anos turmas que foram permeadas pelos princípios e fundamentos do Pacto Nacional pela alfabetização na idade certa (PNAIC), esta tendo como metodologia a ludicidade e a busca da participação do aluno. O processo de alfabetização com qualidade, visando a construção e o exercício da cidadania. Desta forma, compreende que a importância do professor alfabetizador ter clareza em seus objetivos educacionais, pois ele não é um mero transmissor de conhecimento e de saberes, mas tem como função média a construção do conhecimento, o processo de ensino-aprendizagem, que sejam significativos para os alunos e que contribuam para o seu processo de alfabetização.

A alfabetização é um processo permanente e contínuo; pois não se acaba na aprendizagem da leitura e da escrita. Este processo permeia e acontece no decorrer da vida, pois no cotidiano já possuímos um contato com o mundo escrito, e com a leitura, elaborando hipótese para compreender a escrita (Ferreiro, 2011).

De acordo com Ferreiro (2011, p. 48) “a alfabetização não é um estado ao qual se chega, mas um processo cujo início é, na maioria dos casos, anterior à escola e que não termina ao finalizar a escola primária”.

Enfim o PNAIC contribui muito para qualificação e aprimoramento das práticas pedagógicas e da ação como docente, pois este acordo trouxe uma proposta de formação continuada para os professores alfabetizadores, que atuam no ciclo de alfabetização (1º ao 3º ano do Ensino Fundamental).

Segundo os professores da rede municipal da Ilha de Itamaracá PNAIC influenciou fortemente as práticas pedagógicas desenvolvidas no contexto escolar, pois a partir deste pacto, criam-se cantinho da leitura, oportunizando-se momentos lúdicos, experiências com jogos e principalmente atividades práticas, com materiais concretos. Para isso acontecer com qualidade, o professor necessitou ter clareza sobre como é o que ensina, para assim contribuir no processo de alfabetização dos alunos, de uma maneira significativa e divertida, tornando assim, todos ativos na construção do conhecimento.

No decorrer das práticas pedagógicas desenvolvidas no segundo semestre de 2013 e 2015 em turnos de 1º, 2º e 3º ano, que pertencem às escolas pesquisadas. Notam-se que o

Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), influenciou fortemente a ação docente. Esta influência contribuiu de maneira significativa e positiva para as práticas e desafios pedagógicos, pois o PNAIC proporcionou uma formação continuada para os professores alfabetizadores. Desta forma, os mesmos buscaram embasamentos teóricos e aperfeiçoaram suas metodologias de trabalho, tornando-se assim, professor pesquisador. Isto porque, segundo Freire (2005, p. 29):

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino indaguem, porque indago e me indago. Pesquisa para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquisa para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.

A pesquisa, a compreensão e o entendimento, intensificaram e tornaram-se fortes elementos, no desenvolvimento das práticas pedagógicas. Nestas turmas, em que foi verificada percebeu-se que as práticas pedagógicas cotidianos deixava os professores com essas dificuldades, com um olhar mais sereno em relação ao encontro com os alunos.

No decorrer das atividades foi construído um alfabeto móvel, que facilita a leitura e a interpretação de diferentes gêneros textuais, construção de palavras e frases, separação de sílabas, jogos com números e suas expectativas quantidades, cálculos de adição e subtração. Contudo, para verificar as hipóteses da língua escrita eram realizados testagem quinzenais processual, pois diariamente os alunos eram avaliados. Considerando assim, o que os alunos aprendem, o que os alunos aprendem, quais eram suas dificuldades e o que ainda necessitava aprender, pois, segundo Libâneo (1994, p. 195):

A avaliação é uma tarefa didática necessária e pertinente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem. Através dela, os resultados que vão sendo obtido no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos são comparados com os objetivos propostos, a fim de constatar progressos, dificuldades, e reorientar o trabalho para as correções necessárias.

Muitas das atividades propostas envolvem a construção de jogos, pelos próprios alunos, posteriormente, avaliados pelos professores.

2.8 O pacto nacional pela alfabetização na idade certa

O pacto nacional pela alfabetização na idade certa é um programa do governo federal, no âmbito do MEC que, de acordo com o documento manual do pacto pela alfabetização na idade certa: O Brasil do futuro com o começo que ele merece, é um compromisso assumido pelos governos federal, dos estados e municípios de assegurar que

todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental (Brasil, 2012a).

No manual do pacto (2012) é ressaltado que a alfabetização de todas as crianças brasileira até o final do 3º ano do ensino fundamental, quando completam a idade de 8 (oito) anos, constitui um compromisso do plano de desenvolvimento da educação em discussão no congresso nacional. Como pode ser observado o Pacto é a continuação dos programas implementados durante o governo Lula (2003/2010) e que trata a relação formação, trabalho docente e avaliação como estratégia para atingir melhores resultados nas avaliações nacionais, como é o caso da prova Brasil “da provinha Brasil” e da prova que será aplicada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) aos alunos do 3º anos do ensino fundamental, a partir de 2014, que se configura como uma avaliação externa anual para verificar o percurso de aprendizagem dos alunos.

Nessa direção, destaca-se que foram implementados programas de formação para os professores da educação básica que visavam a melhoria dos resultados nas avaliações nacionais, assim como ocorrem com o Pró-Letramento, destinado aos professores das séries iniciais do ensino fundamental que surgiu após a constatação pelo MEC da necessidade de melhorar os resultados obtidos no sistema de avaliação de Educação Básica (SAEB), em 2003. De acordo com o MEC, no documento Fracasso Escolar no Brasil: políticas, programas e estratégias de prevenção ao fracasso escolar (2005), no que se refere ao desempenho dos alunos da 4ª série do ensino fundamental no SAEB/2003, o resultado foi de 36,7% de alunos no nível crítico em língua Portuguesa e de 40,1% em matemática.

O Pró-Letramento é considerado um programa educacional exitoso pelo MEC, o que contribuiu para que fosse tomado como referência para o Pacto Nacional. Sob a perspectiva da avaliação como mensuração, de fato, após o surgimento do Pró-Letramento ocorreu a melhoria dos resultados educacionais, como pode ser observado a partir dos resultados do índice de desenvolvimento da Educação (IDEB) e da Prova Brasil apresentados na pesquisa do Pró-Letramento, curso oferecido aos professores das escolas públicas.

Em relação ao IDEB, no ano de 2007, o índice foi 4,2 e no ano de 2009 foi alcançado o índice de 4,6 nas séries iniciais do ensino fundamental. Os resultados alcançados nas séries iniciais superaram as metas estimadas que era o ano de 2007 de 3,9 e para o ano de 2009 de 4,2. O que indica a melhoria do sistema educacional brasileiro, ao menos em termos numéricos.

No que se refere a Prova Brasil , registra-se que a nota media em 2007 foi de 4,8 e em 2009 de 5,2 nas series iniciais, o que também indica numericamente, a elevação do nível de aprendizagem desses estudantes no âmbito nacional, considerada o desempenho em língua portuguesa e matemática de estudante das series iniciais.

No entanto, é preciso retomar a análise de que a avaliação nacional tem se pautado em parâmetro internacionais único para “mensura” a aprendizagem de estudantes de diferentes países e, isso engendra competição, ranqueamento entre países, escolas e professores.

No campo da legislação, registra-se que o pacto foi instituído pela Portaria nº 867 de 4 de julho de 2012, nesse documento estão prevista as diretrizes gerais deste programa governamental. Neste campo destaca-se também a Portaria nº 1458 de 14 de dezembro de 2012, que define estratégias para a concessão de bolsa de estudo e pesquisa no âmbito do pacto; medida provisória nº 586 de 8 de novembro de 2012 que dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da união aos entes federados no âmbito do pacto e a Portaria nº 90 de 6 fevereiro de 2013, que define o valor das bolsas dos participantes da formação continuada do pacto.

Na Portaria nº 876 de 4 julho de 2012 é relevante destaca-se três dos objetivos do Pacto Nacional elencado no artigo 5º:

I - Garantir que todos os estudantes do sistema publico de ensino estejam alfabetizado em língua Portuguesa e em matemática. Até o final do 3º ano do ensino fundamental; II- Melhorar o índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) e III - Contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos professores alfabetizadores (Brasil, 2012).

Os incisos I, III, IV ressaltado da Portaria nº 867/2012 permitem que se observe a ênfase atribuindo as áreas de conhecimento: Língua Portuguesa e Matemática, tornando secundário as demais áreas de conhecimento também importantes para escolarização das crianças nesta idade de 8 anos; que o investimento na qualidade da educação visa melhorar os índices do IDEB e que os professores são considerados importante nessa busca de melhores resultados educacionais.

Freitas (2012) ao analisar os perigos controles dos reformadores empresariais da educação nos Estados Unidos, alerta para as consequências dessa intervenção, sendo relevante destacar as seguintes: estreitamento curricular; competição entre profissionais e escolas; pressão sobre o desempenho dos alunos e preparação para testa fraudes; precarização da formação dos professores, dentre outros.

Com base na análise deste autor, esta ênfase em língua Portuguesa e matemática, além de limitar o campo de conhecimento dos estudantes das series iniciais ao ensino fundamental retire a autonomia aos professores, tendo em vista que, os pressionam a trabalhar intensivamente as áreas ao conhecimento que serão avaliadas, para conseguir alcançar os resultados pretendidos nas avaliações de larga escala.

No que se refere as ações previstas para o Pacto, elas compreendem os seguintes eixos apresentados no artigo 6º da Portaria nº 867/2012: “I- formação continuada de professores alfabetizadores; II- matérias didáticos, literatura e tecnologias educacionais; III- avaliação; IV- gestão, controle e mobilização social” (Brasil, 2012).

Como pode ser observado na Portaria nº 867/2012, a questão da formação continuada de professores e avaliação aparecem como pontos estratégicos do referido programa.

Registra-se também, conforme a Portaria nº 1.458, 2012 que a bolsa dos professores alfabetizadores e orientadores será financiada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Na Portaria nº 90 de 6 de fevereiro de 2013, no artigo 1º, incisos I, II respectivamente, ficam definidos os valores de R\$ 200,00 (duzentos reais) para os professores alfabetizadores e de R\$ 865,00 (setecentos e sessenta e cinco reais) para os professores orientadores. O fato de os professores alfabetizadores recebem bolsa, mesmo sendo um valor que parece uma ajuda de custo é considerando um avanço na pratica de formação docente promovidas pelo MEC, tendo em vista que os professores cursistas ao Pró-Letramento não recebiam tal auxilio para participarem da formação como demonstrado na pesquisa que resultou na dissertação de mestrado intitulada política de formação continuada de professores: a repercussão ao Programa Pró-Letramento no trabalho de professores de escolas publicas, citada anteriormente.

Porém, importa analisar a formação continuada dos professores alfabetizador e a avaliação. A formação de professores consiste em curso presencial destinado aos professores alfabetizadores com duração de dois anos, com carga horária de 120 horas por ano, baseado no programa Pró-Letramento que tem com proposta de trabalho estudos, atividades praticas sendo conduzidos por professores orientadores. Registra-se também que na formação continuada promovida pelo Pacto Nacional em 2013, será enfatizado linguagem e em 2014 será enfatizado matemática (Brasil, 2012a).

Em relação a avaliação e preciso retomar o registro de que a partir de 2014, somando as avaliações nacionais que já são aplicada aos alunos das series iniciais do ensino fundamental ocorrera a aplicação de uma prova pelo Inep, semelhante a provinha Brasil

apontado como fator determinante para a implementação do Pacto Nacional pela alfabetização na idade certa.

As reformas educacionais implementada principalmente, a partir da década de 1990, mediante propostas educacionais que visavam a melhoria da qualidade da educação.

Ressalta-se, porém, que se trata de uma “qualidade negociada” mas de uma qualidade neutra e despolitizado, tendo em vista que visa atendera “mera prestação de contas” de resultados educacionais.

A qualidade da educação, segundo a lógica reformista é a que pode ser mensurada com base em parâmetro internacionais de avaliação mediante testes padronizados, que tem como principal referencia a competitividade. Afonso (2012) analisa que a perspectiva reformista difundida e de que a superação dos problemas da qualidade da educação publica esta relacionada ao *accountability*, que consiste em avaliação externa.

2.8.1 Avaliação através do Pacto

No Brasil em relação a avaliação básica PE preciso destacar o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), a prova Brasil e a Provinha Brasil que seguem os parâmetros internacionais de avaliação do programa internacional de avaliação dos estudantes “PISA” coordenado pela OCDE, um órgão internacional. Esta forma de avaliação da educação básica é problemática, devido visar resultados mensuráveis desconsiderando as condições materiais de escolas e professores, que não são os mesmo em todo território brasileiro, imprimindo uma conotação negativa aos processos avaliativos.

Em contrapartida, se pretende uma política de avaliação da educação básica que promova a participação efetiva, a autonomia e resultados destinados a intervenção para a melhoria da escola pública como bem publica e direito social. No documento na escola do tamanho do Brasil (Brasil, 2002), plano de governo de ex-presidente Lula para o campo educacional com uma prioridade tendo em vista que é considerada relevante para a transformação da realidade econômica e social brasileira.

No período do governo Lula, destacou-se que as políticas em vigência foram aprofundadas e outras foram introduzidos nos seguindo a mesma lógica de educação pautada na com competitividade. Assim é que visando suprir as deficiências da formação dos profissionais da educação básica é que foram criadas diversos programas, planos e leis, tais como: o plano de desenvolvimento da educação PDE, em 2007, o plano de metas,

compromisso todo pela educação, promulgado pelo Decreto-Lei nº 6.094/2007, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) aprovado pelo mesmo decreto, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (FUNDEB), criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentada pela Lei nº 11.494/ 2007 e pelo Decreto nº 6.253/ 2007 e a Rede Nacional de Educação Básica, em 2004, que foi instituída com o objetivo de contribuir para a melhoria da formação dos professores e dos alunos, integrada por universidades que se configuram como centro de pesquisa e desenvolvimento da educação, tendo como público alvo prioritário professores de educação básica dos sistema público de educação.

É relevante destacar que a formação e a atuação docente são considerados pelo Governo Federal aspectos estratégicos no alcance da qualidade de ensino, o que tem contribuído para responsabilização do professor pelos resultados nas avaliações nacionais, sendo ampliadas as propostas de políticos/programas de formação, tanto inicial quanto continuada de professores, apontado por autores como Santos (2008), Scheibe (2010).

Sobre essa relação entre avaliação educacional e o trabalho docente. Afonso (2012), considera que diferentes propostas de reformas têm culpabilizado os professores pelos resultados dos alunos e dos sistemas educativos, alerta que esta responsabilizando os professores, seja confrontado com o controle exercício pelo estado e por outros segmentos sociais sobre o que se ensina e como se ensina nas escolas publicas.

A formação continuada promovida pelo pacto nacional seguindo a trajetória de buscar melhores resultados educacionais poderá ocasionar a intensificação e a precarização do trabalho docente, sem contar que por ter surgido em de concorrência da pretensão de obtenção de bons resultados na prova do INEP aponta para uma tentativa utilitarista dessa formação.

A intensificação do trabalho docente, em termos gerais e com base em Pino, Vieira e (2009) e Luiz (2012), consiste na sociedade de trabalho dos professores provada dentre outros fatores, por uma ampla jornada de trabalho e turmas numerosas, agravadas pelo fato de que precisam dedicar mais esforços para alcançar melhores resultados nas avaliações nacionais, que somada a não garantia de condições favoráveis de trabalho, tais como: falta de recursos, falta de tempo para a formação continuada, salários reduzidos implicam na precarização do trabalho docente.

Este processo de isolamento somado ao aspecto da descontinuidade dos programas de formação continuada de professores poderá consolidar o processo de intensificação docente entendida como sensação de sobrecarga de trabalho, tendo em vista

que os professores acabam por ter que participar de mais de uma formação continuada sem contar com o tempo inserido na sua carga horária de trabalho para participar dos cursos e tendo uma eterna jornada de trabalho com base na análise referente a provável repercussão do Pacto Nacional pela alfabetização na idade certa sobre a formação e trabalho docente e propício apresentado pelo programa governamental com suas políticas definidoras de formação de alfabetização.

Nota: O Pro-Letramento funciona na modalidade semipresencial, mediante a utilização de material impresso e vídeos com atividade presencial e a distancia, acompanhada por tutores (Brasil, 2010).

A prova Brasil compõe o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e avalia os estudantes em língua Portuguesa e matemática e é aplicado com os alunos do 5º ano (4º série) do ensino fundamental para fornecer resultado para o (IDEB).

A Provinha Brasil avalia estudante do 2º ano (1º série) do ensino fundamental. Onde o segundo censo escolar 98% das crianças brasileiras de 6 anos são matriculadas no 1º ano do ensino fundamental, alfabetiza-las bem significa oferecer-lhes uma base sólida para um percurso escolar de sucesso e dar um importante passo para a qualidade a inclusão e a qualidade da educação.

Para o alcance desses objetivos, o pacto estabeleceu com eixo principal a formação dos docentes com o apoio de material específico. Essas ações são complementados por outros três eixos de atuação: material didático e pedagógicos para uso com as crianças, avaliação e controle social e mobilização.

Para o MEC, a formação continuada de professores como político nacional e componente essencial da profissionalização e da valorização docente, devendo integrar-se ao cotidiano da escola e pautar-se no respeito a experiência adquirida e no direito dos profissionais do magistério de buscarem atualizações e aperfeiçoamento ao longo da vida.

De acordo com os dados disponíveis no SISPACTO, sistema informatizado de monitoramento do pacto, em 2013 foram capacitados em linguagem, 313.599 professores alfabetizadores em curso com carga horária de 120 horas com já foi citado.

2.8.2 O foco em 2016

Em 2016, analisados os resultados da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) 2013 e 2014, os taxas de aprovação e distorção idade- série do ensino fundamental, os registros qualitativos dos professores no SISPACTO, as avaliações sobre o PNAIC e

considerando as reflexões e os estudos propostas aos professores - alfabetizadores um esforço concentrado na implementação de estratégias didático pedagógico que efetivamente permitiam as crianças a consolidação das competências e das habilidades de leitura e escrita prevista para serem alcançadas em cada ano do ciclo de alfabetização.

As tabelas com os direitos de aprendizagem constantes nos materiais do PNAIC feito as análises, propõe-se que definam metas a serem alcançadas para cada turma, buscando planejar situações de ensino eficiente que elevem a qualidade da aprendizagem das crianças.

É preciso um compromisso coletivo para reduzir o percentual médio de 50% das crianças brasileiras que ainda estão nos níveis 1 e 2 de leitura no ANA, pelo impacto que isso representa nas suas possibilidades de progresso escolar. O ciclo de alfabetização deve ser marcado por uma ação pedagógica intencional e progressiva, que se inicia no 1º ano (para muitas crianças, começa ainda na Educação Infantil) aprofunda-se no 2º ano e consolida-se no 3º ano preparando uma estrutura sólida para novos aprendizados ao longo da vida.

Assim, propõe-se que a formação continuada do PNAIC em 2016 seja realizada preferencialmente em serviço, orientada para diagnóstica de cada sala de aula e para oferecer ao professor amplo repertório de práticas pedagógicas no campo da alfabetização e letramento, permitindo-lhe intervir claramente para ajudar o aluno a superar obstáculos e progredir na compreensão do funcionamento do sistema de escrita; no domínio da correspondência grafo fônica, na fluência de leitura e no domínio de estratégias de compreensão e de produção de texto.

Compreende-se a alfabetização com um processo intencional, complexo e interdisciplinar: uma verdadeira proposta de educação integral. Um tempo em que, como se diz Soares (2010), a criança aprende a ler e escrever no contexto das práticas sócias da leitura e da escrita, com base em um projeto pedagógico que harmoniza alfabetização e letramento.

Essas práticas sociais são também vivenciada na escola, o que torna o currículo das séries iniciais uma oportunidade de alfabetizar as crianças em um ambiente lúdico e motivado de novos aprendizados, articulado com a vivência de valores como curiosidade, criatividade, respeito as diferenças, espírito investigativo, trabalho cooperativo, resiliência, resolução de problema e outros que preparam o indivíduo para ser viver e conviver no século XXI.

Os professores-alfabetizadores, seus formadores e gestores, tendo altas expectativas sobre as crianças e mobilizando seus conhecimentos para que elas possam progredir no domínio da língua materna e uma perspectiva de formação interdisciplinar e integral, ratificam seu compromisso ético-profissional de trabalho com excelência, compreendendo a etapa de alfabetização com fundamental para incluir todos os brasileiros que chegam a escola em uma trajetória escolar de sucesso em busca de novos patamares de educação ao longo da vida e exercício plenos da cidadania.

2.8.3 A gestão de apoio em 2016

Para apoiar os professores e facilitar a articulação entre escolas, instituições formadoras e sistemas de ensino em 2016 será intensificado o fortalecimento das estruturas de gestão com a potencialização de uma coordenação institucional ampla em cada estado.

A criação do comitê gestor estadual para a alfabetização e o letramento é um exercício do regime de colaboração previsto no plano nacional de Educação (PNE) é um reconhecimento de que os professores embora diretamente responsáveis pela alfabetização das crianças, precisam do apoio dos dirigentes escolares, das redes de ensino, das instituições formadoras e do (MEC) nesse desafio de elevar o padrão de qualidade do ciclo de alfabetização nas escolas públicas da Ilha de Itamaracá obviamente, há outros atores relevante: família, as associações de pais e mestres, os conselhos escolares, os conselhos municipais de educação e os articuladores dessas diferenças instâncias, mobilizando-os sempre no interesse maior da aprendizagem da criança e chamando-os para o controle social.

O comitê gestor estadual é composto por títulos e suplentes da secretaria estadual de educação, da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), representação das instituições formadoras e de outros órgãos, o que se preocupa com o processo de formação para garantir em melhor aprendizado das crianças.

Por fim, os programas possibilitou que os professores regentes dos termos, pense-se refletir-se e busca-se fundamentações teorias para sua práticas pedagógicas desenvolvidas no contexto escolar, pois a partir destes programas, buscou-se qualificar a ação docente para facilitar e na qualidade da educação, para além de dados quantificáveis, mas sim uma qualidade real, uma aprendizagem verdadeira, fortalecendo as formações continuada ofertada pelo município em estudo.

3 ATIVIDADES E DESEMPENHOS: O DESAFIO A SER VENCIDO

A avaliação e desempenho dos alunos na leitura e na escrita da criança das séries iniciais do ensino fundamental só estava completa quando consideramos a percepção dos professores sobre as habilidades dos alunos. A sala de aula consistiu em contexto natural para avaliar a linguagem escrita dos alunos, além de permitir uma análise contínua e longitudinal de seus progressos e muitos foram as queixas que muitos alunos não demonstra um medo desempenho por encontra-se com difícil leitura e escrita mediante vários fatores que envolve o ensino aprendizagem no processo da alfabetização. Os recursos oferecidos muitas vezes não atende a perspectiva dos alunos, por isso surgem as principais dificuldades.

A dificuldade apresentada pelos nossos alunos vem preocupando muito, todos os educadores de nosso Estado e município.

A dificuldade de aprendizagem esta relacionadas a diversos fatores o indivíduo ou inerentes a ele, decorrendo de situações adversas à aprendizagem como o *déficit* sensorial, abandono escolar, baixa condição socioeconômica, problema cognitivos e neurológicos.

São uma série de fatores enfrentado pelos professores e alunos do ensino fundamental dos três primeiros anos de escolaridade das escolas públicas da Ilha de Itamaracá por meio dessa pesquisa procurou-se demonstrar os principais problemas que podem ocasionar essas dificuldades de aprendizagem suas principais causas, as metodologias que podem ser aplicadas para minimizar esse problema evidenciado nas escolas públicas desse município, percebemos também a importância da família no acompanhamento das crianças nas atividades escolar.

O interesse desse tema partiu da experiência vivida como professora desse município. A convivência com a realidade dos alunos da escola Marechal Costa e Silva a escola Dulce do mesmo município foi possível perceber que muitos desses alunos enfrentam problemas de aprendizagem na leitura e escrita, problemas comportamentais entre outros diante dessa verificação resolve verificar o porquê desses grandes índices de dificuldade para alfabetizar os alunos dos três primeiros anos do primeiro ciclo das escolas já citada.

Ao perceber as dificuldades de aprendizagem e atuar de forma apropriada sobre elas, é uma forma de fazer acontecer à aprendizagem significativa. Fazer com que o aluno consiga superar esse problema muitas vezes causados por uma série de problemas que lhe cerca, onde cabe ao professor diagnosticar o tipo de problema que o aluno está enfrentando, o que muitos não é tarefa simples, portanto quando o professor percebe que alguma coisa não está dentro da normalidade com um aluno ou seja que o aluno não está adquirindo o conhecimento que lhe é de direito é necessário investigar o problema e o motivo desse déficit.

O número de alunos que sentem dificuldades em aprender tem aumentado consideravelmente o que leva muitos deles a perderem o interesse pela escola. Criando um clima de insegurança e a perda da autoestima.

A aprendizagem pode ser definida como uma modificação do comportamento do indivíduo em função de experiência e pode ser caracterizada pelo estilo sistemático e intencional e pela organização das atividades apropriada para que o ensino aprendizagem se der mesmo com as suas principais dificuldades.

O processo de aprendizagem traduz a maneira como os alunos adquirem novos conhecimentos, desenvolvem competência e mudam o comportamento. Trata-se de um processo complexo que dificilmente, pode ser explicado apenas através do conhecimento e das observações. A aprendizagem é um mecanismo de aquisição de conhecimento que são incorporados aos esquemas e estruturas intelectual que o indivíduo em um determinado momento.

Trata-se de um processo contínuo que começa pela convivência familiar, pelas culturas e tradições que vai se aperfeiçoando-se no ambiente escolar e na vida social de cada indivíduo, sendo assim um processo que valoriza as competências, habilidades, conhecimentos, comportamento e tem como objetivo a elevação da experiência, formação, raciocínio e observação. Essa ação pode ser analisada a partir de diferentes pontos de vista de forma que há diferentes teorias de aprendizagem.

Para Piaget (1998, p. 11) a aprendizagem provém de “equilibração progressiva, uma passagem contínua de um estado de equilíbrio para um estado de equilíbrio superior”. Diante dessa afirmação nota-se, que a aprendizagem faz parte de um equilíbrio e a sequência da evolução da mente, sendo assim em processo que não acontece isoladamente. Tanto pode partir das experiências que o indivíduo acumula no decorrer da sua vida, como também por meio da interação social.

Aprender é um processo que se inicia a partir do confronto entre a realidade objetiva e os diferentes significados que cada pessoa constrói acerca dessa realidade, considerando as experiências individuais e as regras sociais existentes. Ainda de acordo com Piaget (1974, p. 87):

A aprendizagem ocorre pela ação da experiência do sujeito e do processo de equilíbrio. Essa afirmação demonstra que a aprendizagem não parte do zero, mas sim, de experiências anteriores. O indivíduo vai desenvolvendo sua capacidade de assimilação através da organização do esquema cognitivo.

A educação recebida na escola e na sociedade de um modo geral cumpre em papel primordial na construção do sujeito, a atitude dos pais e suas práticas de criação e educação são aspectos que interferem no desenvolvimento individual e conseqüentemente o comportamento da criança na escola (Vygotsky, 1993).

De acordo com Vygotsky (1993, p. 49): “a aprendizagem é o resultado da interação dinâmica entre a criança com o meio social”, sendo que o pensamento e a linguagem recebem influências do meio em que convivem.

Segundo Vygotsky (1993, p. 97) a aprendizagem acontece por meio de uma zona de desenvolvimento proximal que pode ser definida da seguinte forma:

A zona de desenvolvimento proximal é a distância entre o nível de desenvolvimento real e o nível de desenvolvimento potencial. O nível real exprime o desempenho da criança ao realizar suas tarefas sem ajuda de ninguém, e o nível potencial representa aquelas tarefas que a criança ao conseguir realizar com ajuda de alguém.

O funcionamento cognitivo da mente está relacionada à reflexão, planejamento e à organização das estruturas lógicas e vai adequando-se a mediação simbólica e social.

3.1 Os desafios da alfabetização para amenizar o sofrimento dos alunos

Consciente de seu papel no processo de alfabetizar o educador pode realizar um trabalho de ação pedagógica com enfoque no desenvolvimento e construção da linguagem. Ao deixar de lado uma metodologia imposta por uma cartilha e partindo da leitura de mundo das crianças, o educador passa a medir e participar no processo espontâneo de conceituação da língua escrita.

O processo de ensino/aprendizagem da alfabetização deve ser organizado de modo que a leitura e a escrita sejam desenvolvidas numa linguagem real, natural, significativa e vivenciada. A assimilação do código linguístico não será uma atividade de

mãos e dedos, mas sim uma atividade de pensamento, uma forma complexa de construção de relações.

A postura construtivista sustenta como uma de suas características fundamentais, a construção por parte do pressuposto de que a criança sabe e reflete seus conhecimentos, organiza-os aprofunda-os, enriquece-os e desenvolve-os aqui o professor não é o saber, mas mediador do saber.

Ensinar as crianças a ler, escrever e a se expressar de maneira competente e o grande desafio dos professores, uma vez que a atual realidade social colocou novas demandas e necessidade tornando anacrônicos os métodos e conteúdos tradicionais que acabam dificultando o processo de aprendizagem da linguagem.

Evidentemente que é possível aprender a ler e escrever com as tradicionais cartilhas que usam o método da silabação, entretanto, atualmente percebe-se que tal procedimento leva a mera codificação (representação de fonemas e grafemas) e decodificação (representação oral de grafema em fonema), reduzindo a alfabetização a uma esfera mecânica.

Sabe-se que a alfabetização não é um processo baseado em perceber e memorizar e para aprender a ler e escrever, o aluno precisa construir um conhecimento de natureza conceitual: ele precisa compreender não só o que a escrita representa, mas também de que forma ela representa graficamente a linguagem.

Se considerarmos a criança como um futuro cidadão, capaz de pensar por si só nós educadores, teremos de lhe dar condições de ser autônomo, levando-a resolver seus problemas e evitando dar-lhe as respostas.

Assim a criança deve ter liberdade para interagir com seus colegas e com seus professores, trocando pontos de vistas, confrontando opiniões tomando decisões próprias e deve ter autonomia para interagir com o objeto de seu conhecimento.

Para Ferreiro (2010, p. 9), tradicionalmente, a alfabetização inicial é considerada em função da relação entre o método utilizado e o estado de “maturidade” ou de “prontidão” da criança. Os dois polos do processo de aprendizagem quem ensina e quem aprende têm sido caracterizado sem que leve em conta o terceiro elemento da relação: a natureza do objeto do conhecimento envolvendo esta aprendizagem.

Neste sentido, percebe-se que a alfabetização é um processo de construção do conhecimento e, com tal, é desencadeada pela interação pensante entre educando e objeto de conhecimento.

A escola, como espaço institucional de acesso ao conhecimento, para atender essa demanda, tem o papel de rever as práticas de ensino, que tratam a língua como algo sem vida e os textos como conjunto de regras a serem aprendida. A postura a ser tomada é a constituição de práticas que possibilitam ao aluno aprender a partir da diversidade de textos que circulam socialmente.

A prática pedagógica de alfabetização com texto não é algo familiar à grande parte dos formadores e dos alfabetizadores. A isso se soma o fato de que quanto mais novas e ou diferentes são as propostas sugeridas a quaisquer profissionais, maior a possibilidade de haver absorção no entendimento de como podem ser implantado, o que exige muita discussão, tanto prévia como posterior, sobre os procedimentos utilizados.

E para facilitar o processo da aprendizagem da leitura e da escrita é preciso propiciar condições para que o indivíduo tenha acesso ao mundo da escrita tornando-se capaz não só de ler e escrever, mas, sobretudo, fazer uso real e adequação da escrita com todas as funções que ela tem em nossa sociedade.

É a partir da necessidade que a criança vai construindo formas cada vez mais elaboradas de representação, até chegar ao domínio do código escrito. Para uma compreensão abrangente da alfabetização nas séries iniciais do primeiro ciclo do ensino fundamental, é preciso que resgatemos como objeto de conhecimento, do qual os indivíduos se apropriam através de experiência significativa. Pois é de conhecimento de todo educando que a criança que estuda num ambiente estimulador vai construindo prazerosamente seu conhecimento de mundo. Quando a escrita faz parte de seu universo cultural também constrói conhecimento sobre a escrita e a leitura.

Ler e conhecer. Quanto mais tarde a criança aprende ler mais dificultada o conhecimento dos significados das palavras que lhe cerca como instrumento de conhecimento.

Porém a necessidade de ler e escrever não surge da mesma forma para todas as crianças, já que elas vivem em meios diferentes que lhes proporcionem experiências diversas. Por exemplos, a criança de classe média e da zona urbana, é favorecida por estar em contato com o código escrito muito antes de ir à escola, através de letreiros de propagandas, cartazes, TV, acesso a livro, revista etc.

A convivência sistemática e constante das crianças de classe média com a palavra e tão grande que a descoberta do código passa muitas vezes, despercebidas, sendo vista como algo espontâneo e material. No entanto, uma criança que vive num meio onde não tem contato com a palavra escrita, não vai sentir a mesma urgência de ler. Assim, se em

sua casa não existem livros, jornais, revistas, e se os pais não sabem ler nem escrever essa criança não vai se interessar tanto pela alfabetização, já que as palavras escrita não faz parte do seu dia a dia, toda a palavra que ela conhece esta contida na oralidade e não na produção escrita. Portanto, para que ocorra esta descoberta é necessário uma interferência do professor levando a criança a perceber porque e para que ler e escrever algumas atividades poderão ser trabalhadas na linguagem oral como coro falado, conversas e discussões que poderão ser ricas e produtivas se provocada com objetivos sociais.

Frequentemente o professor preocupado com o conteúdo curricular “exigido”, supõe que essas atividades orais são perda de tempo e que este poderia ser empregado em outra atividade mais proveitosa e objetiva.

Ler é interagir com o autor procurar e produzir sentido vivenciar experiências. Para leitura a criança precisa interpretar símbolos, imagem, gestos, desenhos etc., promovendo predições, inferências e a comunicação de formas de textos entre si.

Podemos verificar que a criança nas classes de alfabetização formulam hipótese de leitura. Essas hipóteses de leitura vão avançando nas intervenções do ambiente e a criança percorre um longo caminho que vai da identificação do texto e imagem passando pela etiqueta ou hipótese do nome, até a tentativa de conciliar sua hipótese com os indicadores, isto é, os signos já conhecidos.

Para Ferreiro (2010, p. 291), os alunos são capazes de enfrentar uma variedade enorme de textos. A restrição com relação à escrita reside apenas nos casos em que os alunos não sabem decifrar determinada letra ou impossibilitando a letra. Depois que eles decifram a escrita o texto pode ser qualquer a escrita o texto pode ser qualquer um desde que a criança tenha condições de entender.

Desse modo, o professor tem uma importante tarefa de propiciar ao seu aluno a diversidade de texto que todos têm direito. Neste sentido, entendemos que se a criança possui em casa outros recursos de leitura não é tão grave que a escola é o único ambiente alfabetizador do aluno, esta é gravíssimo, por não ampliar seu conhecimento e conseqüentemente prejudica sua alfabetização.

O processo de alfabetização na experiência escolar é vista como uma temática de grande interesse por parte dos educadores de modo geral e por outros vários segmentos que compõem a sociedade. Porém, mesmo com tanta pesquisa existente sobre o assunto algumas lacunas ainda são identificáveis com ponto fundamental no processo de alfabetizar letrando, fazendo com a leitura e a escrita chegue para cada aluno no seu tempo.

3.2 Tipos de recursos para facilitar a alfabetização da leitura e escrita nas séries iniciais do ensino fundamental

Um método de alfabetização que leve em conta o processo de aprendizagem, deve deixar um espaço para que o aluno exponha suas ideias a respeito do que aprende. Neste sentido o educador estará fazendo um trabalho de alfabetização visando o ensino e a aprendizagem de maneira equilibrada e adequada.

Segundo Cagliari (2010, p. 8) “existem dois métodos um voltado para o ensino e outro voltado para a aprendizagem”. O primeiro tipo, que enfoca o ensino, e considerado por ele inadequado porque nele a situação inicial do aluno é considerado uma página em branco onde serão acrescentados informações uma após a outra enfocando o conhecimento já dominado e para isso, decorrer é fundamental. O autor cita como exemplo mais corriqueiro deste método o uso das cartilhas, onde o aluno precisa desmembrar palavras, decorar os pedaços e com eles construir outras palavras.

No segundo tipo de recursos, que enfoca a aprendizagem, e centrado na reflexão onde o aprendiz utiliza todo conhecimento adquirido a partir do momento que nasce para refletir sobre todas as coisas. Esse método enquanto aprendizagem é diferenciada para cada indivíduo, isto é, cada um tem momento adequado para aprender.

Verifica-se que não há uma fórmula pronta. O professor desde os primeiros contatos com o aluno terá ideias claras a respeito do que se espera desse aluno e a partir daí trabalhara para que esse conhecimento chegue no aluno com clareza.

Podemos observar, no entanto, que se o professor limita-se à cartilha, é por se sentir inseguro quanto a outros métodos, por desconhecê-los ou ainda, por estar à procura de uma metodologia de ensino.

Uma abordagem da alfabetização e letramento após a leitura segundo Emílio Ferreira. O trabalho de Emília é de fundamental interesse para quem se preocupa com o progresso do indivíduo ao se deparar com a alfabetização, ou melhor, com a aprendizagem da leitura e da escrita (lecto-escrita). Ela certificou-se de que os mesmos para todas as crianças independente da classe social. Ela considera a criança um ser cognocente na medida em busca a aprendizagem dos conceitos da escrita.

Emília Ferreiro não criou nenhuma metodologia específica, contudo, buscar a melhor maneira de ajudar nossas crianças a construir sua aprendizagem e adaptar nossa prática metodologia à teoria comprovada pela pesquisadora. Conhecer a pesquisa de Ferreiro e Teberosky (2010) é de suma importância para o professor que trabalha com

alfabetização de crianças que está inarticulada nos três primeiros anos de escolaridade ou chamado de séries iniciais. Para que possa entender o processo e a forma pelos quais a criança aprende a ler e escrever, para detectar e entender os “erros construtivos” características das fases em que encontra a criança e para saber desafiar seus alunos levando-os ao conflito cognitivo, ou seja, atentar a criança a modificar seus esquemas assimiladores frente a um objeto de conhecimento.

Para ser assimilada, a informação deve ser integrada a um sistema previamente elaborado ou a sistema em processo de elaboração, não é a informação, como tal, que cria conhecimento. O conhecimento é resultado da construção de um sujeito cognoscente conhecido.

3.3 Os caminhos da leitura e da escrita

Segundo Ferreira e Teberosky (2010), aprendizagem e leitura e da escrita acontece na interação com o objeto do conhecimento. No caso com o mundo da leitura e da escrita, presente em todos os textos que se apresentam em nosso cotidiano em diferentes portadores, como livros, cartazes, placas, bulas de remédios, folhetos de cordel, *out doors* entre outros.

Essa aprendizagem vai sendo construída a partir de hipóteses acerca do conteúdo escrito que, conforme os estudos de Piaget, evoluem em três grandes níveis: pré-silábicos, silábico e alfabético.

No nível pré-silábico a criança ainda não sabe que a escrita representa a fala, mas vai percebendo que ela representa algo diferente de desenhos, números e sinais. Nessa fase, ela pode identificar o próprio nome e utilizar essas letras de forma aleatória na escrita das diversas palavras.

Quando compreende que a escrita traduz a fala, e é capaz de traduzir cada padrão silábico com uma letra, a criança passa a ser considerada silábica, embora, quando escreva, represente um som (um fonema) com apenas uma letra. Nesse mesmo nível a criança pode evoluir tornando-se silábica alfabética, quando começa a perceber que tem representar cada sílaba com pelo menos duas letras.

A criança alfabética consegue compor palavras entendemos a função de cada letra na representação de cada som. Ela já sabe escrever, embora cometa erros ortográficos, próprios a quem não tem ainda o domínio das regras da escrita, pois escrever como escuta o nome ser pronunciado. Como, por exemplo, na palavra MININU.

Pessoas ortográficas, são aquelas capazes de escrever corretamente por dominarem o código da escrita, muito embora todo texto escrito seja sempre passível de revisões e correções, e as regras possam ser alteradas, como aconteceu recentemente com a reforma ortográfica. Professores alfabetizadores necessitam acompanhar de forma constante o nível de escrita e leitura de seus alunos para realizar as devidas intervenções que vão colaborando para que estes, lendo e escrevendo, possam ir conquistando novas aprendizagens.

No processo de construção da leitura e da escrita é imprescindível possibilitar a reflexão sobre o funcionamento da língua em situação de interpretação e produção de texto. As atividades de análise linguística se organizam sob quatro aspectos: análise no interior do texto, na frase, da palavra, das unidades menores da escrita.

No ensino da leitura e da escrita as atividades precisam abordar a reflexão sobre as letras, os sons que elas representam e os padrões silábicos que compõem a palavra ou palavra que estão sendo trabalhadas. Devem, assim, ser desenvolvidas propostas de ensino onde os alunos realizem atividades que envolvam trocas, inversões, acréscimos e supressões de letras e padrões silábicos. Nessas atividades, os alunos devem perceber que diferentes combinações de letras e sílabas resultam em diferentes palavras com diferentes significados.

É necessário possibilitar que a criança perceba a relação entre o que está sendo dito e o que é representado pela escrita, auxiliando no desenvolvimento da consciência fonológica, o que envolve diferentes habilidades, como a identificação de rimas, a percepção das palavras que compõem uma frase parte dos padrões silábicos.

Convém, no entanto, mais uma vez destacar que a descoberta do funcionamento da escrita não acontece pela ênfase das sílabas, e sim pela reflexão no uso real da língua.

3.4 Características das etapas na construção da escrita por Emília Ferreiro

3.4.1 Nível 1: Hipótese pré-silábica

Na hipótese pré-silábica a leitura é entendida pela criança através de desenhos, gravuras, etc. Para ela, as marcas gráficas figurativas, isto é, as gravuras e as escritas não são diferenciadas, usando garatujas que para a criança significa a escrita e até mesmo o desenho para representar qualquer objeto. Nesta fase a criança vem sempre utilizando as

mesmas letras ou números, diferentes e variadas, uma vez que ambas podem ser lidos, mesmo pertencendo a um sistema de escrita diferente.

Segundo Ferreiro (2012, p. 10): “[...] Todos os nossos simbólicos não-icônicos estão constituídos por combinações de dois tipos de linhas: pauzinhos e bolinhas. Mas alguns são chamados de letras e outros de números”.

Criança não conhece o valor sonoro convencional, muitas vezes pode até conhecer o som de alguma letra, embora os elementos gráficos tenham ligação com os sons da fala, mas ela nem imagina que isto pode estar acontecendo. É notável que a criança faça a escrita dos nomes de objetos e pessoas de acordo com o tamanho. A leitura da criança nesta fase é sempre global, a leitura de uma letra para ela vale como uma palavra.

3.4.2 Nível 2: Intermediário

Nesta fase a criança começa a relacionar a escrita com as imagens, não misturando mais números com letras. Algumas crianças começam a se desligar da leitura global, pois elas já conhecem o nome de algumas letras, mas não conseguem aplicá-las rigorosamente. É comum também que a criança não observe a segmentação de uma frase, sendo que para ela, se a frase estiver copiada com palavras juntas ou separadas será a mesma coisa, ou seja, terá o mesmo significado.

A possibilidade de se considerar as propriedades quantitativas da escrita, para adaptarmos a interpretação dada, precede regularmente na evolução, a possibilidade de se levar em consideração às propriedades qualitativas. Exceto em casos excepcionais (um dos quais está relatado em Ferreiro (2012), isto ocorre não apenas para crianças em idade pré-escolar, mas também para crianças a frequentar a escola primária.

3.4.3 Nível 3: Hipóteses silábicas

Quando se encontra nesse nível a criança descobre que pode haver relação entre a palavra e a quantidade de partes da pronúncia oral. Ela concebe a escrita como a representação gráfica dos sons da fala e constrói uma hipótese abordando a escrita, sendo que para cada sílaba falada corresponde a escrita de uma letra. As crianças no início não obedecem a uma direção para a escrita e até mesmo para a leitura, isto é, quando não leem da esquerda para a direita, e da direita para a esquerda, pois já supõe que a escrita representa a fala.

Geralmente a criança representa uma grafia para cada pronúncia oral, mas sua preocupação está mais em resolver quantas letras precisa para escrever uma palavra. Enquanto a criança está nessa fase, constrói também alguns princípios achando que são necessárias, no mínimo de três letras para construir uma palavra, ou até mesmo uma variedade de letras iguais para formar uma palavra.

Segundo Ferreiro e Teberosky (2010, p. 192): “[...] está caracterizado pela tentativa de dar um valor sonoro a cada uma das letras que compõem uma escrita. Nesta tentativa, a criança passa por um período da maior importância evolutiva: cada letra vale por uma sílaba”.

Ainda há também, a ideia de que conforme o tamanho do objeto, a criança acha que será o tamanho da palavra.

3.4.4 Nível 4: Silábico-alfabético

Esta é uma fase em que a criança está em conflitos onde ela escreve e ninguém consegue ler. Às vezes escreve palavras que tenham só vogais ou até mesmo só consoantes. A criança nessa fase comete erros que na realidade esses erros são construtivos, são mostrados como um trabalho intelectual, em que a criança vacila entre a escrita de uma letra ou de mais letras.

A criança abandona a hipótese silábica e descobre a necessidade de fazer uma análise que vá “mais além” da sílaba pelo conflito entre a hipótese silábica e a exigência de quantidade mínima de grafias [...] e o conflito entre as formas gráficas que o meio lhe propõe e a leitura dessas formas em termos de hipótese silábicas (Ferreiro, Teberosky, 2010).

Neste processo de aprendizagem, a criança se apresenta como resultado da própria atividade cognitiva da mesma, sem depender de métodos e técnicas de ensino, pois os resultados são semelhantes independentes da criança frequentar a escola ou não. Os métodos podem facilitar ou dificultar a aprendizagem da criança.

3.4.5 Nível 5: Hipótese alfabética

Nesta fase da alfabetização a criança estabelece correspondência entre fonema e grafema e compreende que uma sílaba pode ser formada por duas ou três letras. Não há total domínio da ortografia e pode também aparecer a separação indevida de palavras. As

crianças de classe baixas, que não frequentaram a pré-escola demoram mais para evoluir. Já aquelas que conseguem chegar ao final do ano sabendo ler e escrever na maioria das vezes são aquelas que partiram de níveis mais avançados. E neste momento que a criança utiliza o código de construção da língua e também compreende o valor sonoro de todas ou quase todas as letras.

A escrita alfabética constitui o final desta evolução. Ao chegar a este nível, a criança já franqueou a “barreira do código”, compreendeu que cada um dos caracteres da escrita corresponde a valores sonoros menores que a sílaba, e realiza sistematicamente uma análise sonora dos fonemas das palavras que vai crescer. Isto não quer dizer que todas as dificuldades tenham sido superadas; a partir desse momento a criança se defrontará com as dificuldades próprias da ortografia mas não terá problemas de escrita, no sentido restrito (Ferreiro, Teberosky, 2010).

Lendo e escrevendo que alguém aprende a ler e a escrever. Por isso, é importante que haja tempo para a criança ler, para falar e para escrever. É necessário também que a criança tenha tempo para jogar, pois o jogo além de ser desafio tem um grande significado, é através disto que a criança tem prazer em resolver problemas dentro de suas possibilidades. Isto reforça a ideia de respeitar as hipóteses de pensamento de uma criança não significa que devemos deixar a criança fazer o que quiser, e como quiser. Nesse sentido a tarefa do professor torna-se mais responsável, assumindo o papel de mediador entre aquele que aprende e o conteúdo a ser aprendido. A alfabetização é uma atividade construtiva e criativa, fundamentando-se no valor que a leitura e a escrita tem na prática social, evoluindo para a construção de novos conhecimentos e a reconstrução de noções, fazendo com que a criança além de ler e escrever com competência, que seja também crítica.

3.5 O painel alfabético

O painel alfabético como recurso alfabetizador possibilita diversas atividades voltadas para o reconhecimento das letras, a organização de palavras na sequência alfabética, a ampliação do repertório de palavras, a identificação de letras e sílabas iniciais, mediais e finais, o conhecimento dos usos e funções sociais da escrita, o desenvolvimento da capacidade de observação, memória e iniciativa.

Aliada do professor alfabetizador, é um recurso versátil que se adéqua a cada realidade, instiga a imaginação e favorece o planejamento e realização de atividades, considerando o estágio de leitura e escrita dos alunos.

Com o painel é possível trabalhar atividades de análise linguística utilizando textos ,frases, palavras, padrões silábicos e letras, estimulando a interação com o mundo da leitura e da escrita.

Eis alguns dos comentários feitos por professores que utilizaram o painel alfabético no exercício de sua ação alfabetizadora:

- É atrativo, e com ele posso trabalhar uma diversidade de atividades em sala de aula;
- É um material que faz a criança avançar na leitura, escrita e oralidade;

Quando as crianças têm dificuldades de identificar uma letra, se valem do painel para pesquisarem;

- As crianças adoram colocar a palavra iniciada com a letra que esta no painel alfabético.

- O painel colaborou com as crianças que não conseguiam aprender. Ela foi exposto na sala, num local onde as crianças puderam manipula-lo, e a aprendizagem foi se tornando mais fácil.

- Com o painel todos saíram ganhando, pois a utilização dele é feita por todas as turmas.

- Ajuda as crianças a identificar com mais facilidade letras, palavras e o nome do aluno;

- As crianças estão aprendendo, criando novas palavras e usando as letras do painel alfabético;

- O painel é muito importante; as crianças fazem uma festa no momento das atividades com ele;

- As crianças observam muito o painel e, com isso, aprendem as letras com mais facilidade;

- É muito bom. Elas ficam muito empolgadas e participam bastante;

- Ótimo, pois tudo que as crianças visualizam é mais fácil de aprender;

- Tem muita utilidade ,pois é dinâmico e atraente. É mais um material que enriquece a nossa aula diária;

- Não se trata apenas de trabalhar a letra, mas de todo um percurso bem amplo em qualquer atividades a ser desenvolvida.

3.6 As perspectivas do aprender ler e escrever

Durante muito tempo a alfabetização foi entendida como mera sistematização do “B+A = BA”, isto é, como a aquisição de um código fundado na relação entre fonema e grafemas. Em uma sociedade constituída em grande parte por analfabeto é marcada por reduzidas práticas de leitura e escrita, a simples consciência fonológica que permitia aos sujeitos associar sons e letras para produzir/interpretar palavras (ou frases curtas) parecia ser suficiente para diferenciar o alfabetizado do analfabeto.

Com o tempo, a superação do analfabetismo em nossa e a crescente complexidade de nossas sociedades fazem surgir maiores e mais variadas práticas de uso da língua escrita, tão fortes são os apelos que o mundo letrado exerce sobre as pessoas que já não lhe basta a capacidade de desenhar letras ou decifrar o código da leitura. Segundo a mesma trajetória dos países desenvolvidos, o final do século XX impôs a praticamente todos os povos a exigência da língua escrita não mais como meta de conhecimento desejável, mas como verdadeira condição para a sobrevivência e a conquista da cidadania. Foi no contexto das grandes transformações culturais, sociais políticas, econômicas e tecnológica que o termo “letramento” ampliando o sentido do que tradicionalmente se conhecia por alfabetização (Soares, 2011).

Hoje, tão importante, quanto conhecer o funcionamento do sistema de escrita pode se engajar em práticas sociais letradas, respondendo aos inevitáveis apelos de uma cultura grafocêntrica. Assim enquanto a alfabetização se ocupa da aquisição da escrita por um indivíduo, ou grupo de indivíduo, o letramento focaliza os aspectos sócio histórico, da aquisição de uma sociedade com a mesma preocupação em diferenciar as práticas escolares de ensino da língua escrita e a dimensão social das várias manifestações escritas em cada comunidade mais do que expor a oposição entre os conceitos de “alfabetização” e “letramento”. Soares (2011) valoriza o impacto qualitativo que este conjunto de práticas sociais representa para o sujeito, extrapolando a dimensão técnica e instrumental do puro domínio de sistema de escrita.

A alfabetização e o processo pelo qual se adquire o domínio de um código e das habilidades de utilizá-lo para ler e escrever, ou seja: o domínio da tecnologia do conjunto de técnicas para exercer a arte e ciência da escrita. Ao exercício efetivo e competente da tecnologia da escrita denomina-se letramento que implica habilidades básicas, tais como: capacidade de ler ou escrever para atingir diferentes objetivos.

3.6.1 O desafio de ensinar a ler e escrever

Partindo da compreensão da língua escrita como sistema formal (de regras, convenções e normas de funcionamento) que se legitima pela possibilidade de uso efetivo nas mais diversas situações e para diferentes fins, somos levados a admitir o paradoxo inerente à própria língua: por um lado uma estrutura suficientemente fechada que não admite transgressões sob pena de perder a dupla condição de inteligibilidade e comunicação. Por outro, um recurso suficientemente aberto que permite dizer tudo isto e, um sistema permanentemente disponível ao poder humano de criação (Geroldes, 2011).

Porque alfabetização e letramento são conceitos frequentemente confundidos ou sobrepostos, é importante distingui-los, ao mesmo tempo confundido ou sobrepostos, é importante também aproximá-lo: a distinção é necessário porque a introdução, no campo da educação, do conceito de letramento tem ameaçado perigosamente a especificidade do processo de alfabetização. Por outro lado, a aproximação é necessária porque não só o processo de alfabetização, embora distinto e específico, altera-se e reconfigura-se no quadro do conceito de letramento, como também este é dependente. No entanto, muitos já se falou sobre a importância da leitura e da escrita na vida do homem, sobre causas e consequências das carências ou da ausência de leitura numa sociedade letrada e cada vez mais exigente no que se refere ao desempenho linguístico do falante.

Tornar o indivíduo hábil no processo de ler e escrever, a fim de desempenhar determinados papéis na sociedade, tem sido a função da escola; tarefa que lhe confere, desde sua criação, uma importância especial, um status muito maior que o de outras instituições. Além disso, a escola tem desempenhado um papel igualmente importante dar sustentação à ideologia da sociedade burguesa emergente do capitalismo, como afirmam Silva e Zilbernam (1990, p. 69): “a propagação da escola e a valorização da alfabetização, enquanto a etapa básica é imprescindível do ensino e aprendizagem da leitura e da escrita”.

O desenvolvimento e apropriação da leitura e da escrita no sistema de alfabetização e letramento. O processo formal de alfabetização ocorre com a aprendizagem da escrita e da leitura em suas várias etapas de desenvolvimento. Desse modo, a relação com a leitura e o letramento, visto numa perspectiva social, pois pelo próprio ato de conviver, tornamo-nos letrados pela escola do mundo.

Em nossa sociedade letrada, os registros escritos estão implicadas em todos os espaços. Mesmo aquele que não se apropriam da leitura e da escrita, no sentido usual dos termos, são “leitores-ouvintes” de inúmeros textos veiculados pela mídia. Eles vivenciam,

em seu cotidiano, situações mais quais a língua escrita exerce diferentes funções (comunicação, apelo, informação, expressão), tendo vários usos, de textos de corrente do seu dia a dia como rótulos de embalagens, símbolos, propagandas, cartazes, nomes de rua, placas, avisos, bilhetes, receitas, cartas, fichas, jornais, revistas, livros etc. faz com que o aluno se familiarize com texto escrito e estabeleça uma série de relação, levantando hipótese e procurando compreender o seu significado. Por que mesmo antes de serem submetidas a um processo sistemático de alfabetização, as pessoas convivem com determinadas situações de leitura e escrita que contribuem para o aperfeiçoamento de seu processo de letramento.

Ferreiro e Tiberrosky (2010), ao pesquisarem a psicogêneses da língua escrita, revelam a maneira pela qual a criança constrói seu sistema interpretativo para complexos que é a escrita. Mesmo quando ainda não escrevem ou leem da forma convencionalmente aceita como correta, já estão percorrendo um processo que os coloca mais a próximos ou mais distantes das formalizações da leitura e da escrita. Os inúmeros escritos presentes no cotidiano apenas podem ser lidos se forem reconhecidos pelo sujeito como texto, ou seja, é necessário que o leitor perceba neles sua unidade significativa. Não basta ter uma infinidade de textos expostos, sem a capacidade de reconhecê-los como textos de interagir com eles e se apropriar de seus sentidos.

Um mesmo texto pode ser lido de várias maneiras, dependendo das intenções, das necessidades e dos conhecimentos do leitor, do seu suporte gráfico e grau de complexidade.

A leitura faz-se na conjunção entre as intenções do autor, a concretude do suporte em que o texto vem expresso (cartaz, embalagem, revista, livro) e a atividade do sujeito-leitor. O texto supõe, via de regras, vários contextos, o que lhe deu origem, o que está inserida em seu interior e o contexto do leitor, com seus conhecimentos extralinguístico dizer que o ato de ler envolve a enunciação, os contextos e o receptor com suas experiências havendo três intenções: a *intentio* autores, a *intentio textualis* e a *intentio lectores* os diversos contextos estão intimamente relacionados com a cultura que é a expressão do modo de pensar, viver e agir, constituindo-se em figuras da intersubjetividade. Portanto, a leitura do mundo e do texto precede a escritura (Ferreiro, 2010).

A leitura é sempre uma atividade representativa do sujeito. Faz parte da corrente da interação verbal entre locutor/autor e ouvinte leitor nos diz que a cada palavra enunciação que está em processo de compreensão faz-se corresponder uma série de palavras nossas formando uma réplica (Bakhtin, 2004). Sendo assim, a compreensão da

leitura é uma forma de diálogo, se o sujeito não penetra na corrente da interação verbal que se estabelece entre ele e o texto, os escritos que estão a seu redor existem apenas como artefatos. Ler é muito mais que decifrar o código alfabético, é questionar a realidade para compreendê-la melhor, é distanciar-se do texto e assumir uma postura crítica, perante o que se diz e o que se quer dizer. Aqui ressoa a teoria dos atos de fala.

O grande problema da escrita é recuperar aquilo que se perdeu da oralidade (acentos frasal, entonação, curva metódica), e o problema da leitura consiste em dominar os sinais e técnicas hermenêuticas que dão algumas indicações de como o escritor desejava que o texto fosse interpretado. Portanto, ler é construir sentido a partir das próprias experiências, na tentativa de aproximar-se das intenções de que se pretende entender o universo que circula a leitura e a escrita nesses primeiros anos de escolaridades.

3.6.2 A aquisição da leitura e da escrita pelos alunos que inicia sua escolaridade

Sabe-se que são duas realizações cognitivas diferentes, mas complementares em relação ao desenvolvimento e aprendizagem da leitura e da escrita. Vejamos: em primeiro lugar temos a visão biológica de Lemeberg, que apresenta a fala como uma capacidade inata, enquanto o escrever e ler não o são, pois decorrem de uma aprendizagem formal comprometida com a cultura. Para a teoria evolucionista de Bickerton, a escrita já estaria programado na criança. A tese funcionalista sugere que a escrita e a leitura são necessidades funcionais da criança. A tese de Piaget (1974) localiza a escrita como uma atividade estruturada do sujeito que interage com o objeto. A criança e o adulto em fase de alfabetização usam a estratégia fonológica (escrever como se fala em uma relação biunívoca). Nessa fase, a leitura e a escrita apoiam-se em estratégias diferentes. Kato (2001, p. 123) propõe que:

A iniciação à leitura se dá através de textos autênticos, escritos na norma padrão, e a iniciação à produção escrita preveja um período inicial em que haja, por parte da escola, uma longa tolerância em relação aos desvios de ordem dialetal. A ênfase seria dada a fluência na escrita, e não sobre a precisão ortográfica. Aos poucos, através de exercícios bem elaborados e, sobretudo, através da leitura, seria levada a monitorar sua escrita para atender aos padrões dessa modalidade. Se a política de avaliação escolar fosse norteada nesse sentido, o índice de evasão certamente se alteraria, dando um quanto bem mais otimista.

De acordo com Soares (2011, p. 14), o termo letramento é uma tentativa de tradução do inglês Literacy, significando “o estado ou condição de fazer usos sociais da leitura e da escrita”.

Foi usado, primeiramente, por Kato (2001). No século XIX, o dicionário do português Caldas Aulete trazia o vocábulo letramento como uma palavra arcaica, atribuindo-a ao que hoje chamamos de soletrar. A palavra morreu e ressurgiu demonstrando a vivacidade e o dinamismo das línguas. Sendo assim, o letramento difere da alfabetização, que é o processo formal de ensinar a ler e a escrever. Kleiman (2004) diz que o letramento ocasiona mudanças políticas, sociais, econômicas e cognitivas a partir da inserção dos indivíduos nas sociedades tecnológicas e, por isso, mesmo o analfabeto poderá ser letrado de acordo com seu convívio social. Portanto, o letramento extrapola o mundo da escrita. A escola é apenas uma das agências de letramento que se preocupam com a alfabetização, mas o letramento como prática social é adquirido na rua, no local de trabalho, na família e entre contexto social da escola como uma responsabilidade de alfabetizar letrando todos os alunos que inicia sua escolaridade do ensino fundamental.

A escrita é uma prática discursiva que, na medida que possibilita uma leitura crítica da realidade, se constitui como um importante instrumento de resgate da cidadania e que reforça o engajamento do cidadão nos movimentos sociais que lutam pela melhoria da qualidade de vida e pela transformação.

Portanto, o analfabeto poderá ser letrado de acordo com seu contexto social, pois mesmo sem fazer uso da escrita, expressa-se seu discurso e as ações e saber fazer uso sociais da leitura e da escrita.

Soares (2011) expõe que os termos analfabeto e alfabetizado, alfabetizado e letrado são conceitos imprecisos e dependem do contexto social, cultural, linguístico, histórico. Pode-se dizer que há letramentos, como se diz em inglês, *leteracios*. Para ela, nos países desenvolvidos, como os Estados Unidos, a França e a Inglaterra, a preocupação não é com o analfabetismo, que é inexistente, mas com o letramento, ou seja, favorecer a população o fácil acesso aos livros com criação de bibliotecas e preços acessíveis de jornais e revistas.

Também outros autores como Marcuschi (2001), afirmam que se deve falar de letramento em seus diversos níveis de realidades inclusive no letramento funcional ou de sobrevivência, de caráter econômico, relacionado com a vida diária: emprego, compras, passeio pela cidade. Um sentido mais radical de letramento relaciona-se com a conscientização, que questiona valores, tradições, forma de distribuição de poder presente nos contextos sociais. O alfabetizado tem a capacidade de utilizar a leitura e a escrita para tomar consciência da realidade e transformá-la, portanto, em letramento de dimensão política que promove mudanças sociais.

3.6.3 A leitura e a escrita como uma prática social situado nas séries iniciais como letramento

Definindo o letramento como prática social situada, propondo que investigar o letramento e a leitura e escrita dos alunos que estão matriculados nos primeiros anos de escolaridade da rede municipal. É observar práticas linguísticas em situações em que tanto a escrita como a fala são centrais para atividades comunicativas em curso: enquanto alguns linguísticas veem a língua apenas como sistema e observa seu uso, pois é uma atividade voltada para a ação, para a cognição, para a interação, sendo heterogêneo, histórica e social. A língua se dá em um contínuo de relações entre modalidade (fala e escrita), gêneros textuais e contextos socioculturais, em oposição à ideia dicotômica entre oralidade e escrita. A escrita, portanto, não é mera representação da fala, mas um outro modo de expressão linguístico.

Alfabetização e letramento são dois processos de desenvolvimento da linguagem que devem estar interligados durante todo o período de aprendizagem da leitura e da escrita.

Segundo Soares (2010), o fenômeno do letramento obscureceu o processo de aquisição do sistema convencional da escrita alfabética e ortográfica. Assim, propõe que durante a intervenção pedagógica os dois apareçam simultaneamente, ou seja, a alfabetização não preceda ao letramento nem vice-versa, reconhecendo-se a especificidade da alfabetização como apropriação do sistema de escrita e que ela se desenvolva num contexto de letramento, com metodologia adequada.

Tendo refletido sobre a aquisição e o desenvolvimento da leitura, da escrita e do letramento e tendo em vista a proposta da pesquisa de aprofundar as questões do desempenho dos alunos no que diz respeito ao processo em discussão.

3.7 A alfabetização e variação linguística

A alfabetização deverá ser vista como um processo da relação conjunta entre ensino/aprendizagem e entre professor/aluno. A relação ensino/aprendizagem é um fenômeno complexo e envolve várias áreas do conhecimento como a psicologia, a linguística, a antropologia, a história, a sociedade e a cultura durante o processo de aprendizagem da escrita o professor deverá evidenciar que os alunos, em um primeiro momento, trabalham com hipóteses, pois o objeto em estudo passa a ser este suceder de

hipóteses que o alfabetizando realiza desde o momento em que começa a ter contato com a escrita até o momento em que é capaz de produzir a escrita oficial. Sabendo que o processo alfabetizando produz erros na tentativa de interrelacionar os dois sistemas (oral e escrita). Esses erros deverão ser interpretados a partir da relação entre o fonológico e o ortográfico, encontrada nos diversos gêneros de texto sem desprezar os contextos de produção com tudo o ato de ensinar e uma construção coletiva e que o ato de aprender é uma ação individual e que ambas as atividades são contextualizadas. A escola, portanto, deverá favorecer as hipóteses dos alunos, para que eles construam sua aprendizagem e não fiquem somente reproduzindo as cartilhas, sendo a construção do conhecimento uma atividade do aluno e a tarefa de ensiná-lo, ajuda-lo a progredir, um trabalho do professor. Ambos são sujeitos de um mesmo processo em que a aquisição do conhecimento torna-se algo compartilhado já na sua construção e não se reduz apenas a uma tarefa solitária do indivíduo, como prega o construtivismo piagetiano.

Lemle (2001) propõe várias reflexões e formas de alfabetizar, sabendo-se que a escrita não é mera representação da fala, pois as letras nem sempre correspondem aos sons como em morte (morti), moto (motu), sal (sal), anzol (anzol), veremos, conforme a autora, as etapas da alfabetização. A primeira corresponderia ao casamento monogâmico entre sons e letras, ou seja, as letras correspondem ao som, uma segunda etapa seria a teoria da poligamia com restrições de posição, em que cada som em uma dada posição há uma determinada letra e que cada letra em uma dada posição há uma determinada letra e que cada letra em uma dada posição, corresponde a determinado som. A terceira etapa caracterizar-se-ia pelas primeiras letras onde o aluno soletra fazendo a junção dos sons para formar palavras.

3.8 A aprendizagem e as dificuldades para aprender

A aprendizagem é um processo de desenvolvimento intelectual, que dá por meio das estruturas de pensamentos e está estritamente relacionada à ação do sujeito sobre o meio, partindo do princípio de interação que acontece em etapas: assimilação, acomodação e equilíbrio.

A assimilação é definida como um mecanismo de incorporação das particularidades, qualidades, dos objetos aos esquemas ou estrutura intelectual que o sujeito dispõe em certo momento.

A acomodação se refere ao mecanismo complementar em que os esquemas ou estrutura do sujeito devem se ajustar às propriedades e as particularidades do objeto de ensino para a equilíbrio e o processo de aprendizagem afastando as dificuldades que percorre o seu cotidiano. Resta ao professor saber identificar em qual nível encontra seu aluno percebendo a aprendizagem como influenciada por características peculiares de cada um e, ou do próprio meio em que ele convive (escola ou não), portanto atentando-se para a individualidade de ritmo, comportamento e percepções. Só então, poderia se afirmar que a não correspondência aos chamados “padrões de linguagem”, seja na leitura escrita, calcula localização, historicidade, seja de fato uma dificuldade de aprendizagem, atualmente confundida como formada por algum déficit. Pode estar se dando uma dificuldade “com” aquele determinado conhecimento, desta forma há dificuldade de aprendizagem pode ser verificado pelo professor que pode mediar esse problema como já foi visto com tantos outros métodos. No entanto, ler e escrever são habilidade que fazem parte do nosso dia-a-dia, entretanto por mais comum que possa parecer, essa tarefa não é tão simples.

Segundo Oliveira (2005), há algumas competências centrais para que o processo da leitura ocorra com eficiência. Entre elas são necessários a consciência fonológica, ou seja, a ideia de que diferentes letras produzem diferentes sons; princípio alfabético, desenvolvimento a ideia de que há uma relação entre a presença e posição de um grafema e o som que ela tem na palavra, a decodificação, que é a capacidade de pronunciar o som de uma palavra escrita ou transformar em escrita uma palavra ouvida e a fluência que inclui a correção e o ritmo de leitura de textos.

Para Teberosky e Colomer (2007) o ato de ler envolve ainda um conjunto de habilidades, como a decodificação, nível de leitura crítica, e sub-habilidades como discriminação visual, discriminação auditiva, memorial visual e memorial auditiva. Nessa direção, Oliveira (2005) revela que, na tarefa concreta da leitura, é possível identificar quatro grande módulos, que incluem os processos que são postos em funcionamento ao realiza-se a leitura.

O módulo perceptivo é o primeiro na tarefa na leitura, pois efetua os trabalhos de extração de informação, reconhecimento e análise linguística. O modo léxico é o responsável pela recuperação do conceito associado à unidade linguística ou recuperação léxica, mediante dois caminhos: um visual e outro fonológico. Já o módulo sintático inclui estratégias de reconhecimento gramatical ou sintático da ordem das palavras, do seu papel funcional, do significado e do módulo semântico implica processos que integram as

distintas palavras num todo coerente que permite a extração do significado da mensagem, além do que cada uma das partes represente.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais da Língua Portuguesa (PCN) (Brasil, 1997), a leitura é um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de construção do significado do texto a partir de seus objetivos, do seu conhecimento sobre o assunto e de diversos outros aspectos envolvidos nessa habilidade. Enfatizam ainda que ler não significa extrair informação da escrita decodificando-a letra por letra, palavra por palavra, mas envolve uma série de estratégias como seleção, antecipação, influência e verificação, que permitem ao leitor controlar o que vai sendo lido. Tomar decisões diante do desconhecido e buscar no texto a comprovação das suposições feitas.

Considerando que a escrita é um meio de comunicação importante e que seu poder não reside em si mesmo, mas no uso que a sociedade faz dela, outros dois aspectos destacados são importante para se compreender esta construção. Os aspectos sociais e culturais, visto que quem não aprende ler e escrever dificilmente chegará a uma autonomia pessoal e não terá acesso a obras e veículos de comunicação como jornais e revista, que complementam a cultura do ser humano.

Essas colocações possibilitam refletir sobre a utilidade da escrita como finalidade de formação de escritores competentes e capazes de produzir textos coerentes, coesos e eficazes. Dessa forma, um escritor competente é alguém que sabe selecionar o gênero do seu discurso, atendendo aos objetivos pedidos, que ele o planeja, sabe elaborar um resumo no 3º ano do 1º ciclo de alfabetização, onde os mesmos tenham habilidades de tomar notas durante uma exposição oral, além disso, é capaz de olhar para o próprio texto como um objeto de conhecimento e aprendizagem.

3.9 A escola como grande incentivadora para o acontecimento da leitura e da escrita

A escola deveria ser a grande incentivadora da leitura em sua prática docente. Os verdadeiros saltos de qualidade em favor do gosto pela leitura só serão dados pelos alunos que são motivados a tal ato. Por isso deveria ser criado o circuito do livro na própria sala de aula, a fim de que os alunos pudessem tocar uns com os outros, e até refletir oralmente, as suas experiências de leitores, deixando assim da infância leitora e passado a maturidade da letra.

A quantidade de leitura poderá gerar qualidade e a avaliação nunca deverá ser um controle, pois isso tiraria o prazer de ler, os alunos deverão ler aquilo que desejam, no

tempo que quiser e estabelecer para metros de relação com outros textos, a fim de que o novo na informação seja sempre acumulado, não esquecendo que se o texto for inédito e, o aluno terá dificuldade de chegar a uma compreensão interna por falta de elementos já ados e explicado pelo professor. Caso não seja em texto não conhecido com palavras que não é do cotidiano do aluno o professor deve auxiliar de um dicionário para facilitar a compreensão das palavras.

Não cremos que haja leitura qualitativa no leitor de um texto só. Escolhemos um caminho que respeitando os passos do aluno, permite que a quantidade gera qualidade, não pela mera quantidade de textos ou livros lidos, mas pela experiência de liberdade de ler utilizando-se de sua vivência para a compreensão do que é ler.

Sabemos que a escrita e a leitura muito cedo ganham usos sociais no cotidiano, percebemos que cada vez mais a necessidade de uma prática social da leitura e da escrita e que claro que essas duas realidades são inseparáveis, faces de uma mesma moeda; a escrita não pode se separar da leitura: já que se escreve para ser lido.

A leitura é o recurso requerida para que se passa ter acesso às informações veiculares das mais diversas maneiras: nos livros, nos jornais, na televisão e nos outdoors espalhados pela cidade em cartaz, folders, impressos de propagandas, folhetos da igreja, rótulo de garrafa e produto comercializados, afinal tudo que posta um texto é para ser lido e a criança que está no processo de letramento ou alfabetização todos esses mecanismos e essencial.

Sabe-se que um mesmo texto multiplica-se em infinitos textos, tanto textos quantas leituras houver, cada leitura construirá um novo texto, produto de determinação múltiplos e de experiências variadas. Assim o aluno constrói-se numa pluralidade de outros textos.

A leitura é um dos meios mais importantes para a construção de novas aprendizagens possibilita o fortalecimento de ideias e ações, permite ampliar conhecimento e adquirir novos conhecimentos gerais e específicos, possibilitando a ascensão de quem lê a níveis mais elevados de desempenho cognitivo, como a aplicação de conhecimentos, a novas situações, a análise e a crítica de textos e a síntese de estudos realizados. É algo crucial para a aprendizagem do ser humano, pois é através da leitura que podemos enriquecer nosso vocabulário, obter conhecimento, dinamizar o raciocínio e a interpretação. Como a leitura, o aluno desperta para novos aspectos da vida em que ainda não tinha pensado, desperta para o mundo real e para o entendimento do outro ser. Assim seus horizontes são ampliados.

3.9.1 A leitura na sala de aula

O período de iniciação escolar como já explicitamos no capítulo anterior é fundamental na percepção que a criança irá ter ao longo de sua trajetória escolar pelos livros. O trabalho com a leitura precisa ser visto, principalmente com alunos dos três primeiros anos iniciais, os quais estão construindo o gosto pela leitura, como algo de extrema importância.

Incentivar o gosto e a paixão dos alunos para que possam tirar proveitos pessoal da leitura precisa ser objetivo de toda a escola. É muito importante que a escola contribua para a preparação de alunos capazes de participar como sujeitos do processo de desenvolvimento da aprendizagem.

Oliveira e Queiroz (2009, p. 2) dizem que;

Entendemos que o ensino da leitura deve além do ato monótono que é aplicado em muitas escolas, de forma mecânica e muitas vezes descontextualizada, mas em processo que deve contribuir para a formação de pessoas críticas e corrente, capazes de interpretar a realidade, bem como participar ativamente da sociedade.

Fazer da leitura algo constante no ambiente escolar, levando o aluno a ter contato com variadas obras auxilia o desempenho destes em relação a diversas atividades futuras. O ato de ler precisa levar a criança à compreensão do assunto lido e não simplesmente repetição de informações, para que assim, criticamente, possa se dar a construção do conhecimento e a produção de qualquer texto.

Para isso, de acordo com Freire (2005), linguagem e realidade precisa ser relacionada dinamicamente e a experiência de vida dos alunos ser valorizado. Não basta identificar as palavras, mas fazê-las ter sentido, compreendendo, interpretando, relacionado o que se lê com a própria vida, ações, sentimentos. As crianças leem quando os textos apresentam significados para elas.

3.9.2 O professor e sua participação como medida do incentivo a leitura

O professor, como já evidenciado, é um grande formador de opinião e devido a essa aptidão ele pode, a partir dos primeiros anos, implantam conceitos de leitura e práticas diária em sala de aula. É nesses espaços que figura em bom lugar para construir uma consciência acerca da importância de ler. Cabe ao educador proporcionar momentos de prazer com atividades criativas que despertam o interesse e o envolvimento dos alunos pela leitura.

Os professores tem em suas mãos uma preciosa ferramenta que pode possibilitar o desenvolvimento intelectual e pessoal de seus alunos. Mas é preciso dar condições para que esse aluno desenvolva hábitos de leitura espontâneas, pelo simples prazer da leitura.

Sendo assim, o professor pode atuar desenvolvendo ao decorrer de suas aulas, leituras compartilhadas e leitura livres conforme Freitas (2012) leitura compartilhada consiste em realizar uma leitura para toda a sala, ou seja, em voz alta, os alunos que ainda não sabe ler começam a ouvir a linguagem escrita, dividindo assim a leitura com o professor, essa relação já produz um convívio com o ato de ler. Contar história todos os dias para os alunos estabelecer aos poucos a percepção de que o ato de ler é um hábito do cotidiano, e assim começa tomar gosto pela leitura.

3.9.3 O papel da família no que diz respeito ao desenvolvimento da leitura e da escrita

A Constituição Federal de 1998, no seu artigo 205 e a Lei de Diretrizes e Base (LDB, 1996), no seu artigo 2, afirmam que a educação é dever da família e do Estado. A família é convocada pelo poder público, a participar do processo de formação escolar: no primeiro momento, matriculando, obrigatoriamente seu filho, em idade escolar, no ensino fundamental. No segundo momento, zelando pela frequência a escola e um terceiro momento se articulando com a escola de modo a assegurar meios para a recuperação dos alunos.

Assim, tanto o professor e a escola, quanto família e a sociedade envolvem aspectos socioculturais importante para o processo de aprendizagem de uma criança.

Quando uma criança apresenta alguma dificuldade de aprendizagem da leitura e da escrita, nem sempre os professores, os pais e/ou a família possuem informações suficientes para entender e enfrentar adequadamente o processo.

Assim, os pais cobram das escolas respostas e resultados, e a escola, por sua vez, acusa os pais de negligência. Com este tipo de atitude e sem a preparação adequada, a escola passa a ser um lugar de acúmulo de frustrações para os alunos.

Segundo Soares (2011), as crianças que provém de ambiente letrados tem mais facilidade em aprender a ler e a escrever do que crianças provenientes de ambiente não-letrados.

A criança que convive em ambiente onde não existem revistas, livros e que não tem modelos de leitura não tem interesse e a motivação despertando todos. Possivelmente estes são alguns dos dois fatores que fazem surgir algumas dificuldades de aprendizagem

da leitura e escrita. Assim, a família possui papel fundamental no desenvolvimento da capacidade de aprender e cabe a ela articular-se com a escola e seus docentes, ambos zelando de forma permanente, pela qualidade de ensino.

Os pais devem evitar transmitir à criança a angústia e ansiedade que eles próprios sentem, diante dessas dificuldades, o importante é que eles transmitam segurança a criança e que compreendam a razão das suas dificuldades de aprendizagem na leitura e na escrita. Os pais também devem evitar comparar a criança com os irmãos ou colegas da sala ou colocá-la perante situações nas quais sabem que a criança não tem sucesso, evitando que ela fique desmotivada.

A família deve observar a criança ao ler e ao escrever. Recomendando-se que os pais leiam os livros escolares, observando como são organizadas as frases, os textos, as frases para poder observar o desempenho da criança e seu desenvolvimento na leitura e na escrita.

Filhos de pais analfabetos têm pouco contato com a escrita e a leitura, portanto podem necessitar de livros e materiais escritos bem impressos e com forma adequada para manuseio.

É necessário que a família ajude à criança na sua educação ou reeducação linguísticas e faça com que a criança pronuncie cada fonema, vogal e consoantes. É preciso observar como a criança pronuncia os fonemas e em seguida, pedir a ela que olhe o movimento de seus lábios, quando articulam fonemas em algumas palavras do cotidiano. Deve-se pedir também, que repita as palavras, pois a repetição acaba por levá-lo, assim, a consciência dos fonemas.

A família deve auxiliar a criança em casa, lendo para jornais, revistas e livros que ele despertem interesse, e pela leitura e escrita. Criar perguntas para verificar sua interpretação; determinar um tempo para a criança fazer a lição.

Para que a criança aumente sua autoestima, a família deve fazer elogios, encorajar e falar bem de suas qualidades, para que a criança se sinta seguro, tudo isso é necessário para que a criança que está sendo alfabetizada se tranquilize para com isso ressalte sua inteligência. É necessário envolvê-la para que possa passar a desenvolver suas habilidades.

A família tem o papel de zelar, a exemplo dos docentes, pela aprendizagem. Isto significa acompanhar de perto, a elaboração da proposta pedagógica da escola, não abrindo mão de prover meios, para a recuperação dos alunos de menor rendimento ou em atraso escolar, garantindo meios de acesso aos níveis mais elevados de ensino de cada uma.

4 DESAFIO E INSTRUMENTO PARA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

4.1 O sistema nacional de educação aprofundando a compreensão sobre o sistema de alfabetização como desafio de superar a fragilidade que há no ensino público e nas diversas esferas

Os debates sobre o sistema de alfabetizar em vários momentos abordam o mesmo tema voltado para a alfabetização nas séries iniciais dos três primeiros anos de escolaridade do aluno.

Para Saviani (2010), o sistema e a unidade de vários elementos intencionalmente reunidos de modo a formar um conjunto coerente e operante de ensino alfabetizador.

O ensino fundamental e, nas demais etapas da educação básica, a qualidade não tem sido tão estimulada quanto quantidade. Depositar atenção central sobre a quantidade, visando a universalização do acesso à escola, e uma medida necessária, mas que não assegura a permanência para compor uma qualidade. A oportunidade de acesso aos conteúdos e conhecimentos dos mesmos para que dele se faça uso muitas vezes fica só no papel não há um empenho por parte da sociedade que lhe certa.

O conceito de qualidade de alfabetização nas escolas numa perspectiva ampla e remetente a uma determinada ideia de quantidade de conteúdo e não de qualidade de aprendizagem. Portanto a quantidade pedagógica quanto a qualidade política, uma vez que requer o compromisso com a permanência do estudante na escola, com sucesso e valorização da educação trata-se da exigência de se conceber a qualidade de ensino oferecido pela escola onde abrange diversos modos avaliativos comprometidos com aprendizagem do estudante interpretando como indicação que se interpenetram ao longo do processo didático-pedagógico, o qual tem como alvo o desenvolvimento do conhecimento e dos saberes construídos pelo aluno.

O compromisso com a permanência do estudante na escola é, portanto um desafio a ser assumido por todos, porque, além das determinações sociopolíticas e culturais, das diferenças individuais e da organização escolar vigente, há algo que supera a política reguladora dos processos educacionais: há os fluxos migratórios, além de outras variáveis

que se refletem no processo educativo. Essa é uma variável externa que compromete a gestão macro da educação no processo de alfabetização em todas as esferas e portanto reforça a importância de alfabetizar é primordial para se obter um avanço na qualidade da educação, dentro do município de Itamaracá. No Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009 prevê a ampliação da visão política expressa por meio de habilidade inovadora, fundamentada na capacidade para aplicar técnicas e tecnologia orientada pela ética e pela estética da responsabilidade social, de princípio educacional que norteia o conjunto de sujeitos comprometido com o projeto que definem e assumem como expressão em busca da qualidade de ensino, fruto do empenho de todos.

Construir a qualidade de ensino pressupõe conhecimento dos interesses sociais da comunidade escolar para que seja possível ensinar e alfabetizar mediante interação efetivada entre princípios e finalidades educacionais, com objetivos de interagir o conhecimento na concepção curricular. Isso abarca mais que um exercício político-pedagógico que se viabiliza mediante a atuação de todos os sujeitos da comunidade educativa. Ou seja efetiva-se não apenas mediante participação de todos os sujeitos da escola – estudante, professor, coordenador. A escola de qualidade adota com controle o diálogo, a colaboração, os sujeitos e as aprendizagens, o que pressupõe, sem dúvida, atendimento a requisitos tais como as revisões dos conteúdos referenciais e conceituais de ensino para atender a necessidade dos alunos em seu espaço educativo abrangendo o espaço da escola e fora dela. O foco no projeto de alfabetizar para concretizar a aprendizagem e na avaliação como instrumento de continuar a progressão dos estudantes se dá com a preparação dos profissionais da educação, gestores, professores, especialistas para que o ensino aprendizagem se der com êxito e as promoções dos alunos sejam de fato coerente com o que o aluno aprendeu, e com o que está posto dentro do seu direito aprendizagem do alfabetizador.

A qualidade do ensino, como a variedade e quantidade mínima, por estudante, de sermos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem.

Para se estabelecer uma alfabetização com um padrão mínimo de qualidade é necessário investimento com valor calculado a partir das despesas essenciais ao desenvolvimento dos processos e procedimentos formativos que levem gradualmente, a uma educação integrada, dotada de qualidade e escola possuindo condições de adequação e equipamento de acessibilidade ao conhecimento. Retoma-se aqui o ensino voltado a alfabetização e um conjunto de valores e práticas que proporcionou a produção e a socialização de significado das letras e da leitura e que contribuem intensamente para a

construção da conhecimento do estudante. Reitera-se que deve difundir os valores fundamentais do interesse do aluno pela sua formação e obtenção dos conhecimentos e propõem sua serie. É direito do aluno ser alfabetizado e letrado desde o inicio da sua escolarização como cidadão participante de uma sociedade que é pautada em conhecimento, portanto a educação básica e organizada de acordo com o currículo que deve ser construindo em função das peculiaridades de seu meio e das características próprias dos seus estudantes, não se restringindo as aulas das varias disciplinas . O percurso formativo deve nesse sentido, ser aberto e contextualizado, incluindo não só os componentes curriculares centrais obrigatório, previsto na legislação e nas normas educacionais, mas também, conforme cada projeto escolar estabelecido para alfabetizar. A escola precisa acolher diferentes saberes, diferentes óticas, empenha-se para se constituir um espaço aberto para a aprendizagem. O sujeito da educação em seus diferentes ciclos de desenvolvimento, apropriado para sua serie e ciclo que se tenha o aprendizado idade serie. Para que essa educação tenha êxito será necessário a organização curricular da educação básica, devem-se observar as diretrizes comuns a todas as suas etapas, modalidade e orientação temática, respeitando suas especificidades dos sujeitos a que se destina. Cada etapa é delimitada por sua finalidade principal por seus objetivos de ensinios educacionais de alfabetização na educação básica dos três primeiros anos de escolaridade, claramente desposto por uma diretriz de base curricular.

Na etapa de escolarização que corresponde ao ensino fundamental, o estatuto de cidadão vai se definindo gradativamente conforme o educando vai se assumido a condição de um sujeito de direito, alunos, quase sempre percebem o sentido das transformações no decorrer dos anos de aprendizagem e tais transformações require-lhe reformulação da autoimagem, o que se associa o desenvolvimento cognitivo junto a isto buscam referencias para a formação de valores próprios, novas estratégias para lidar com novos desafios de aprendizagem que são impostos. As propostas pedagógicas das escolas devem contemplar a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais políticos, econômicos, de gêneros e etnia. Formas de organização e metodologia pertinentes á realidade do aluno, nesse sentido, ter acolhido. Assim, a pedagogia busca um trabalho pedagógico fundamentado no principio da sustentabilidade para que se possa transmitir com segurança os conhecimentos. Não basta ler só para responder as questões explicitas para o professor corrigir, para inverter essa lógica ainda presente na escola uma saída é propor situações didáticas desafiadoras, como ler textos informativos que não tem os alunos como público-alvo e obras literárias de peso, reescrever uma historia conhecida e produzi algo autoral.

Devem ser propostos ao longo do ensino fundamental por meio de atividades permanentes sequenciais e projetos didáticos. Cabe ao professor adequar ao nível de dificuldade dos alunos aos conhecimentos da turma.

Embora as estatísticas atestam avanços em torno da alfabetização da população, essa não se encontra preparada para fazer uso social do que a escola lhe oferecer como práticas educativas em alfabetização, ou melhor a escola não oferece praticas alfabetizadoras que possibilitassem agir conseqüentemente em meio a sociedade da cultura escrita. Essa tem sido a justificativa apresentada para valorizar os estudos em torno do letramento.

Em decorrência de em processo alfabetizador não voltado para a atuação social, produz-se o analfabeto funcional, aquele sujeito que passa pelas series iniciais e não consegue ser alfabetizado que é o tempo todo, e se perguntando o por quê? É visível um discurso que atestar a redução do numero de analfabeto no país, bem como alavancar um discurso de que a educação e em especial, a alfabetização, diminuir a pobreza e a injustiça social. Em outras palavras, esses discursos forjam a crença de que a educação e a alfabetização são meio de alcançar nova condição econômica e portanto a alfabetização nos três primeiros anos de escolaridades do aluno e de suma importância.

Não podemos pensar em alfabetização nos dias atuais sobre os mesmo pressupostos com que se ensinava a leitura e a escrita logo no início de sua história, nem com os mesmo pressupostos do inicio do século passado ou mesmo com os pressupostos do cenário sociopolítico que antecedem a era da inserção do compensador ou da abertura política. Sem duvidar na medida em que há alguma alteração na base da organização cultural, econômico tecnológico, novas necessidades são engendradas na educação e na escola como contexto social e suas novas necessidades.

O contexto brasileiro interpretada por estudos sobre linguagem e orientações sobre alfabetização engendra diferentes matrizes para o ensino da alfabetização no Brasil e principalmente no município da Ilha de Itamaracá que precisa ser consideradas. Assim apesar que não desconhecemos que a alfabetização no Brasil abarcar diferentes entendimentos e praticas de ensino de correntes dessas formas de entendimentos , cremos que suja necessários pensá-lo , refletir sobre ela a partir de um elemento comum, o seu próprio objeto: a leitura e a escrita da língua materna. E pensamos, ainda que esse objeto é que deve ser tomado para analise em todos os seus aspectos, esgotando-se todas as possibilidades para compreendê-lo no que há nele de fundamental. Entretanto, se há constatações de que as crianças não estão sendo alfabetizado de modo a produzem sua

existência numa sociedade que exige a condição letrado constantemente, é, no entanto, percebemos que há produções científicas na esfera educacional brasileira que esta voltada para esta problemática de alfabetização na idade certa (Soares, 2011; Marcushi, 2001; Cardoso, 2012 entre vários outros) que declaram a necessidade de um novo tempo, o letramento para denominar a condição de alfabetizado como nos comumente a concebemos; o conhecimento e a utilização da leitura e da escrita no exercício da atividade humana.

Assim, temos visto o termo letramento recorrente gravado em livros, periódicos, artigos livros didáticos e documentos oficiais ao longo do século XX e início deste novo século para justificar uma nova maneira de entender o que seja o processo de alfabetização ou melhor a justificativa que tem sido apresentada para a instauração e a legitimação do letramento junto a pesquisadores, educadores e professores especialmente os de alfabetização. Principalmente o fato pelo atual momento histórico, a sociedade contemporânea, extremamente centrada na escrita requer sujeitos que façam uso da língua escrita com propriedades e saibam lidar com os mais diferentes gêneros textuais produzidos pela sociedade alfabetizada. Nesse sentido, há também o argumento de que o termo letramento definiria essa instancia de atuação do sujeito, pois alfabetização daria respeito apenas ao corretor individual de domínio das especificidades do código escrito (Soares, 2011; Teberosky Colomer, 2007; Weisz, 1998). Desse modo, não basta ser alfabetizado, é preciso ser letrado.

Alguns estudos, como os realizados por Soares (2011) e Teberosky e Colomer (2007), além de outros, tem mostrado o letramento como algo recente em nossa literatura. Segundo Soares (2011, p. 46), palavras novas surgem quando novos fenômenos ocorrem, quando uma nova ideia, um novo fato, um novo objeto surge, pela necessidade que o ser tem de nomear as coisas, sem o que a coisa ainda não existe. Nas suas palavras:

Convivemos com o fato de existirem pessoas que não sabem ler nem escrever, pessoas analfabetas, desde o Brasil colônia, e ao longo dos séculos temos enfrentado o problema de alfabetizar de ensinarmos as pessoas a ler e escrever, portanto, o fenômeno do estado ou condição do analfabeto, nós tínhamos (e ainda temos), por isso nome para ele: analfabeto.

Á medida que o analfabeto vai sendo superado, que um numero de cada vez maior de criança aprende a ler e a escrever, e a medida que, concomitantemente, a sociedade vai se tornando cada vez mais centrado na escrita (cada vez grafocêntrica), um novo fenômeno se evidencia não basta apenas aprender a ler e a escrever, mas não necessariamente

incorporam a prática da leitura e da escrita não adquirem competência para usar a leitura e a escrita para envolver-se com as práticas sociais de escrita (Soares, 2011).

A alfabetização é justificada no fato de que a leitura e a escrita é ensinada e aprendida descontextualizado das situações reais de uso da linguagem e, no entanto, faz-nos recordar que embora a criança não domine a leitura e a escrita de modo sistematizado, escolarizado, é capaz de reconhecer e estabelecer vínculo entre a escrita e o sentido, conforme o contexto em que é utilizada essa forma de linguagem. A criança leitura incidentais e inferências linguísticas conforme a forma gráfica de letra e ou palavras, cor tamanho, som. Ela também pode fazer inferências extralinguísticas uma situação local um horário, o encontro com determinadas pessoas pode levar a criança a estabelecer sentido para determinados atos de leitura e de escrita. Em vista disso acreditamos que o universo da criança é que da estabelece, ou seja, o difícil é a criança desvincular-se dos demais elementos que concorrem para a compreensão que elabora da palavra escrita.

Se o professor desconsidera essa capacidade de produção de leitura e entendimento da escrita pela criança e ensina letras desprovidas de um contexto significativo, isto é sem sentido, temos que admitir então que seu ensino está voltado para língua morta. Um ensino que retira a linguagem das condições sociais de uso. É o que faz, por exemplo, um professor que ao trabalhar com um texto, utiliza-se dele apenas para “relaxar” palavras com determinada letra, ou para circular sílabas relacionada com a letra que quer ensinar, ou destacar os sinais de pontuação, ou ainda, marcar como devem ser utilizadas as letras maiúsculas. Ao abster-se de discutir o contexto desse texto, sua organização textual e social; o modo com fundamentalmente esse texto organiza vida dos homens em sociedade, interagindo com esse texto como unidade significativa da língua um todo coerente que se refere a uma situação específica de interação que provoca reações, esse professor negligencia o ensino da linguagem segundo a função social que lhe é característica. E o aprendizado da língua destacando da sua condição de uso efetivo não faz sentido para que esta se iniciando na apropriação do sistema de escrita para interagir ativamente nas práticas sociais cotidianas de uso da língua.

Apesar disso pode acontecer, acreditamos ser difícil o ensino de palavras ou mesmo de letras sem estas configurações fazerem parte de um contexto. Como ensinar palavras sem contextualiza-las, sem coloca-la num contexto de sentido real, numa situação cotidiana de uso. Ao ensinamos a escrita descontextualizada não estamos tratando de linguagem, então aí estamos tratando de palavras soltas, sem novo, ou, sem produzirem sentido. Nenhuma palavra existe por se só. Ela há que provoca no outro algum sentido. O

grafismo, emprego em qualquer palavra e forma é norma, mas seu “significado” produz nas relações humanas ressonâncias de sentido isto é corria juízos e valores supõe um contexto que gera e define esse sentido , a maneira pela qual respondemos ao mundo em que vivemos nossas respostas provem de nossas vivencias, nosso entendimento de mundo, que são capazes de ser expressos.

De certo modo, aceitar a critica em relação a alfabetização dentro do município é o mesmo que aceitar que os professores no seu cotidiano escolar, “ensinem apenas sinais sempre idênticos entre si e imutáveis, e não signos” (Bakhtin, 2004, p. 96). Da mesma podemos entender o letramento também como produção ideológica, porém, em um nível acadêmico-científico, como gênero secundário de elaboração de conhecimento mais próximos das ideologias informadas. Ele é a expressão da visão que alguns teóricos da educação formulam sobre a língua e sobre o ensino da língua. Entretanto, nas suas formulações, parecem deixar de analisar este elemento importante em relação ao ensino como linguagem humana, desprovidos reflexos e reflexões da realidade. Ou então como isso ocorra necessário se tornar investigar como e por que se produz um ensino da língua , com esse nível de compreensão da linguagem.

Por compreendermos linguagem e signos, isto é caracteristicamente flexível, mutável, moldável, pratica no sentido de que se altera conforme o contexto de ocorrência, o auditório social que encerra e expressão, não podemos deixar de questionar essa ideologia “informada” do letramento. Esta que denuncia um ensino das praticas alfabetizadoras de leitura e escrita e assim justifica a introdução do letramento, com um objeto específico, junto a alfabetização.

Nos parece que essas ideologia contribuem para as práticas em alfabetização não produzam os efeitos esperados. E isso justamente por defenderem certos encaminhamentos teóricos-metodológicos no ensino de língua que podem não ter sentido para os professores.

4.2 O modelo tradicional de alfabetizar

As praticas habituais de ensino da língua passam sempre por alguma forma de progressão e são encontrada na lógica do adulto podendo por exemplo começar pelas vogais, seguindo-se uma combinação de consoante bilabiais com vogais e a parte dai, chegar a formação dos primeiras palavras inteira para chegar ao conhecimento de seus elementos: a silaba ou a letra. O modelo tradicional comporta basicamente duas práticas que podem ser tomadas isoladamente ou de forma mista.

A primeira é pautada pelo que se denomina método sintético, porque exige um trabalho pedagógico de associação estímulo-resposta. O ato de ler, pois desde que tenha aprendido a ler cada sinal, a criança deverá com efeito, associar essas duas diferentes (leitura do todo). Trata-se de induzir uma operação cuja racionalidade esta em partir da associação, combinação ou somatório de pequenas partes para chegar aos mais completos.

De modo geral, tem-se como regras que o ensino da língua deve garantir o domínio de todos as dificuldades das fases procedentes. Eis porque em suas origens, o método sintético baseia-se na aprendizagem do alfabeto por soletração repetição, em cor, de sílabas, havendo uma ordem sistemática e progressiva extremamente lenta para que o aprendiz seja levado ao contato com um texto completo e mais significativos.

A segunda pratica frequente no mesmo modelo é denominado “analítico ou global”. Neste caso ao ler criança deverá partir de estruturas completas, tidas como chegar a posterior, a discriminação das partes menores. Ao buscar as bases pedagógicas da pratica global ou analítica. Encontra-se referencias a estudo sobre tendência, interesses, necessidade, motivação, envolvendo normas como Dewey, Clorarede, Decroly e outros que, a época da escola nova, foram igualmente importantíssima para consolidar propostas de alfabetização fundamentada no método global.

Apesar dos diferentes explicações pedagógicas, tem-se, tanto em um caso como no outros, um processo de ensino apoiado em procedimento didático mecânico, pois ambos enfatizam a aquisição mediante treino das discriminações perceptivas auditivas e visuais e das correspondências fonema-grafema. Dito da outra forma, a base, nos dois casos permanece mecanicista. A língua oral e escrita.

Considerando que as diretrizes propostas pelo documento “todos pela educação” resultam de pesquisas realizadas pelo ministério da educação em escolas e sistema municipais que tem apresentado bom resultado de aprendizagem acreditamos que o real comprometimento com essas diretrizes seja um caminho para a superação dos desafios impostos a educação brasileira.

Dando prosseguimentos as políticas implementadas pelo governo com vista a melhoria da qualidade educacional, em dezembro de 2010 foi publicado a resolução CNE/CEB 7/ 2010 que fixar as diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental de nove anos, trazendo orientações quanto aos fundamentos e princípios do ensino fundamental a matricula e a carga horária, ao currículo no projeto político-pedagógico a gestão democrática e participativa, a articulações e continuidade da trajetória escolar, a avaliação, a educação dos três primeiros anos de escolaridade dos alunos nas escolas

publica da ilha de Itamaracá, com o objetivo de assegurar que a alfabetização e o letramento ocorram no início da vida escolar bem como haja continuidade da aprendizagem que não deve-se ser interrompida pela reprovação, o artigo 30, inciso III, 1º, da resolução considera os três anos iniciais do ensino fundamental como um bloco pedagógico ou ciclo sequencial não possível de interrupção, mesmo que a escola tenha feito opção pelo regime seriado.

4.3 A proposta de articular os três anos iniciais em bloco pedagógico

Considera a complexidade do processo de alfabetização, constatando a necessidade de ampliar as oportunidades dos alunos de sistematizar e aprofundar as aprendizagens básicas indispensáveis para o prosseguimento dos estudos. Assim, a orientação é a de que a reprovação não aconteça ao longo dos três primeiros anos de modo que a alfabetização e o letramento procedam ao longo dos 600 dias letivos, ou seja durante o período de realização do 1º, 2º e 3º anos.

Importante ressaltar que para o alcance da meta almejada, torna-se imprescindível a clareza quanto aos objetivos de cada fase da alfabetização bem como as características do estágio da aprendizagem e do desenvolvimento do aluno. Assim segundo a resolução, e os professores da escola deve desenvolver seu planejamento, levando em conta as características de desenvolvimento dos alunos, adotando práticas pedagógicas que permitam “maior mobilidade das crianças nas salas de aulas”, de forma que elas possam explorar as diversas linguagens artísticas e utilizar materiais que ofereçam oportunidades de raciocinar, manuseando-os e explorando as suas características e propriedades.

Uma preocupação levantada pela pesquisa é a de que não haja confusão entre educação continuada e aprovação automática. Essa diferenciação é muito importante, porque a educação continuada conforme destaca Soares (2011), esta relacionada a um alargamento do conceito de período escolar que pode ser organizado por ciclos e não em ano, em forma que o aluno tenha um período maior para se apropriar das competências inerentes aquele período. A aprovação automática, por sua vez, relaciona-se a um processo em que a aprovação do aluno independe dos resultados alcançados nas avaliações, ou seja e aprovado de ano para o outro, mesmo que não tenha adquirido as habilidades requeridas para o período.

Nesse sentido, o artigo 27, § 1º da resolução CNE/CEB 07.2010 ressalta que os sistemas de ensino, as escolas e os professores, apoiados pela família e comunidade.

[...] adotar as providências necessárias para que a operacionalização do princípio da continuidade não seja traduzida como promoção automática de aluno de um ano, série ou ciclo para o seguinte, e para que o combate a repetência não se transforme em descompromisso com o ensino e a aprendizagem (Brasil, 2010).

Dessa forma, é possível compreender que a implantação do bloco pedagógico requer uma nova visão do sistema escolar, pautado na efetivação da aprendizagem de alfabetização e letramento do aluno no período ideal sem que haja interrupção nesse processo.

Tendo percorrido sobre o plano de metas compromisso todos pela educação e sobre a resolução CNE/CEB 07/2010 que fixa as diretrizes para o ensino fundamental de nove anos como prioridade nos três primeiros anos. Considerando-se que aos oito anos de idade as crianças precisam ter a compreensão do funcionamento do sistema de escrita, o domínio das correspondências grafofônicas, a fluência de leitura e o domínio de estratégia de compreensão e de produção de texto escrita são delineados quatro princípios centrais que devem ser considerados ao longo do desenvolvimento do trabalho pedagógico:

1- O sistema de escrita alfabética é complexa e exige um ensino sistemático e problematizador; 2- O desenvolvimento das capacidades de leitura e produção de texto ocorre durante todo o processo de escolarização, mas deve ser iniciado logo no início da educação básica, garantindo acesso precoce a gêneros discursivos de circulação social e a situações de interação em que a criança se reconheça como protagonistas de suas próprias histórias; 3- Conhecimentos oriundos das diferentes áreas podem e devem ser apropriados pelas crianças de modo que elas possam ouvir, falar, ler e escrever sobre temas diversos e agir na sociedade; 4- A ludicidade e o cuidado com as crianças são condições básicas nos processos de ensino e de aprendizagem (Brasil, 2012a).

Levando em consideração a concepção apresentada pelo PNAIC percebe-se que, no campo educacional, a alfabetização é uma das maiores prioridades nacionais no contexto atual e que atua nos anos iniciais do ensino fundamental precisa ter clareza do que ensinar e de como deve ensinar. Em outras palavras é necessário que ele tenha clareza da concepção de alfabetização e letramento presente nos documentos nacionais para que esta esteja subjacente a sua prática.

De acordo com o documento elaborado pelo MEC, que orienta a implementação do PNAIC, o programa constrói-se sobre quatro eixos de atuação, quais sejam:

1- Formação presencial continuada para os professores alfabetizadores e seus orientadores de estudo. É ofertado um curso presencial, com características semelhantes as do Pró-Letramento cuja metodologia utiliza-se de letras e fonemas. **Pró-Letramento é um programa de formação continuada para professor que visa a melhoria da qualidade de ensino e da aprendizagem, abrangendo as áreas da leitura, da escrita e da matemática básica. Podem participar do programa professores em exercício nas séries iniciais do ensino fundamental de instituições públicas de ensino. A formação é**

realizada a distancia, mas conta com atividade presenciais, acompanhado por orientadores. O programa é realizado pelo ministério da educação em parceria com universidades da rede nacional de formação continuada e com adesão de estados e município. A secretaria de é responsável pela formação dos professores orientadores de alfabetização e linguagem e de matemática da rede municipal de ensino (Brasil, 2012b) (destaque nosso).

Diante das dificuldades de que a questão epistemológica se reveste, particularmente no campo da educação, cuja natureza, objeto e método não são claro muitas vezes aos que se dedicam a esse campo de alfabetizador muitas vezes enterrada nas dificuldades das estruturas educacionais.

A urgência de solução aos problemas que a realidade coloca a criança ao acúmulo de conhecimento onde ela não consegue nem distinguir os padrões silábicos. O processo de alfabetização presente é contraditório, esta sempre sobrecarregado de passado, mas ao mesmo tempo esta sempre grávido das possibilidades concretas de futuro. Uma postura que se limite a interpretar passivamente o que está presente para distinguir de modo consequente os elementos que “amarram” as ações educativas (e se propõem, tendencialmente, as mudanças mais ousadas).

O ambiente escolar propicia uma aprendizagem feliz. Este texto não tem a pretensão de trazer receita pronta, até porque consideramos que não existe o objetivo maior nesse caso, e apontar algumas reflexões sobre a alfabetização e aprendizagem. O espaço da sala de aula como fator fundamental para uma aprendizagem com êxito.

Para Libanio e Rios (2009), os aspectos sócio emocionais também concorrem para a relação de aprendizado entre professor e aluno. Os aspectos socioeconômicos se referem aos vínculos efetivos entre professor e aluno, as normas e exigências objetivas que regem a conduta dos alunos que são alfabetizado requer disciplina. Para os autores, a afetividade a qual nos referimos não diz respeito ao carinho do professor para determinados alunos, nem ao amor pela criança. Professor não são parentes de seus alunos, nem a escola.

Os resultados do último IDEB (2014) apontam como nas edições anteriores, houve uma superação das metas estabelecidas para o ensino de língua portuguesa nos anos iniciais do ensino fundamental. Por outro lado, a tendência de estagnação dos índices nos anos iniciais do ensino fundamental resolvendo partir para averiguação da situação para junto analisar e tanto sugerir um olhar mais atento para o ensino aprendizagem chegam ao aluno que inicia sua escolaridade que esse aluno possa ser alfabetizado dentro de sua idade-série e com esta preocupação seja construídos pactos de responsabilidades entre o professor, secretaria de educação, programas de formação para professores alfabetizadores

para que possamos ter o aluno na escola pública da ilha de Itamaracá alfabetizado dentro de sua idade certa.

4.4 A criança no ciclo de alfabetização: ludicidade nos espaços / tempos escolares

Neste texto sentimos a necessidade de retratar a expressão mais representativa da criança: a ludicidade buscamos compreender a importância do lúdico no desenvolvimento da criança e seu rebatimento no processo educativo, em especial no ciclo de alfabetização. Dessa forma, a ludicidade possa ser reconhecida como necessidade a função infantil e não somente como recursos pedagógicos. Contemplamos também a importância da formação lúdica do professor e ressaltamos alguns espaços escolares com espaços lúdicos por excelência.

O ciclo de alfabetização compreende partes da faixa etária da infância em média criança de 6 a 8 anos de idade. Estabelece a relação da criança no ciclo da alfabetização e a ludicidade nos espaços-tempos escolares não significa que abordaremos neste texto a relação direta do lúdico com aprendizagem da leitura e escrita no processo de alfabetização, mas alguns apontamento desses sujeitos no espaço escolar enquanto alunos-brincantes. Para tratar da ludicidade nos espaços/ tempos escolares da criança no ciclo de alfabetização, buscamos o conceito da palavra “lúdico”. Encontramos sua origem no latim *ludus*, cujo significado é associado a brincadeira, jogos de divertimento.

Para Friedman (1992, p. 12), estudiosa desse campo, a atividade lúdica compreende os conceitos de brincadeiras, jogos e brinquedos, segundo ela:

Brincadeira refere-se basicamente, a ação de brincar, ao comportamento espontâneo que resulta de uma atividade não estruturada, jogos é compreendido com uma brincadeira que envolve regras, brinquedo é utilizado para designar o sentido de objeto de brincar, atividade lúdica abrange, de forma mais ampla os conceitos anteriores.

Nesse sentido, afirmamos que os jogos, os brinquedos e as brincadeiras colaboram para uma vida mais significativa e prazerosa para a criança. Por isso, há muito tempo, os estudiosos da educação defendem as atividades lúdicas como recursos para o desenvolvimento de ações pedagógicas significativas, como aquisição da leitura e da escrita. Verificando o desenvolvimento, o lúdico traz benefício físico para o crescimento da criança e para o desenvolvimento das habilidades motoras e de expressão corporal. Em relação ao desenvolvimento cognitivo, o brincar estimula as ações intelectuais, desenvolve habilidades perceptuais, como a atenção e conseqüentemente a memória. As contribuições

sociais são percebidas quando a criança simboliza uma realidade que ainda não pode alcançar mesmo considerando a função e aprende a interagir com outras pessoas, compartilhando relacionando-se. A criança também recorre ao lúdico para representar e significar com outros sentidos situações vividas, não se restringindo apenas a fantasias de um vir a ser, de um desejo não alcançado. As atividades lúdicas possibilitam que os alunos reelabore criatividade sentimento e conhecimento, e edifique novas possibilidades de interpretação e de representações e do real. No campo didático também há reconhecimento da importância da ludicidade. De acordo com os depoimentos e documentos oficiais. Nesse sentido, o lúdico propicia ações voltadas tanto para a aprendizagem como para a vida dos alunos propriamente dita caracterizando-se com elemento inclusive na dimensão individual e coletiva dos alunos Assim o indivíduo é abordado como recurso facilitados para uma educação voltada para a leitura. Os resultados do IDEB são calculados com base em dois fatores: o desempenho nas avaliações de língua portuguesa e as taxas de aprovação, repetência e evasão escolar. Desse modo; a qualidade educacional das redes, bem como de cada escola, e estimada não apenas pelas notas dos alunos, mas também pelos índices de progressão desses ao longo dos anos e ciclos de maneira conjugada.

Por exemplo, uma escola ou rede de ensino que apresenta resultados elevados nas avaliações dos estudantes, mas que possua, ao mesmo tempo índice muito alto de evasão e / ou reprovação, dificilmente apresentara crescimento da média final. Por outro lado é possível que escola ou redes com resultados estagnados nas avaliações dos estudantes, mas que tenham aumentado suas taxas de aprovação progredam nos índices finais do IDEB.

Chamamos atenção para as variáveis que compõem esse índice, de forma que possamos refletir um pouco sobre a primeira questão formulada anteriormente. Parece contraditório que estejamos superando metas que intencionalmente aferir a qualidade da educação básica em nosso estado e que, ao mesmo tempo muitas crianças ainda estejam chegando ao final de diferentes etapas da escolarização obrigatório que é a educação básica ou ciclo dos três primeiros anos de alfabetização, sem esta alfabetizado ou com dificuldade em habilidade básica de leitura, compreensão e produção de texto. Sob esta ótica, o crescimento dos índices do IDEB nos anos iniciais do ensino fundamental não necessariamente implica aprendizagem significativa da leitura e da escrita. Como vimos, é possível ocorrer o aumento de tais índices mesmo sem correspondente aprendizagem, desde que as taxas de reprovação sejam elevadas consideravelmente. E isso é o que tem acontecido em muitas redes de ensino nos últimos anos, através da adoção dos ciclos de alfabetização na idade certa.

As diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental de 9 (nove) anos (Brasil, 2010) orientam que os esforços dos sistemas de ensino, escolas e professores se devem dar no sentido de assegurar o “progresso contínuo dos alunos no que se refere ao seu desenvolvimento pleno e a aquisição de aprendizagens significativas” (Brasil, 2010) evitando que suas trajetórias escolares sejam retardadas ou indevidamente interrompidas.

O referido documento adverte, entretanto, ser preciso:

Adotar as providências necessárias para que a operacionalização do princípio de continuidade não seja traduzida como ‘promoção automática’ de aluno de um ano, série ou ciclo para o seguinte, e para que o combate a repetência não se transforme em descompromisso com o ensino e a aprendizagem (Brasil 2010).

Se por um lado, a implantação dos ciclos, nos primeiros anos do ensino fundamental contrapõe, de modo geral, a lógica da seriação e do modelo escolar clássico (Freitas, 2007), por outro lado, a quantidade de criança e pré-adolescentes que tem concluído o ensino fundamental sem conseguir fazer uso efetivo da leitura e da escrita em diferentes contextos sociais instiga o debate no cenário educacional atual sobre a efetiva implantação dos ciclos e suas relações com os direitos de aprendizagem das crianças. A ênfase na denominação dos anos iniciais com ciclo de alfabetização sinaliza a nossa ver, dos aspectos: a centralização na tarefa de alfabetizar lidos as crianças no primeiro ciclo (Brasil, 2012b) e a existência e uma demanda (por direitos) ainda não resolvida contento.

No que tange a alguns desafios dos ciclos e das práticas de professores nos anos iniciais do ensino fundamental, organizamos as reflexões em três subtópicos inicialmente, enfocaremos princípio e fundamentos da organização escolar em ciclo, problematizando algumas condicionantes para sua efetiva implantação. Em seguida faremos uma reflexão sobre os direitos de aprendizagem no ciclo de alfabetização e, por fim, discutiremos sobre os princípios da interdisciplinaridade para a organização da prática docente, o qual destaca algumas possibilidades de integração curricular.

A organização escolar por ciclo surge em contraposição ao sistema de formação que, a grosso modo, baseava-se na estruturação rígida de uma sequência de conteúdos distribuídos ao longo do tempo, em blocos estanques e cumulativo. O pressuposto da homogeneidade de ritmos de aprendizagem no sistema seriado implicou formas de avaliação que culpabilizavam individualmente o sujeito (ou sem meio social), por sua suposta “falta de cultura” ou por “patologia” que tornariam determinadas pessoas menos capazes de aprender (Brasil, 2012b). Nesse sentido, a eliminação daqueles considerados “não aptos a passarem para a série seguinte era naturalizado como de responsabilidade

exclusiva do aprendiz. A avaliação como pouca ou nenhuma autonomia aos estudantes no processo de aprendizagem. Assim, a finalidade do processo avaliativo não consistia no (re)direcionamento da prática docente e/ou da proposta curricular.

Por outro lado, a organização das redes de ensino por “ciclo de aprendizagem ou ciclo de formação”, embora com algumas diferenças entre si, baseia-se em outro pressuposto teórico - epistemológicos e metodológicos. De modo geral, a partir de uma crítica a fragmentação e artificialização dos conhecimentos no modelo escolar seriado, os ciclos concebem que os fenômenos sociais, naturais, biológicos e etc., devem ser estudados integrando diferentes saberes e áreas do conhecimento. Assim, a interdisciplinaridade é defendida como uma estratégia de organização do ensino que favorece, segundo art. 24, § 2º a “contextualização (currículo) e aproxima o processo educativo das experiências dos alunos” (Brasil, 2010).

O debate sobre ciclo problematiza questões como a inclusão de diversidade de culturas nas escolas e da heterogeneidade de conhecimentos dos sujeitos, a participação da família e da comunidade nas definições escolares, a garantia da permanência dos alunos com maiores dificuldades específicas na escola e o atendimento as suas necessidades, avaliação contínua, diagnóstica e formativa, dentre outras, no intuito tanto de atender aos aspectos da aprendizagem individual das crianças, como de estar em correspondência com os sujeitos e os processos coletivos em que elas estão inseridas. A adoção dos ciclos implica, portanto, o repensar dos espaços e tempos pedagógicos, tanto nas escolas de zonas urbanas, sejam elas centrais ou periféricas. Um importante tempo - espaço a ser (re)organizado nas escolas e redes que se estruturam em ciclo diz respeito as estratégias de acompanhamento das crianças e jovem com níveis distintos de conhecimentos de modo assegurar-lhes o direito a aprendizagem significativas. O pressuposto do trabalho coletivo na escola incluindo a inserção da comunidade em que a escola esta inserida, exigir momentos especialmente dedicado a comunidade. O desafio dessa nova forma de organização curricular que integra distintos saberes e conhecimentos demanda tempo também para o planejamento individual de cada professor.

Pensar a escrita articulada com a infância não é uma tarefa simples, porque para alguns aprender a escrever é o primeiro passo para a saída da infância. É comum observamos nas escolas os espaços reservados para crianças do ensino infantil muitas vezes esquecendo que ela deve esta no processo de alfabetização para poder acompanhar o ensino aprendizagem do ensino fundamental que vem consolidar seu conhecimento. Assim destacamos aqui a articulação entre a infância, a escrita e o brinquedo, pensando na

perspectiva de Vigotski (2010), que afirmativa que se ensinava as crianças a desenhar letras e construir palavras, mas não se ensinava a linguagem escrita, pois esta ocupava ainda um lugar bastante estreito na prática escolar. Embora o contexto histórico da afirmativa de Vigotski seja os anos de 1930 da antiga União Soviética, a afirmativa, infelizmente continua verdadeira, nos dias de hoje. A escrita, lembra Vigotski (2010), é algo que precisaria ser ensinada. Para o autor supracitado, a escrita é um simbolismo de segunda ordem, isto é um sistema de signos que designam os sons e as palavras da linguagem falada que são signos das relações e entidades reais, e que irão aos poucos transformar-se em um simbolismo direto.

Vigotski (2010) mostra então, de que forma o desenvolvimento do signo na criança é fundamental para o desenvolvimento da escrita. Na língua escrita ela também precisara entender a questão da substituição sob a infância dos gestos, crianças mais velhas começa, a descobrir que os objetos podem também substituir as coisas que indicam. Ao se fazer jogos com os alunos, em que um dado objeto passa a denotar outro, elas irão modificar a estrutura corriqueira do objeto, adquirido esta função de signo, independente dos gestos do aluno.

Para Vigotski (2010), um simbolismo de segunda ordem e como se desenvolve a criança com os tipos de brinquedos e sua nomenclatura desempenha um importante papel para o desenvolvimento da linguagem escrita. Portanto, a aprendizagem da linguagem escrita pode ser vista como um dos produtos do processo de aprendizagem da escrita, sendo um maior vínculo para desenvolver a leitura e com isso nos colocamos, então a necessidade imperiosa de pensar que a leitura e a escrita na infância não podem estar interligada de qualquer forma e sim pela apropriação do desenho das letras e sua decodificação. Mas o processo de juntar as letras por meio de uma função silábica que poderá contribuir para o desenvolvimento do mecanismo psíquicos importantes para a compreensão do que ela representa, embora se trate de simbolização de natureza diferentes. Sabemos que existem, atualmente, escolas que trabalham o ensino da escrita com as crianças desde muito pequenos.

Muitas vezes, esse trabalho se baseiam em matérias apostilados composto por atividades que exigem a cópia exaustivas de letras e outros exercícios de coordenação motora, trazendo para a escola a escrita descontextualizada de seus usos e funções sociais.

O que era para ser um momento de descoberta passa ser enfadonho e desestimulante, podemos levar as crianças a perderem o interesse por desvendar os sentidos e significados para o uso da escrita na sociedade em que vivem. Nesse contexto, a

indicação de Vigotski (2010), toma uma posição importante; mais faremos pelas crianças pequenas para que elas aprendam a ler e escrever brincando com elas e as deixando brincar livremente do que treinando as letras e as obrigando a fazer dever de casa em materiais estruturados. Mas uma vez ressaltamos que, sendo a escrita uma convenção, seu aprendizado não ocorrerá sem a intervenção de atividades de ensino, o que destacamos é que o brincar também desempenha papel importante no processo de aprendizagem da escrita e que muitas vezes, isso não é recebida por aqueles que trabalham com as crianças no ciclo de alfabetização.

A infância a partir das reflexões propostas até aqui deve ter um espaço verdadeiramente seu podemos, com uma educação como prática para liberdade oferecer a todas as crianças, sem distinção, condições de conhecerem o mundo por meio das palavras, por seus significados e compreensão. Como podemos verificar, temos algumas concepções de ensino. Nossa opção, no entanto é pensar no aluno como condição de nos tornarmos seres humanos e, para isso, a educação, a escola é fundamental em nossa vida principalmente em nosso país, marcado por uma diferença acentuada das classes sociais. Embora já no século XXI, ainda encontramos criança vivendo em descompasso com o que poderíamos pensar como um ideal de condições mínimas de existência. Encontramos crianças destituída do direito da aprendizagem independente da classe social a que pertence. Algumas porque precisam, devidos as grandes desigualdade social encontradas no país. Assumir responsabilidade para garantir a própria subsistência, sua vivencia então são outras vinculadas ao mundo do trabalho e a necessidade de ajuda á família. Outra, por terem o tempo tomado por compromissos considerados produtivos (na maioria atividades extra escolares), que levam a um acúmulo de atividades na tentativas das família de tornarem seus filhos mais competitivos no mercado. Essas duas faces da moeda nos levam a indicar que a perda da infância não ocorre somente nas camadas populares do nosso país. Crianças de diferentes níveis socioeconômicos podem fica distante do que pode e deve contemplar uma infância plenamente lúdica e significativa para suas aprendizagens.

Assim defendemos uma educação que conduza a uma vivencia de infância permeada de descobertas, brincadeiras e aprendizagens em constantes, desejamos para as crianças uma educação que qualifique, alfabetize verdadeiramente e não nos faz de conta. Assim já dizia Kramer (2007) as crianças se tornem cidadãos detentoras de direitos, que produzam cultura, e sejam por ela produzidas.

Para tanto Vigostks (2010) nos dá referencia para pensar a infância e os processos de ensino e aprendizagem nela desenvolvidas. Fizemos a opção de trazer neste

texto, além dos questões relevante sobre os processos de alfabetização e letramento das crianças que inicia sua escolaridade com idade muitas vezes avançada sem nenhum recurso por uma questão de sistema não reconhecidas do seu direito de aprendizagem. Podemos levantar a questão que aquelas crianças pequenas que entram na escola constroem no seu relacionamento com as pessoas mais próximas sua leitura de mundo e suas atividades praticas, interagindo com o mundo em que vivem, em uma relação experimental e intuitiva, com características primitivas e fora do campo das reflexões, da consciência. Esses conceitos são formados no dia a dia em conversas informais, brincadeiras, descobertas, questionamentos, quando a criança aprende aquilo que sua capacidade psicólogo permite naquele momento.

Podemos aqui exemplificar que a criança faz uso de conceito cotidianos quando pega um livro e lê para outras crianças ou para um adulto. Mesmo que ainda não saiba ler convencionalmente, ela esta praticando sua formação de leitora, sua atitude leitora, lendo imagens para ele tem em grande significado, que fazem sentido naquilo que ela quer para o momento, ainda que não tenha alcançado o outro conceito padrão ou convencional da leitura.

Por essa razão, esses conceitos foram denominados de “cotidianos” pois são elaborados pelo própria criança e não se caracterizam pela aprendizagem sistemática, elaborada pela ciência. Mas passa pela educação cotidiana das vivencias. Ela apenas repete ou emita aquilo que acabou de ver ou ouvir, sem passar pela consciência pela análise e reflexão. É possível considerar a atividade de escrita, desenho do nome das crianças como um conceito cotidiano aprendido a partir das vivencias de ver e brincar com as letras existente no próprio caderno, na historia viva de cada criança, uma atividade de repetição e desenho daquilo que ela ouviu ou viveu fora de um campo de reflexão. Não estamos com isso dizendo que essas atividades foram direcionadas pelo adulto professor(a) como forma de uma educação sistemática.

Podemos exemplificar os conceitos cotidianos através de como a historia da escrita e concebida pela criança no seu processo de aprendizagem e desenvolvimento com os rabiscos, os gestos, os desenhos, as hipóteses são empregados por ela para denominar um nome. A criança tenta, através dos rabiscos, imitar a escrita dos adultos. Percebemos que esses rabiscos são sem um pensamento mais detalhados ou esquematizados; ela apenas rabisca o que imagina ser sua escrita naquele momento, construindo seus conceitos de leitura e escrita dos seus cotidianos.

Com o início da escolarização aparece o desenvolvimento dos chamados “conceitos científicos”, os que são elaborados a partir do processo de reflexão, análise e

compreensão marcada por explicações conscientes sobre assuntos sistematizado pela cultura letrada.

Tais conceitos sinalizam a construção de varias funções psicológicas superiores do sujeito, como: memória mediada, atenção voluntaria, raciocínio lógico, abstração comparação e diferenciação. Sua concretização ocorre na fase da escolaridade período em que a criança se torna capaz de interagir, opinar, criticar, reclamar sugerir e deixar sua marca conscientemente. O papel da escola e do professor, neste contexto, ganha um importante impulso, pois é na e pela escola que a criança passa dos conceitos cotidianos, que construiu no seu dia a dia, para os conceitos científicos, característicos do trabalho intelectual e necessários ao seu futuro crescimento pessoal.

Assim chamamos os alfabetizadores, para observar um espaço que favoreça a apropriação da cultura escrita feita pela criança que iniciou sua escolaridade no ciclo de alfabetização que a mesma possa aprofundar e consolidar a aprendizagem da linguagem oral e escrita das crianças do ciclo de três primeiros anos de escolaridades, lembrando que a escrita não pode roubar a infância porque ela é parte integrante da infância. Desde a mais tenra idade a escrita faz parte da vida da criança, nos gestos, nos rabiscos, nos brinquedos, nos desenhos nos signos escritos e na escrita padrão, que foi aprendida primeiro pelo conceito cotidiano com seu olhar nas praticas sociais. Como nos esclarece Mello (*In: Vaz, Momm, 2012, p 78*):

O sentido que as crianças atribuirão a escrita será adequada se ela for coerente com a função social. Coerente com o significado social da escrita. Podemos mostra as crianças por meio das vivencias que proporcionamos envolvendo a linguagem escrita que a escrita serve para escrever cartas, historias e bilhetes registrar planos intenções e acontecimentos por exemplo.

Por isso, a escrita não deve roubar a infância, não atrapalhar a criança, porque ela faz parte do mundo do qual deve a escola também fazer parte. Portanto você professor deve fazer a opção de trabalhar com a linguagem escrita, e não com a escrita de letras e palavras de forma enfadonha, repetitiva: deve criar nas crianças a atitude leitora e produtiva de texto, assim como nos mostra Melo (2012) e também deve deixar as crianças viverem plenamente sua infância e o mais importante, que ela possam ser crianças no ciclo de alfabetização.

Ao levantarmos essas questões, não estamos querendo dizer, conforme já sinalizamos anteriormente, que a educação infantil constitui um tempo e espaço no qual a infância é necessariamente, respeitada e que com a entrada do ensino infantil um sentido necessariamente “positivo” e ao ensino fundamental. Ao analisar as relações entre

educação infantil e ensino obrigatório (entendido, no contexto brasileiro, até o presente momento como a etapa que se inicia no ensino fundamental. O pesquisador britânico Peter Moss (2011) propõe quatro possibilidades de relação entre a educação infantil e o ensino fundamental: preparação para a escola; distanciamento; preparação da escola para as crianças; possível convergência. Ressalta, no entanto, que essa tipologia não é exaustiva e que outras relações podem ser possíveis, embora alguns desses tipos de ideias aproximem-se de fato da realidade de um ensino voltado a alfabetizar a criança nos primeiros anos onde ela se aproprie da leitura e da escrita. Voltados para o letramento e codificação das palavras.

Na primeira relação descrita pelo autor, que parece ser muito presente no contexto brasileiro, a educação infantil é vista apenas como uma etapa preparatória para o ensino fundamental, subordinando-se portanto, a ele. Segundo Moss (2001, p. 148), nessa primeira “relação a escola obrigatoriamente o parceiro dominante e a tarefa da educação infantil é definida com a de garantir que a criança fique pronta para os requisitos do sistema escolar”. Consideramos que essa relação, mas sim de antecipação do ensino fundamental. Essa nuance também parece ser muito presente em instituições de educação infantil brasileira que cada vez mais “importou” modelos e práticas cristalizadas no ensino fundamental, como por exemplo, a avaliação por meio de provas e notas e até mesmo, a reprovação.

Quanto as práticas de leitura e escrita, a nuance de “preparação” assumir o formato de “um período preparatório” para a alfabetização no qual as crianças são treinadas em atividades de coordenação visual e auditiva que seriam supostos pré-requisitos para aprender a ler e a escrever. No caso da antecipação tratar-se-ia de ensinar as crianças a ler e escrever antes dos seis anos, por meio principalmente de atividades de “codificação” e de codificação de letras, sílabas e palavras. É o que Brandão e Leal (2010), chamaram de “obrigação da alfabetização na educação infantil”. Segundo Ferrero (2012, p. 97), quando se decide:

Inicia o aprendizado da leitura e da escrita antes do primário, vemos a sala de aula da pré-escola assemelhar-se notadamente há do primeiro ano primário e a prática docente passa a seguir o modo dos mais tradicionais práticas do primário: exercício de controle motor e discriminação perceptiva, reconhecimento de cópia de leitura, sílabas ou palavras, repetições em coro e nenhum uso funcional da língua escrita.

A segunda relação entre Educação infantil e ensino fundamental aponta por Moss (2001, p. 149) expressa um afastamento entre essas duas etapas e essa relação: “pode ser

marcada por certa suspensão e certo grau de antagonismo com a educação infantil tentando defender-se e as suas crianças do que percebe como sendo uma abordagem estritamente didática da educação, vista como típica da escola”, considerando que essa relação, ao separar as duas etapas da educação Básica, assume, muitas vezes, uma atitude preconceituosa em relação a “escolarização” como se tratasse de algo necessariamente negativa, isto é, como se a entrada na escola obrigatório destituir-se, inevitavelmente, a criança. No caso das práticas de leitura e escrita, essa relação pode expressar-se por uma atitude contrária a presença da leitura e da escrita na educação infantil, que assumi conforme observam Brandão e Leal (2010, p. 18), o formato de um letramento sem letras o qual se caracteriza pela:

Ênfase dada a outro tipo de linguagem na educação infantil, como o corporal, a musical, a gráfica, entre outros, baseando-se a linguagem escrita do trabalho com criança pequenas. Nesse tipo de abordagem, portanto, a alfabetização [...] não é concebida com objeto do trabalho educativo, sendo, em geral tomado como em ‘contendo escolar’ e portanto, proibido para criança da educação infantil.

Já na terceira relação entre educação infantil e ensino fundamental apresentada Moss (2001) é inversa a primeira (preparação para a escola), pois nessa terceira relação propõem-se mudanças nas condições materiais e em termos de prática pedagógica no ensino fundamental tornando-se adequado as crianças que nele ingressam, por influencia da educação infantil. Nessa relação, Segundo Moss (2001, p. 15), parte-se de um “questionamento mais crítico da escola tradicional, inquirindo-se não deveria tanto as necessidades das crianças quanto os de um mundo em rápida transformação”. Neste caso, temos, ao contrario, uma relação de preponderância da educação infantil sobre o ensino fundamental.

Quanto às práticas de leitura e escrita no ensino fundamental, tratar-se-ia de altera-los, substituindo-os por outros que seriam mais frequentes na educação infantil, como a roda de histórias e as brincadeiras de ler e escrever. Embora essa tendência tenha em sentido positivo, por propor atividades significativos de leitura e escritas nas duas etapas da educação básica, corre-se o risco de “neutralizar” os objetivos do ensino fundamental, que precise representar, sim uma continuidade da etapa anterior, mas como a ampliação gradativa de outras experiências e conhecimento com a língua escrita, respeitando-se a infância e sua singularidade.

Finalmente, na última relação apontada por Moss (2001, p. 153), que parece ser a mais adequada, outro reconhecimento que a educação infantil e o ensino fundamental tem

tradições e culturas muito diferentes, que se expressa em concepções, valores e práticas também muito diferentes mas propõe a busca de uma possível convergência pedagógica entre as duas etapas “marcada pelo respeito mútuo, diálogo e construção conjunta. Em outras palavras, essa relação visa a uma parceria forte e igualitária criada pelo trabalho conjunto em um projeto comum”. Nessa última relação, no que se refere às práticas de leitura e escrita compreendemos que nessas duas etapas da educação básica precisam estar presentes tanto atividades mais voltadas ao letramento, como a roda de histórias e a produção de textos coletivos), quanto a alfabetização em sentido estrito (comparação de palavras, montagem e desmontagem de palavras etc.), considerado os princípios da continuidade e da ampliação. Ouvir a leitura de histórias, por exemplo, encantar as crianças desde cedo e amplia as suas experiências de letramento. Por isso precisa ser uma prática apenas na educação infantil, mas também no ensino fundamental. Não tem sentido, portanto, descontinuar práticas tão apreciadas pelas crianças e que continuam tendo um importante papel na formação do leitor, especialmente no desenvolvimento do gosto pela leitura. Ao mesmo tempo, ao reconhecimento de títulos, nomes de autores ou palavras que se destacam numa história, as crianças podem refletir sobre o modo como as palavras são notadas.

Nas duas etapas no caso do ensino fundamental, especificamente nos seus anos iniciais a brincadeira precisa ser também, um eixo importante do trabalho pedagógico desenvolvido junto às crianças, de modo a respeitar as suas necessidades e interesses, sem negligenciar seus direitos de aprendizagem e as características próprias de cada etapa. A brincadeira é uma atividade reconhecida socialmente como própria do universo da infância e, por esse motivo, ocupa um lugar especial no cotidiano das crianças, seja em casa, na escola ou em outros ambientes sociais. Brincar é um dos direitos da criança, e a escola precisa garantir na educação infantil e no ensino fundamental, espaços e tempos destinados a essa atividade, que não pode limitar-se a “hora do recreio” ou a momento não planejado nos quais não se teria outra coisa supostamente “mais importante” para fazer.

O estudo desenvolvido por Neves, Gouvêa e Castanheira (2001), já mencionado anteriormente, evidenciou para os autores a necessidade de uma maior integração entre o brincar e o letramento nas práticas pedagógicas da educação infantil e do ensino fundamental, ambos considerados pelos autores como dimensões fundamentais da cultura infantil contemporânea. Ampliando as conclusões dos autores, diríamos que é necessário uma maior integração entre o brincar, letramento e a alfabetização na educação infantil e no ensino fundamental.

Para concluir essa reflexão, recorremos a Soares (2011, p. 69), quando diz que: “a educação infantil é para que a criança se desenvolva socialmente e cognitivamente de forma lúdica. O que também é importante nas series iniciais do ensino fundamental”. Concordando com a autora, entendemos que não há por que opor educação infantil e ensino fundamental, como se constituíssem dois mundos a parte, um no qual, pelo menos em tese a criança seria tratada como criança, e outro no qual, também em tese, a criança seria tratada apenas como criança. Quando ingressa no ensino fundamental, a criança continua sendo criança e tendo as mesma necessidades, que precisam ser consideradas sem desconsiderar os objetos e os característicos de cada etapa da educação básica.

Diretrizes coletivas entre suas comunidades e crenças partilhados por aqueles que a protagonizam, e importante não se esquecer de que o currículo em ação se dá por meio de negócios constantes. Há sempre uma correlação de força ou poder em jogo, em que os consensos precisam ser construídos entres os grupos dentro de cada escola. Por outro lado é necessário reconhecer também a existência de grandes acordos concretizados em documentos oficiais que possam da uma homogeneidade aos sistemas de ensino brasileiro.

Há por exemplo, no momento atual, uma discursão premente no que concerne ao direito á alfabetização e ao acesso a cultura escrita nos primeiros anos de escolaridades. Desse modo, pode-se hoje, afirmar que é necessário um compromisso dos educadores em torno do pressuposto de que até oito anos de idade as crianças tenham se apropriado dos conhecimentos necessários a escrita e a leitura de textos que circulam socialmente. A necessidade de tal defesa decorre da constatação de que no Brasil há um conjunto culturais que são desigualmente distribuídos na sociedade, tais como a escrita e suas eu são desigualmente distribuídas nas sociedades, tais como a escrita e seus diferentes suportes.

No entanto, apesar de existir disparidades quanto ao domínio de ferramentas culturais poderosos, pode-se dizer que é dever da escola dar acesso a cultura escrita a todos que frequentou.

É inegável que, desde a década de 1980, documentos oficiais legitimaram o direito á educação na infância. A constituição de 1988, por exemplo, instituiu o direito a educação as crianças de zero a seis anos e o dever do estado de oferecer creches e pré-escola. Essa prerrogativa foi reafirmada no estatuto da criança e do adolescente (Brasil, 1990) e na lei de diretrizes e base da Educação Nacional (Brasil, 1996). Antes dessa iniciativa legais predominavam no âmbito do atendimento as crianças menores de seis anos. Como atesta Kramer (2007). Políticas educacionais assistencialistas pautadas em uma perspectivas

compensatórias, que atribuía o fracasso escolar a carência cultural e a deficiência cognitivas e linguísticas.

Nesse cenário de desafio e mudanças políticas educacionais, inclusive recentemente, com amplo espaço de reflexão, o debate sobre a ampliação do ensino fundamental para nove anos e a inclusão nele das crianças de seis anos até então integrantes da educação infantil, instituída pela Lei nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006, tal ampliação gerou discussão polemicas e reações diferentes entre aqueles que, de algum modo, interessantes por esse debate.

Sobre a inclusão da criança de seis anos no ensino fundamental, Brandão (*In: Brandão, Rosa, 2010*) teve algumas reflexões que valem a pena ser realçadas. A autora pontua, inicialmente, que há ganhos por parte das famílias de baixa renda, no que se refere a ampliação do tempo na escola, visto que outras crianças, oriundas de camadas sociais privilegiadas já se encontram na instituição escolar bem antes dos seis anos. Entretanto, diz que o ingresso na escola, por só, não assegura as crianças acesso a um contexto de ensino que promova aprendizagem significativas, o que supra uma escola preparada em termos físicas, matérias e com profissionais competentes.

Ainda segundo Brandão (2009, p. 16), um dos argumentos contrários há inserção da criança de seis anos no ensino fundamental está pautado em uma visão da escola marcada por uma “disciplina rígida, pela falta de criatividade, de espontaneidade lugar que forma aluno passivos por meio de praticas repetitivas”.

A autora atesta ser essa uma visão ingênua, já que parte do pressuposto de que toda criança inserida no contexto da educação infantil vivenciaria, plenamente a sua infância, o que não é verdade, pois há contextos em que predominam praticas e matérias inadequadas a essa etapa é em alguns casos, até mesmo ao ensino fundamental, ou seja, é comum a solicitação de livros didáticos de várias disciplinas, cadernos de caligrafias para crianças de 6 anos, proposta de provas para avaliação (Brandão, 2009).

Antes esse debate, reconhecemos que a legislação relativa a inclusão da criança de seis anos no ensino fundamental compromete os poderes públicos com o direito da criança a um maior tempo de escolaridade obrigatória, o que esta se entendendo mais recentemente, também as crianças de 4 e 5 anos, com a Lei nº 12.796/2013. No entanto é preciso não apenas ampliar o tempo de permanência das crianças na escola, mas também garantir que elas tenham, de fato, o direito de aprender em um ambiente no qual as suas necessidades e interesses sejam respeitados.

Para além dessa polemica parece não haver duvida conforme observa Kramer (2006), de que para assegurar as varias dimensões que integram a criança tanto na educação infantil quanto no ensino fundamental, há que se considera, por parti de quem ensina, o respeito as singularidade dos meninos e meninas nessas etapas.

Segundo Kramer, (2006, p. 14), não deveria haver fragmentação entre essas etapas da educação básica, pois elas conjugam “conhecimento e afetos, saberes e valores, cuidados e atenção, sociedade e riso”. A respeito da inclusão da criança de seis anos no ensino fundamental, podemos levantar algumas questões desafiadoras , as quais tem sido discussão; a inserção da criança de seis anos no ensino fundamental desencadearia uma escolarização precoce? Seria esse processo necessariamente danoso à infância? Existe incompatibilidade entre “ser criança” e “ser aluno”? é possível alfabetizar letrando em um contexto lúdico que respeito as regularidades da criança nessa etapa?

Portanto consideramos que os eixos de alfabetização e letramento ganham espaço na discussão sobre a ampliação do ensino fundamental interessa-nos nesse momento recuperar a seguinte questão: é possível alfabetizar letrando as crianças em um contexto lúdico, respeitando as necessidades e interesses da infância? Em nossa opinião, a resposta é sem duvida, sim concordando com Silva (2005) acreditamos que esse processo dar-se-ia por meio da articulação da aprendizagem da leitura e da escrita e momentos de brincadeira e de exploração de outras linguagens. Desse modo, a ludicidade seria contemplado em todos os momentos do trabalho pedagógico de modo a respeitar e considerar as necessidades e interesses próprios da infância e o processo de alfabetizar letrando atingiria todos as crianças com 6 anos dentro de aprendizagem e seus direitos a ser alfabetizado dentro do seu ciclo de alfabetização idade-série

5 METODOLOGIA DE PESQUISA

Diante do exposto na introdução e também dos objetivos aqui apresentados, esta pesquisa procura responder ao seguinte problema: Será que os métodos pedagógicos utilizados pelos professores para alfabetizar influenciam os alunos que inicia seus anos de escolaridade do ensino fundamental das escolas publicas da ilha de Itamaracá.

Desta forma pretende se investigar de maneira a responder a outra questões ligadas aos objetivos geral e aos os específicos, abaixo citados:

5.1 Objetivo geral

Analisar os métodos utilizadas pelos professores para alfabetizar os alunos nos primeiros anos de escolaridade do ensino fundamental das escolas publicas da ilha de Itamaracá .

5.2 Objetivos específicos

- Identificar métodos utilizados pelos professores para alfabetizar nos primeiros anos de escolaridades do aluno;
- Descrever as principais dificuldades encontradas pelos professores em alfabetizar os alunos que inicia sua escolaridade na escola publica da ilha de Itamaracá/PE – BRASIL.
- Verificar o processo de alfabetização dos alunos e seu desempenho na leitura e escrita nas series iniciais do ensino fundamental e os recursos utilizados pelos professores para facilitar o ensino aprendizagem dos mesmos.
- Analisar os recursos utilizados pelos professores para alfabetizar os alunos nas series iniciais

5.3-População

O presente estudo se deu com 18 professores do ensino fundamental das series da do município da Ilha de Itamaracá – Pernambuco – Brasil , e com 30 alunos que estão matriculados nos primeiros anos. Esta população total foi de 48 entre professor e aluno. Sendo escolhida em função dos objetivos do estudo que se pretende alcançar.

5.4- Descrição do local de estudo

Figura 1. Prefeitura de Itamaracá



Fonte: (Férias Tur, 2016).

No corrente ano letivo de 2016, nas escolas municipais relacionadas abaixo:

Escola Municipal Elizabeth Regina: Prédio próprio, laboratório de informática, cozinha, biblioteca, sala de leitura, banheiro adequado à educação infantil, banheiro adequado a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida. Oferece alimentação escolar para os alunos Modalidade: ensino regular, pré-escola (4 e 5 anos) e ensino fundamental.

Escola de Itamaracá: Prédio próprio, sala de diretoria, laboratório de informática, sala de recursos multifuncionais para atendimento educacional especializado, cozinha, biblioteca, sala de leitura, banheiro com chuveiro, pátio coberto e pátio descoberto. Oferece alimentação escolar para os alunos. Modalidade: ensino regular, pré-escola (4 e 5 anos) e ensino fundamental.

Escola Municipal Professor Cavalcanti: Prédio próprio, sala de diretoria, laboratório de informática, cozinha, biblioteca, banheiro adequado à educação infantil. Oferece alimentação escolar para os alunos. Modalidade: ensino regular, pré-escola (4 e 5 anos) e ensino fundamental.

5.5- Desenho da investigação

Neste caso a investigação realizada é de cariz qualitativo, uma vez que se desenvolveu um estudo que procura compreender se o processo de alfabetização é eficaz para alfabetizar os alunos das series iniciais de forma consistente para adquirirem e desenvolverem a contextualização da saber na sua prática, e se os mesmos tem consciência da pertinência desta competência pelos efeitos que a sua manifestação produzirá na qualidade de ensino.

De acordo com (Bogdan & Biklen, 1994), a investigação qualitativa utiliza principalmente metodologias das quais resultam dados descritivos que permitirá ao investigador observar o modo de pensar dos participantes, visando buscar respostas para melhor compreensão do problema da pesquisa.

5.6 Técnicas de coletas de dados

Técnico instrumento de coleta: Se utilizará questionário semifechado, onde os professores serão investigado a respeito de métodos e técnicas de alfabetização nas series iniciais do ensino fundamental I .

Na coleta de dados teve-se como sujeito da pesquisa alunos e professores dos três primeiros anos de escolaridade do ensino fundamental, e como instrumento desta coleta foram aplicado questionários com vistos a obtenção de dados precisos pertinentes ao objeto de estudo e assim compreender como se dar as praticas pedagógicas desenvolvida pelos professores que leciona nas series iniciais do ensino fundamental, para a construção do aprendizado da leitura e escrita

A validação do questionário nesta pesquisa passou por análise de seis doutores em educação que avaliando as questões, ao constatar assim erros , foi necessário aperfeiçoamento , esclarecendo aspectos que se apresentaram de difícil entendimento e acrescentando outros, que se mostraram importantes de serem pesquisados. Após as modificações realizadas em função dessa aplicação, chegou-se à versão final do questionário, que foi disponibilizado a todos os profissionais que atuavam nas series iniciais do ciclo de alfabetização.

Apos o julgamento de especialistas, passamos pela realização de uma prova piloto onde foi selecionado um pequeno grupo de professores pesquisado, onde relataram dificuldades na compreensão de algumas questões, sendo desta forma reelaboradas para melhor compreensão.

5.7- Ferramentas

Foi aplicado uma avaliação de ditado de palavras e escrita de frases para verificação do processo de aprendizagem dos alunos no que diz respeito a alfabetização nas series iniciais do ensino fundamental .

5.8- Procedimentos de coletas de dados

A pesquisa aqui apresentadas objetivou pesquisar como principal objetivo analisar os métodos utilizados pelos professores para alfabetizar os alunos no primeiros anos de escolaridades do ensino fundamental das escolas publicas da Ilha de Itamaracá.

Esta pesquisa apresenta o produto de uma pesquisa explorativa, orientada pelos princípios da abordagem qualitativa. A pesquisa de campo contou com técnica tradicionalmente a etnográficas que são a observação e questionário.

A escolha pela pesquisa exploratória – se as informações encontradas na secretaria de educação da cidade da Ilha de Itamaracá onde foi possível aprofundar toda informação mais aprofundada da pesquisa do estudo em questão.

A pesquisa foi redigida considerando a realidade da sala de aula de três classes de alfabetização de três escola da rede publica municipal. Dentro desse contexto, o estudo teve como foco o docente no que tange sua pratica pedagógica no contexto de alfabetização e letramento. Dessa maneira, o campo da pesquisa foi nos três primeiros anos das series iniciais do ensino fundamental das Escola Elizabeth Regina localizada no bairro de Jaguaribe na Ilha de Itamaracá, Escola Itamaracá localizada no bairro do Pilar e a Escola professor Cavalcante no Forte Orange. Todas no Município da Ilha de Itamaracá.

Estas escolas foram escolhidas por já existir um contato entre a pesquisadora e os professores das escolas devido a realização de outros encontros de formação oferecidos pela secretaria do município.

O levantamento de dados na abordagem qualitativa acontece no próprio local de sua realização. Esta pesquisa utilizou as técnicas da observação e do questionário. A observação se constitui nas pesquisas qualitativas, numa técnica bastante valorizada pois possibilitar um contato direto do pesquisador com o fenômeno investigativo. As observações ocorreu nos meses de julho a dezembro de 2016. Durante esse período foram

observada três turmas de alfabetização do 1º, 2º e 3º ano das series fundamentais das escolas já citada anteriormente. O foco principal da pesquisa era investigar como se dava o processo de alfabetização e qual os métodos utilizados pelos professores para resolver o problema onde o aluno chega no terceiro ano de escolaridade sem saber ler nem escrever. Durante toda observação, análise e levantamento do questionário foi possível verificar que os professores não tenha muita segurança no que respondia pois mostrava muita angustia nas suas respostas. Foram aplicados questionários com 20 perguntas aos 18 professores das series iniciais das três escolas da rede municipal da Ilha de Itamaracá - Pernambuco onde foi verificado que todos tem formação acadêmica de pedagogia ou licenciatura e também com especialização não nos detive em contabilizar as formações por ano de conhecimento de cada professor, só nos apropriando da sua formação acadêmica para justificar a formação dos alunos.

5.9-Tecnica de analise de dados

Foram aplicados 18 questionários com 20 perguntas a professores das series iniciais de 3 escolas da rede municipal da Ilha de Itamaracá - Pernambuco.

A primeira pergunta referia-se ao planejamento e ele se estava de acordo com os conteúdos da vivencia dos alunos todos os professores responderam que sim. Já a pergunta referiam-se ao professor alfabetizador das series iniciais de escolaridade, onde foi questionado se era importante alfabetizar nos primeiros anos de escolaridade, no qual 13 professores responderam que sim, e 5 responderam que não, se justificando. A terceira pergunta referiam-se a importância da alfabetização com os métodos tradicionais. 6 responderam que sim e 12 responderam não, justificando que o método tradicional não produz grandes avanços.

Na pergunta seguinte questionou se a coordenação oferecia algum suporte para que o projeto de alfabetização dos alunos das series iniciais tivesse êxito. 12 professores responderam que sim e 6 disseram que não. A quinta pergunta referia-se a utilização dos instrumentos de avaliação em sala de aula, onde 11 professores responderam que utilizam todos os instrumentos de pesquisa e 7 responderam que não sem justificativa.

A sexta pergunta era referente as dificuldades encontrada para realização do trabalho em sala de aula, onde 14 professores responderam que sim e 4 que não, e não justificando sua resposta. A sétima questão refere-se a ajuda individualmente oferecida a

cada aluno que apresenta dificuldade. Deste todos os 18 professores foram unânime, concordando que ajudar o aluno individualmente.

Já na oitava questão perguntou-se para os professores se existe dificuldades na alfabetização dos discentes nos três primeiros anos de escolaridade do ensino fundamental. 15 professores responderam que sim e 3 responderam que não. Em relação a questão de numero 9, foi perguntado se os docentes recebem apoio para trabalhar com os alunos que apresentar dificuldade de aprendizagem. Entretanto, 7 responderam que sim que recebem ajuda, porém 11 responderam que não tem nenhuma ajuda.

A décima questão e referente a proposta de alfabetização adota pela escola, onde 14 professores responderam que a escola possui alguma proposta, porem não aplicam, e 4 responderam que não tem nenhuma proposta de alfabetização, o professor e quem busca alguns métodos. Na décima primeira pergunta era em relação a habilidade apresentada pela criança na leitura e na escrita. 9 professores responderam que sim, quando a criança ler e escrevi, ela realmente esta alfabetizada. E 9 responderam que não discordam desta pergunta. Na décima segunda questão questiona a proposta de alfabetização apresentada pelo município. 12 professores responderam que concorda e 6 responderam que não concorda, pois acham muito deficiente, não atendendo as expectativas.

Na décima terceira questão foi perguntado sobre a influencia da família no ensino aprendizagem dos alunos. 14 responderam que a presença da família e fundamental no acompanhamento da aprendizagem dos seus filhos, e 4 responderam que a família não influencia na aprendizagem dos alunos.

Na décima quarta pergunta é referente ao aluno que chega ao terceiro ano do ensino fundamental sem esta alfabetizado, se a falha esta no sistema de promoção automática por ciclo. 15 responderam que sim pois este sistema facilita a progressão do aluno, mesmo sem esta alfabetizado, e 3 não concordam.

Na decima quinta pergunto se o docente incentiva o habito de leitura do aluno, todos responderam que sim pois, leitura e essencial ao aprendizado. Na decima sexta foi questionado sobre a satisfação do professor em relação a sua pratica pedagógica, onde 11 responderam que sim e 13 responderam que não. Na decima sétima perguntou-se a elaboração das avaliações esta de acordo com as provas externas, exemplo SAEB e Provinha Brasil, do total, 8 responderam que sim e 10 responderam que não.

A decima sétima pergunta questiona se os métodos de alfabetização aumenta o interesse do aluno pela leitura e escrita. 11 professores responderam que sim, que os métodos de alfabetização aumenta o interesse pela leitura e escrita. E 7 responderam que

não aumenta o interesse pela leitura. A decima nona é referente a conclusão do terceiro ano do ensino fundamental sem esta alfabetizado seria necessário rever todo o conteúdo para que o aluno seja finalmente alfabetizado. 4 responderam que sim e 14 responderam que não voltaria com o conteúdo pois teria que seguir para não prejudicar os outros.

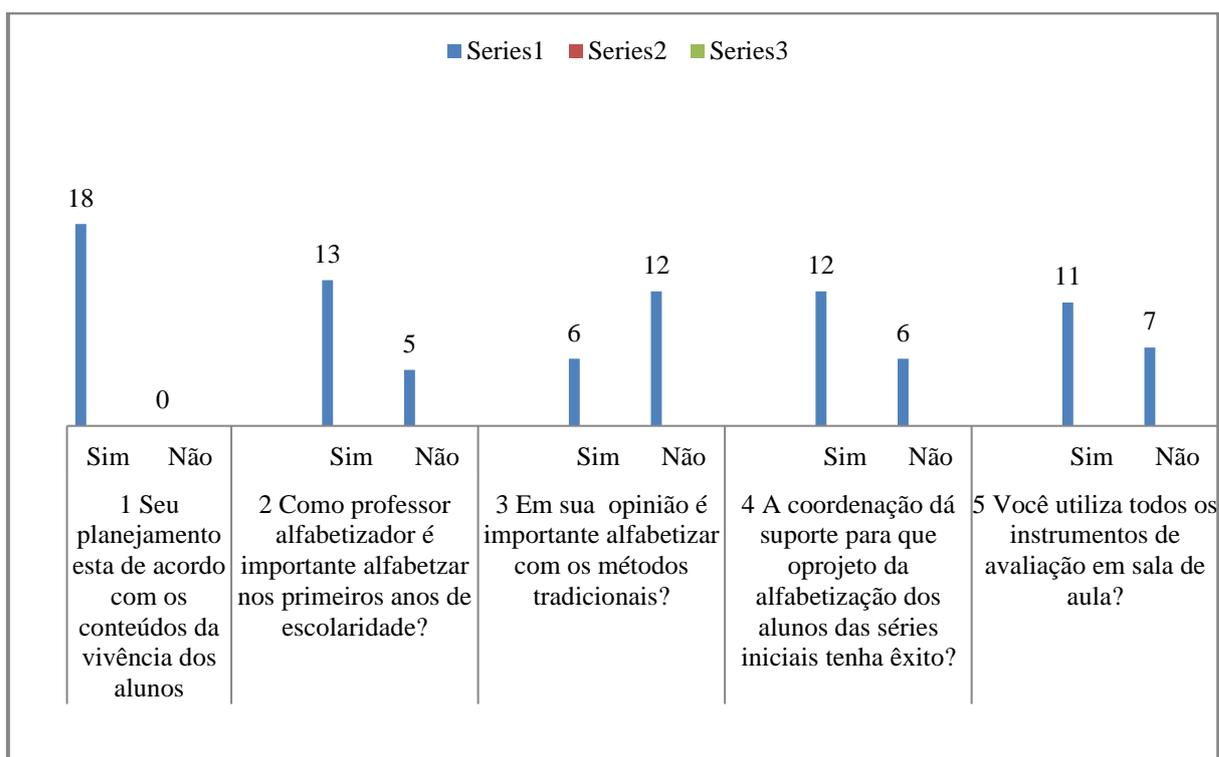
Na vigésima e última a pergunta foi em relação aos cursos de formação oferecidos pelo município, se são bem aproveitados pelos professores. 13 responderam que sim e que aplicam as técnicas em sala de aula para facilitar o aprendizado dos seus alunos. Porém 5 responderam que não e que acham o conteúdo repassado com pouca inovação.

No entanto podemos verificar que em relação ao professor de alfabetização e letramento no que diz respeito a alfabetização e letramento nas escolas do município da Ilha de Itamaracá esta com muita deficiência onde o maior prejudicado é o aluno, que entra na escola com a expectativa de chegar no terceiro ano do ensino fundamental alfabetizado, ou seja lendo e escrevendo. Porém de acordo com a pesquisa observamos que esta realidade esta longe de acontecer, e entendemos que é preciso buscar um novo rumo para o processo de alfabetização nas series iniciais no município de fato decolar. Para que seja garantido ao aluno um direito que é dele, e obrigação da secretaria de educação procurar unificar esse conteúdos para garantir esse direito de aprendizagem de toda criança que inicia a escolaridade.

6- RESULTADOS

Diante da aplicação dos 18 questionários com 20 perguntas aos professores das series iniciais de 3 escolas da rede municipal da Ilha de Itamaracá – Pernambuco e também das atividades aplicada para verificação de aprendizagem dos alunos das series iniciais foi possível chegarmos ao seguintes resultados..

Gráfico 1. Planejamento - Alfabetização e letramento nas séries iniciais



Fonte: (DADOS DA PESQUISA, 2016).

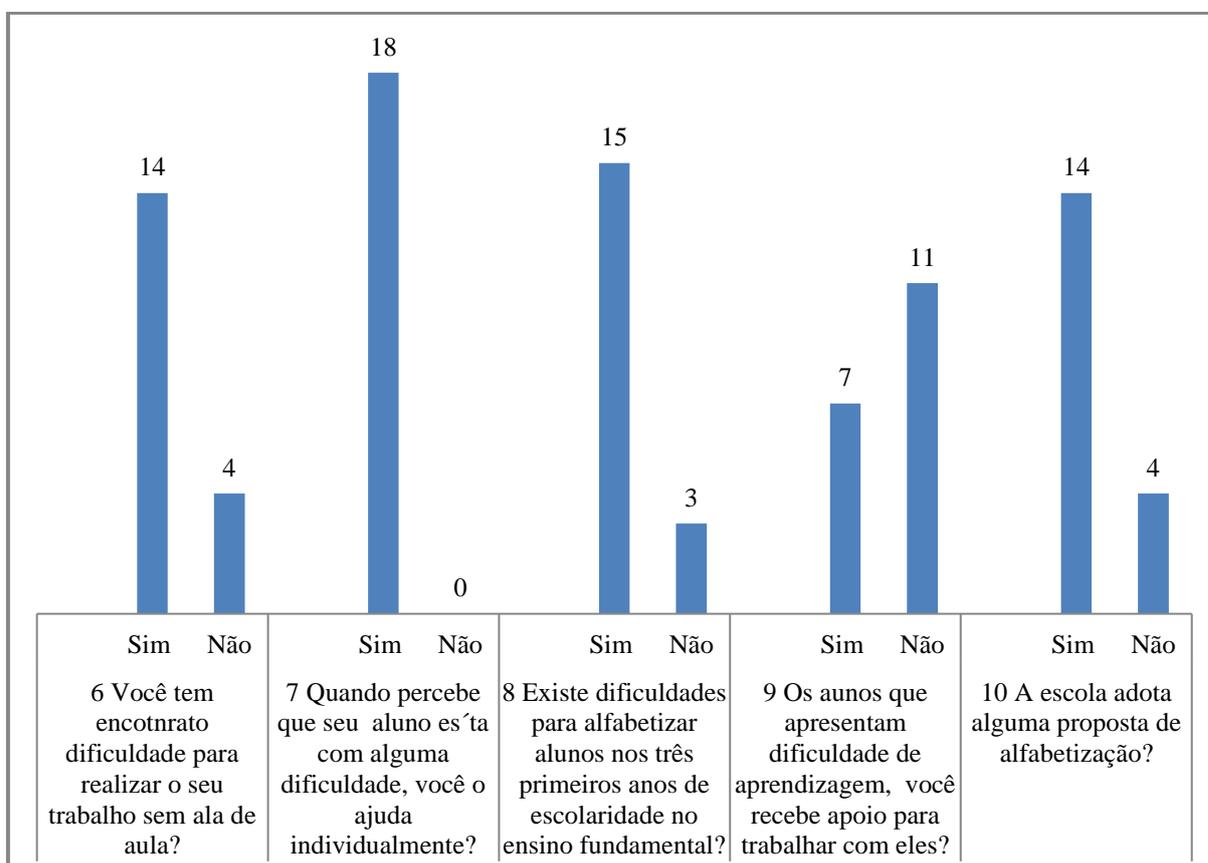
No gráfico 1 foi verificado que a pergunta que se refere ao assunto planejamento, todos foram unânimes em suas respostas. Na segunda pergunta é referente ao professor alfabetizador, da importância de alfabetizar nos primeiros anos de escolaridades, 13 responderam que sim, é importante alfabetizar nos primeiros anos e 5 responderam que não acham necessário alfabetizar nos primeiros anos.

Na pergunta de numero 3 foi perguntado ao professor se ele achava importante alfabetizar com métodos tradicionais, e 6 responderam que sim que é importante alfabetizar com método tradicional. Porém 12 respondeu que não, o método tradicional não faz com a criança aprenda, estes ainda preferem o método inovador. Na quarta pergunta investiga se a coordenação dá suporte para o projeto de alfabetização dos alunos

das series iniciais tenha êxito, onde 12 professores responderam que sim, que a coordenação dá suporte para que seja implantado o projeto de alfabetização e 6 responderam que não a coordenação não dá suporte para a aplicabilidade do projeto.

Na 5ª pergunta é referente aos instrumentos de avaliação em sala de aula, onde 11 professores responderam que sim que utiliza todos os instrumentos de avaliação em sala de aula para alfabetizar os alunos, e 7 professores responderam que não utilizar todos os instrumentos, só aqueles que acha necessário. Portanto foi observado no primeiro gráfico que os professores encontra-se dividido no que diz respeito ao ensino aprendizagem dos alunos no processo da alfabetização.

Gráfico 2. Dificuldades encontradas pelos professores e atitudes tomadas quando o aluno apresenta dificuldade na aprendizagem



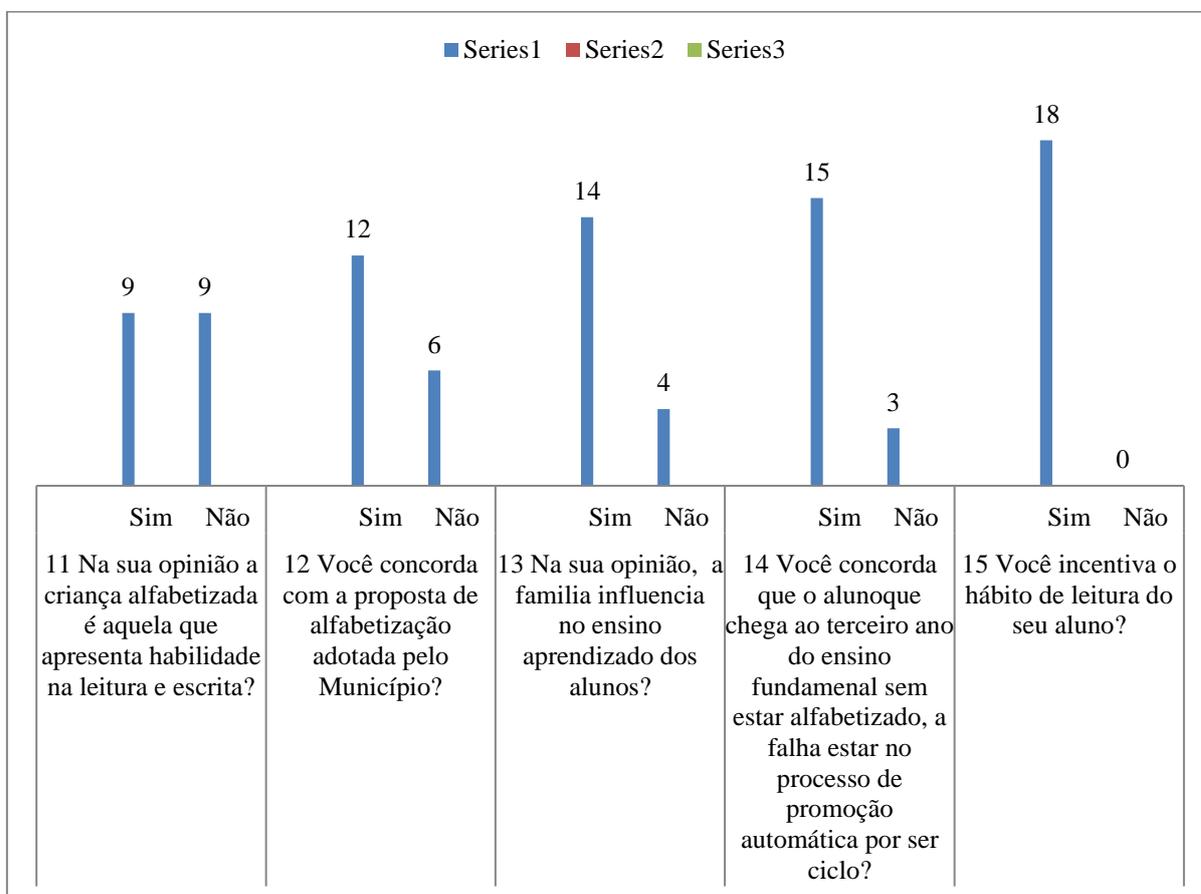
Fonte: (DADOS DA PESQUISA, 2016).

No segundo gráfico foi analisado o seguinte: na primeira pergunta referente as dificuldades encontrada pelos professores para realizar seu trabalho em sala de aula, 14 dos docentes responderam que sim, que tem encontrado dificuldade para desenvolver seu trabalho por falta de apoio da comunidade escolar, e 4 professores responderam que não

encontram dificuldade para executar seu trabalho. Na segunda questão sobre as atitudes tomadas quando o aluno apresenta dificuldade na aprendizagem, 18 professores responderam que sim, que quando percebe que o aluno apresenta alguma dificuldade eles ajudam individualmente para que o aluno tenha êxito no seu direito de aprendizado. Na questão seguinte referi-se sobre as dificuldades encontradas para alfabetizar os alunos nos três primeiros anos de escolaridade do ensino fundamental. 15 professores responderam que sim que encontra dificuldade para alfabetizar os alunos nas séries iniciais justificando o próprio sistema que é falho, e 3 responderam que não existe dificuldade para alfabetizar justificando que mesmo o sistema falho ele dá seu jeito.

Na quarta pergunta referente ao apoio para minimizar as dificuldades dos alunos, 7 professores responderam que recebe apoio da família e da escola para trabalhar com os alunos que apresenta dificuldades de aprendizagem, em seguida 11 responderam que não recebe apoio para trabalhar com esses alunos que apresenta dificuldades na aprendizagem. E na última pergunta desde gráfico refere-se a proposta adotada pela escola para alfabetizar 14 professores responderam que sim que adota alguns projetos de alfabetização como: contação de história, cantinho da leitura e outros. Os outros 4 professores responderam que a escola não adota nenhuma proposta de alfabetização, ou seja relataram que vão se virando como pode, para conseguir alfabetizar as crianças nas séries iniciais.

Gráfico 3. Opinião do professor em relação a alfabetização das crianças

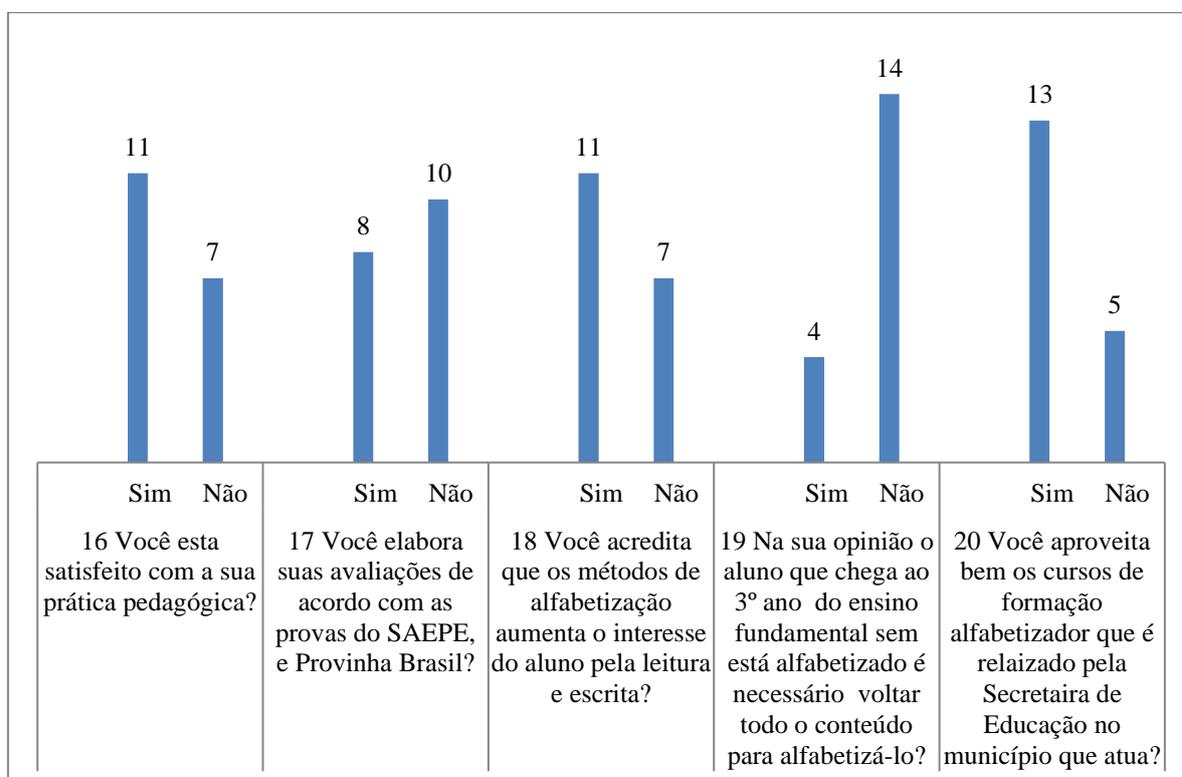


Fonte: (Dados da Pesquisa, 2016).

No gráfico 3, as questões abordadas foram as seguintes: 1 perguntou a opinião do professor em relação a alfabetização das crianças que apresenta habilidade na leitura e na escrita 9 professores concordam que uma criança alfabetizada é aquela que apresenta habilidade na leitura e escrita, e os outros 9 responderam que não, pois só porque a criança não possui habilidade com a leitura e a escrita, não está alfabetizado, esta alfabetizado não é apenas ler e escrever, tem que saber decodificar o que leu e escreveu. Na pergunta seguinte refere-se a concordância com a proposta de alfabetização adotada pelo município, onde 12 professores responderam que sim que concorda com a proposta de alfabetização adotada pelo município, pois o mesmo poderia fazer mais para que o processo fosse eficaz. Na questão de número 13 foi questionado sobre a participação da família no processo do ensino aprendido dos alunos, onde 14 professores responderam que sim a família influencia no processo de ensino aprendizagem dos alunos e 4 responderam que

não, pois estes observaram que os alunos que não mora com as famílias, orfanato, por exemplo, não apresentam bom rendimento. Na outra pergunta refere-se ao aluno que chega ao terceiro ano do ensino fundamental sem esta alfabetizado, 15 professores responderam que sim, a falha esta no processo da promoção por ser ciclo de aprendizagem e 3 responderam que não, a promoção não é um problema. Na 15 questão o professor foi questionado sobre o incentivo ao habito de leitura e todos de uma maneira geral responderam que oferecem livros, revistas e outros matérias de leitura para incentivar o habito da leitura de seus alunos.

Gráfico 4. Satisfação da prática pedagógica e avaliação elaborada



Fonte: (Dados da Pesquisa, 2016).

Analisando o gráfico 4, observamos na primeira pergunta que 11 professores estão satisfeito com a sua prática pedagógica e 7 responderam que não estão satisfeito com sua pratica pedagógica por falta de incentivo, material didático e outros fatores. Na segunda questão refere-se a avaliação elaborada pelos professores são de acordo com provas do SAEPE e provinha Brasil, onde 8 responderam que sempre elabora as avaliações de acordo com essas provas externas, para facilitar o desempenho do aluno. Porém 10 professores que não visam essas provas na hora de elaboras suas avaliações, pois elas não

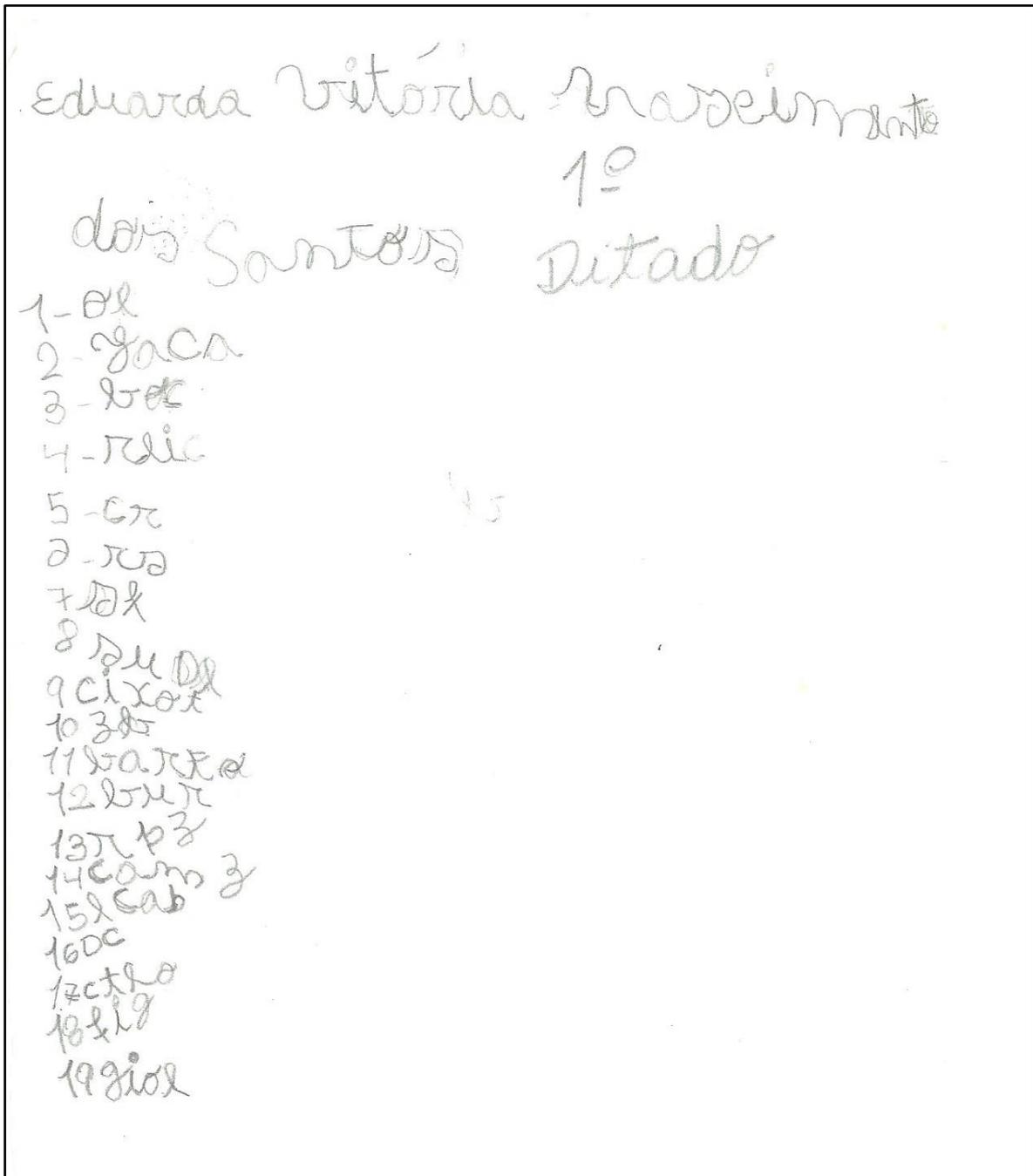
são de acordo com a realidade do aluno. Na outra pergunta foi questionado se os métodos de alfabetização e sua eficácia para o aumento do interesse pela leitura e escrita dos alunos, onde 11 professores responderam que acredita nesses métodos, pois os seus alunos tem despertado interesse pela leitura e escrita. O restante 7 professores responderam que não acreditam que esses métodos desperte interesse no aprendizado dos alunos, lembrando que precisa se fazer mais para que o mesmo se aproprie da leitura e escrita. A pergunta seguinte refere-se ao aluno que chega ao terceiro ano do ensino fundamental sem está alfabetizado, se é necessário voltar todo o conteúdo, onde 4 professores concordam que seria bom voltar, porem a grande maioria ou seja 14 professores responderam que não seria interessante, e sim trabalhar outros métodos para alfabetizá-los. Na ultima questão questionou-se sobre os cursos de formação e seu aproveitamento no processo para alfabetizar os alunos, do total de professores responderam que aproveita bem os cursos de formação, aplicando os métodos em sala de aula e 5 responderam que não aproveita esses cursos de formação alfabetizadora que é realizado pela secretaria do município, pois não trabalha a realidade do aluno.

Portanto ao termino desta analise, observou-se que mais uma vez há uma discordância no processo voltado para alfabetizar letrando dentro do município da Ilha de Itamaracá, onde muitas vezes esqueci o principal alvo que é o inicio do seu ciclo de escolaridade, no entanto observamos que é necessário buscar outro rumo para que o processo de alfabetização nas series iniciais tenha êxito e as crianças sejam alfabetizadas com um ensino de qualidade voltado para seus direitos de aprendizagem garantido pelo ministério da educação enquanto implantação de programas de alfabetização na idade certa.

Mapeamento da aprendizagem dos alunos do 1º ano do 1º ciclo

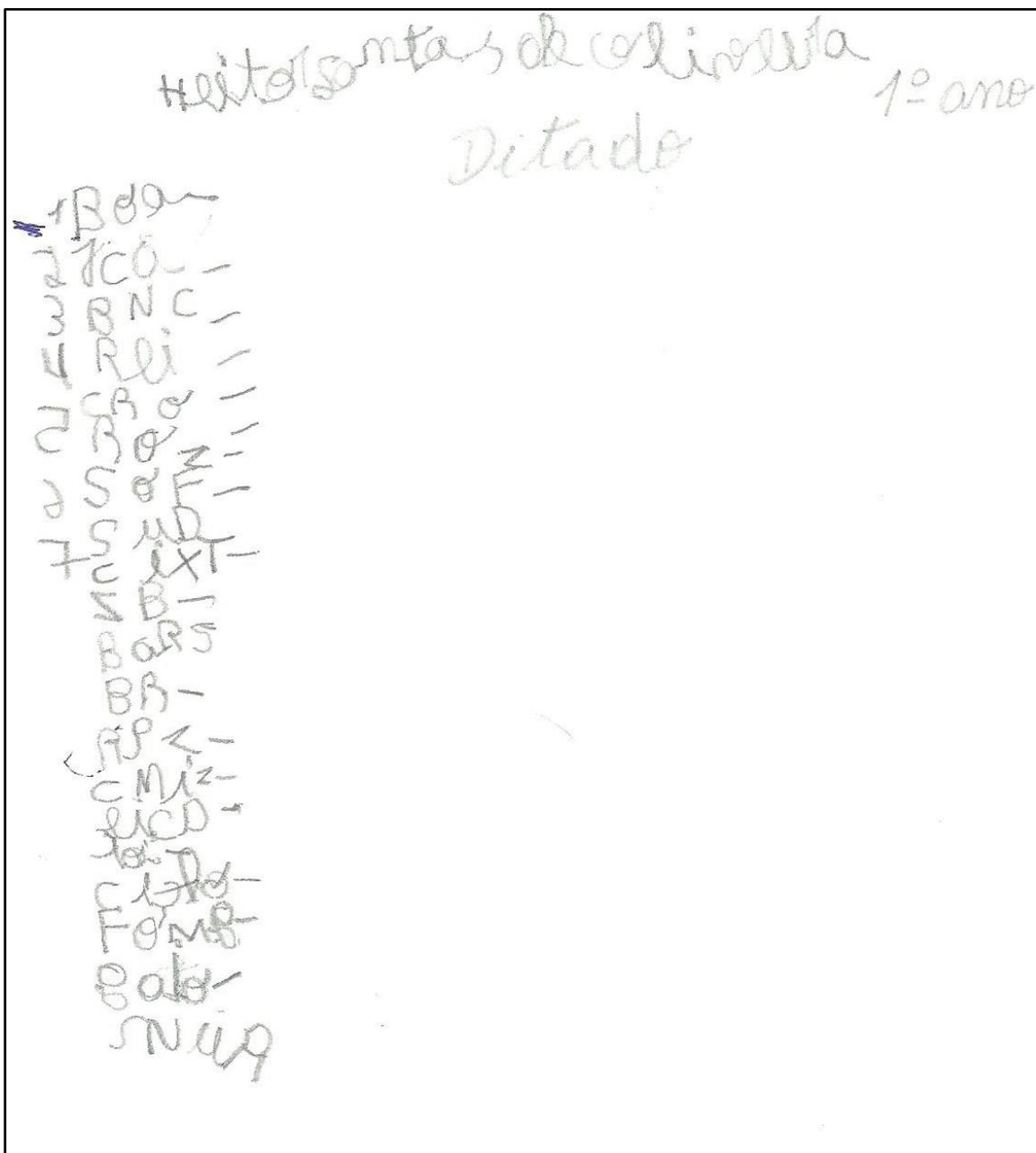
A analise do desempenho dos alunos de cada turma e da progressão dos alunos do 1º ano, organizamos a representação dos resultados obtidos em duas partes: avaliação do desempenho dos alunos na escrita das palavras (atividade de ditado mudo) do seu cotidiano e verificamos que as crianças encontravam se na fase pré-silábica pois as estas não faziam relação entre a escrita e a fala sonora das palavras, escrevendo, no geral letras aleatórias. Para que ocorresse esta observação foi utilizado como instrumento de pesquisa a aplicação de atividades como ditado de palavras e frases abaixo apresentada.

Figura 2. Atividade 1º ano (Aluno 1)



Fonte: (Dados da Pesquisa, 2016)

Figura 3. Atividade 1º ano (Aluno 2)



Fonte: (Dados da Pesquisa, 2016).

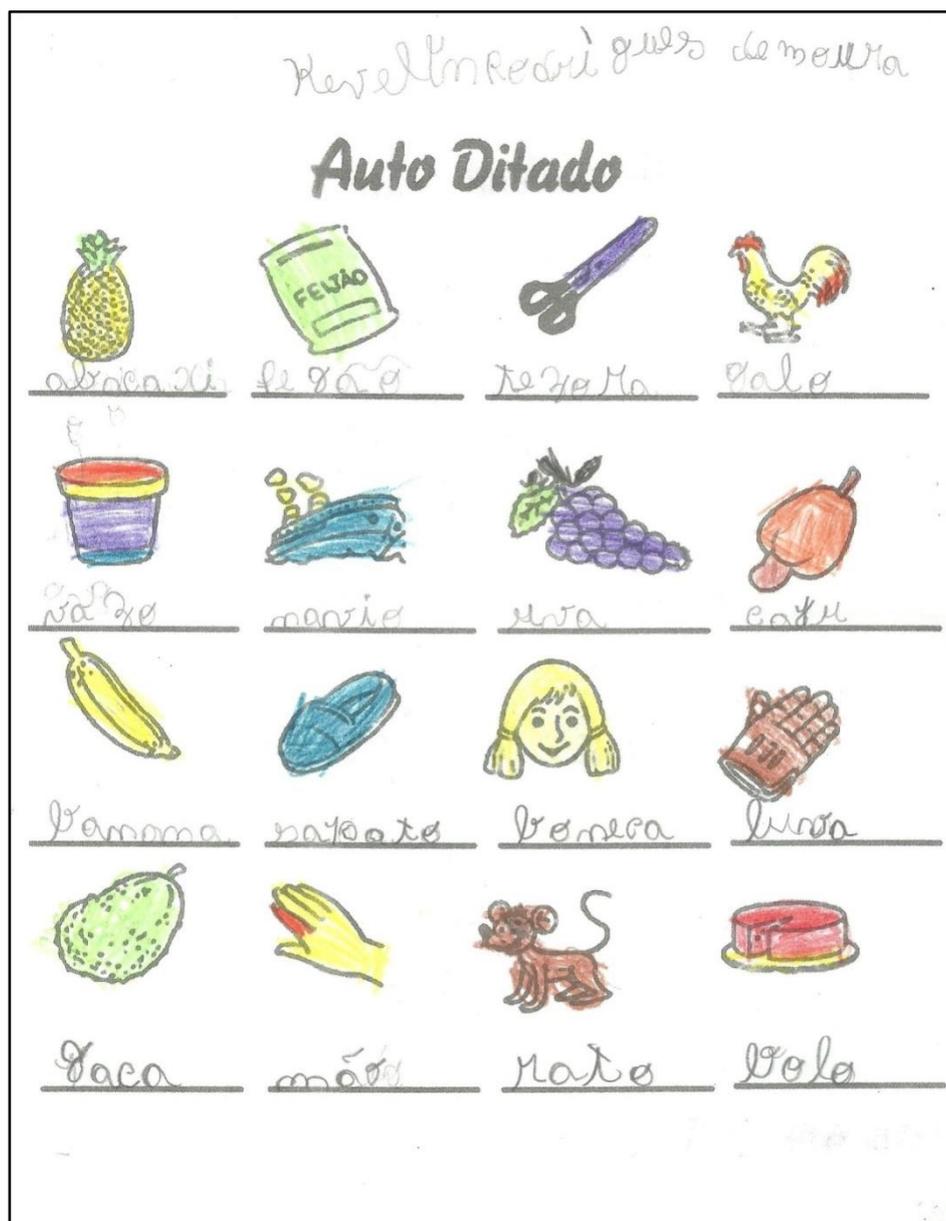
Figura 4. Atividade 1º ano (Aluno 3)

1 - ~~uma~~ Gabrielle das
 2 - ~~uma~~ Ditado
 3 - ~~uma~~ 19 - aisa
 4 - ~~uma~~ 20 - loma
 5 - ~~uma~~
 6 - ~~uma~~
 7 - ~~uma~~
 8 - ~~uma~~
 9 - ~~uma~~
 10 - ~~uma~~
 11 - ~~uma~~
 12 - ~~uma~~
 13 - ~~uma~~
 14 - ~~uma~~
 15 - ~~uma~~
 16 - ~~uma~~
 17 - ~~uma~~
 18 - ~~uma~~

Fonte: (Dados da Pesquisa, 2016).

No 2º ano do 1º ciclo analisando o desempenho dos alunos verificando que os mesmos se encontravam no nível alfabético, pois apresenta domínio de correspondência grafofônicos direto, significa que o aluno compreende as sílabas que são compostas por unidades menores e conseguem representar os fonemas embora troquem muitas letras ,não tendo habilidade nas sílabas complexas.

Figura 5. Atividade 2º ano (Aluno 1)



Fonte: (Dados da Pesquisa, 2016).

Figura 6. Atividade 2º ano (Aluno 2)



Fonte: (Dados da Pesquisa, 2016).

A análise do desempenho dos alunos do 3º ano do 1º ciclo foi avaliada através de um ditado de frases, onde verificamos que estes encontra-se no nível alfabético pois as crianças escrevem sem trocar de letra e com domínio das regularidades contextuais e morfo-gramáticas. Elas escrevem convencionalmente a maioria das palavras acentuando quando necessária.

Figura 7. Atividade 3º ano (Aluno 1)

ESCOLA: MUNICIPAL MARECHAL COSTA E SILVA

ALUNO(A): maria Edilaine cardeiro martins

TURMA: 3º ANO DATA: 13/09/2016

ESCRITA DE FRASES

1. Eu gosto de doces de chocolate.
2. A janela está aberta.
3. A batata é um animal vivo.
4. O gato gosta de queijo.
5. Não vive a quem tularia no dia.
6. A terra é o nosso planeta.
7. Eu gosto de Pipoca doce.
8. minha bicicleta é vermelha.
9. a pipa é colorida.
10. a galinha é uma ave.
11. O gato é muito bonito.
12. a cadeira está quebrada.
13. eu não gosto de celula.
14. a tábua é a madeira.
15. o gato coruja vive no dia.
16. A menina é de fone.
17. O gato é o dia.
18. a religião do mundo é de cura.
19. a pipoca é muito.
20. o cachorro é um animal mamífero.

Fonte: (Dados da Pesquisa, 2016)

Figura 8. Atividade 3º ano (Aluno 1)

ESCOLA: MUNICIPAL MARECHAL COSTA E SILVA

ALUNO(A): Maria Eduarda Cordeiro Martins

TURMA: 3º ANO DATA 13/09/2016

ESCRITA DE FRASES

1. Eu gosto de comer chocolate.
2. A janela está aberta.
3. A batata é um animal vivo.
4. O rato não é queijo.
5. Não vive a quem tubarão na praia.
6. A terra é o nosso planeta.
7. Eu gosto de Pipoca doce.
8. minha bicicleta é vermelha.
9. a pipa é colorida.
10. a galinha é um animal.
11. O sol é muito quente.
12. A cadeira está quebrada.
13. Eu não gosto de cebola.
14. o tableta é a mela.
15. O rato correu rápido no rio.
16. A laranja é de laranja.
17. Antes e vai a brada.
18. O relógio do meu pai é de ouro.
19. Ele se chama o menino.
20. O cachorro é um animal mamífero.

Fonte: (Dados da Pesquisa, 2016).

Figura 9. Atividade 3º ano (Aluno 2)

para cada ano do 1º ciclo, poderá não ter êxito e não atingir o direto de aprendizagem que é atribuído ao 1º ano do 1º ciclo de alfabetização do ensino fundamental.

O resultado do mapeamento da aprendizagem dos alunos confirmou nossa hipótese de que é possível garantir a apropriação da escrita alfabética pelos alunos do 1º ano do primeiro ciclo, deixando os outros anos para a consolidação e aprofundamento da leitura escrita. Portanto podemos verificar que o desempenho dos alunos de toda as turmas verificou-se que cada um deles agregou mais conhecimento sobre a língua durante o ano. Paralelo a isso, os professores desenvolveram uma pratica de ensino da leitura e da escrita que esta intimamente relacionada ao resultado obtido pelos alunos. Elas recriaram conteúdos para fazer acontecer o ensino da leitura e da escrita ao longo dos anos no 1º ciclo, em meio heterogeneidade da turma e aprendizagem em relação aos outros anos do ciclo. Assim as escolas conseguem alfabetizar e letrar ao final do 1º ciclo e a cada ano desenvolvendo trabalhos em relação a apropriação da escrita alfabética(1º ano) seja a partir de um trabalho de ortografia e textualização no 2º e 3º .

No entanto os resultados sugerem uma prática pautada em ensino da leitura e escrita de forma contextualizada somada as metas de cada ano dos ciclos de alfabetização com apoio e propostos do município junto a secretaria de educação para investimento de formação e melhoria no ensino-aprendizagem dos ciclos de alfabetização. Observou-se que o senso de responsabilidade do professor pelos seus alunos seria um fator importante e determinante no processo de alfabetização e não apenas o método utilizado; o que indica que o fracasso escolar não estaria só ligado ao alunado no 1º ano, mas a escola que se mostrava e permanecia desses alunos.

As testagem eram utilizadas tanto para avaliar o desempenho dos alunos, como para a professora da turma, realizar o processo de reflexão de sua própria prática.

Um breve relato do programa de alfabetização certa PNAIC e outros abraçado pela secretaria de educação da Ilha de Itamaracá.

Uma analise preliminar do pacto nacional pela alfabetização da idade certa, um programa do MEC, que se configura como um compromisso entre o governo federal, estadual e municipal, que pretende alfabetizar todas as crianças até os oitos anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental , instituído pela portaria nº 867 de 4 de julho de 2012.

Sobre o pacto nacional é preciso registrar que é destinado a formação de professores alfabetizadores de classe multisseriadas. Esta formação consiste um encontro de estudo e atividades praticas conduzidas pelos professores da rede publica de ensino. O

referido programa governamental tem duração presente de dois anos e tem como principal referencia o programa Pro-Letramento.

O Pro-Letramento é um programa governamental, implementado em 2005, apresentada a distancia e em um serviço de professores das séries iniciais do ensino fundamental, que atuam na rede publica de ensino, com o objetivo de favorecer a melhoria do desempenho escolar de alunos nas áreas de leitura/escrita e matemática. O programa é realizado pelo ministério da educação básica e da secretaria de educação a distancia, em parceria com universidades que integram a de nacional de formação continuada e com a coesão das secretarias estadual e municipais de educação mediante ao Plano de Ações Articuladas (PAR) (Brasil, 2007).

A referida analise visa trazer para discursão referentes as políticas educacionais no Brasil este programa com parte da política educacional consolidada na década de 2000, no que se refere a sua provável repercussão na formação de professores da educação básica vista como estratégicas para a melhoria dos resultados educacionais nas avaliações nacionais.

Para a análise do Pacto nacional no contexto atual da educação brasileira se recorre a autores como: Afonso (2012), Freitas (2012), Santos (2008), Scheibe (2010), Freitas (2012). Assim como há documentos e marcos regulamentários relacionados ao referido programa governamental como: Manual do Pacto pela alfabetização na idade certa: o Brasil do futuro com o começo que ele merece, a Portaria nº 867 de 4 de julho de 2012, que institui o pacto, a Portaria nº 1.458 de 14 de dezembro de 2012, que define categoria para a concessão de bolsa de estudo e pesquisa e a Medida Provisória nº 586 de 8 de novembro de 2012 que dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da união aos federados dentre outros.

Em um primeiro momento será traçado um perfil do Pacto Nacional em seguida este programa governamental será analisando no contexto da política de formação docente, e por ultimo será apresentado considerações conclusivas. Esta constitui uma primeira analise referente ao pacto nacional pela alfabetização na idade certa, implementação durante o governo Dilma Rouseff (2010 atualidade), somando a outros programas governamentais voltados para formação de docente em vista da melhoria dos resultados educacionais que pretende motivar outros discursos no campo das políticas educacionais.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Esta pesquisa teve por objetivo geral **Analisar** os métodos utilizadas pelos professores para alfabetizar os alunos nos primeiros anos de escolaridade do ensino fundamental das escolas publicas da ilha de Itamaracá . Seguindo dos específicos que foram:

a) Identificar métodos utilizados pelos professores para alfabetizar nos primeiros anos de escolaridades do aluno;

b) Descrever as principais dificuldades encontradas pelos professores em alfabetizar os alunos que inicia sua escolaridade na escola publica da ilha de Itamaracá. – PE – BRASIL.

c) Verificar o processo de alfabetização dos alunos e seu desempenho na leitura e escrita nas series iniciais do ensino fundamental e os recursos utilizados pelos professores para facilitar o ensino aprendizagem dos mesmo.

d) Analisar os recursos utilizados pelos professores para alfabetizar os alunos nas series iniciais.

No primeiro objetivo específico, pois possível verificar que os professores ainda esta muito ligados ao ensino tradicional das cartilhas sem renovação , nem mudanças ou busca de novos métodos para alfabetizar . **Em relação ao segundo objetivo específico** foi possível verificar que os professores estão muito ociosos por falta de material apropriado para facilitar o processo de alfabetização dos alunos matriculados nas series citadas. **No terceiro objetivo específico** verificamos que os alunos ainda encontra-se com muita dificuldade na leitura e na escrita por falta de recurso disponibilizado para os professores para facilitar o ensino aprendizagem dos mesmo. **E no quarto e ultimo objetivo específico** observamos que os recursos utilizados pelos professores não são atraentes para os alunos, pois não desperta a curiosidade para aprender ou buscar novos conhecimentos.

De acordo com o objetivo geral que é analisar os métodos utilizados pelos professores para alfabetizar os alunos nos primeiros anos de escolaridade do ensino fundamental das escolas publica da ilha de Itamaracá, verificamos que os métodos utilizados não dão apropriação de alfabetização aos alunos matriculados nas series iniciais

por falta de recursos investimento e materiais didáticos para que se ocorra o processo de aprendizagem dos mesmo .

Mediante o problema da pesquisa que salienta quais seriam os métodos pedagógicos utilizados pelos professores para alfabetizar influenciando os alunos que inicia seus primeiros anos de escolaridade do ensino fundamental das escolas públicas da Ilha de Itamaracá? Foi possível verificar que o ensino –aprendizagem das series iniciais passar por um grande processo de organização de currículo para atender a necessidade atual dos alunos que inicia a serie por falta de instrumento adequado para alfabetizar , interesse do mesmo e participação da família.

Compreendendo as concepções de alfabetização construída pelos professores da Ilha de Itamaracá que atua com professores alfabetizadores dos anos iniciais do ensino fundamental a partir de suas praticas discursivas. Assumindo que as concepções de alfabetização e letramento dos professores alfabetizadores são construções que se dão nas relações interpessoais, medida pela escrita e leitura. Esta dissertação busca, no discurso de professores dos anos iniciais do ensino fundamental, os sentidos atribuídos à alfabetização e letramento. Para tal, este estudo fundamenta-se teoricamente na concepção de linguagem como construtora da consciência e espaço de interrelações sociais, tendo como a porte teórica principais os estudos desenvolvidos por Bakhtin (2004) sobre a filosofia da linguagem e por Ley Seminovich Vygotsky sobre a psicologia de base social. Além desses teóricos, constituem-se com interlocutores, autores que abordam especificamente sobre a alfabetização.

A leitura e a escrita com Soares, Kleiman, Mortatt, Cagliari entre outros. A perspectiva histórico-cultural orientou os procedimentos da pesquisa e as análises desenvolvidas sobre o material empírico produzido dos questionários cujo os sujeitos foram vinte professores que atuam em três escolas da rede municipal da Ilha de Itamaracá. E trinta alunos que estão inseridos nas series iniciais. A partir das análises, foi possível constatar a influencia dos programas de alfabetização implementada no município e do discurso pedagógico hoje dominante no campo da alfabetização que prevalecia a realização de praticas sociais de leitura e escrita. Mesmo embora a realização do um trabalho pedagógico dever-a ser sempre inovador, o que prevalece e o desenvolvimento de um trabalho voltado para o aperfeiçoamento e fundamentalmente ao processo do domínio do sistema alfabético da leitura e escrita.

Portanto chegamos a conclusão de que seria necessário, então investigar a concepção de letramento dos professores alfabetizadores, os responsáveis pelo ensino da

língua escrita nas salas de alfabetização. Pois se os professores apropriar-se do verdadeiro papel do educador na função de alfabetizador.

No decorrer da pesquisa, percebemos que a compreensão dos professores em relação ao processo de alfabetização e letramento só poderia ser alcançado caso considerássemos suas concepções de linguagem e uma visão política voltada para as crianças que estão inseridas nos três primeiros anos de escolaridade. Os discursos dos professores mostraram que estes pareciam não atinar para o equilíbrio do papel do que é ser um verdadeiro professor alfabetizador. O aluno por sua vez muitos não tinha apropriação da leitura e da escrita pois os mesmo era testado por meio de proposta de linguagem com repetição, memorização, portanto um ensino artificial e mecânico da língua em detrimento da sua natureza social. Para um ensino de língua em que a linguagem seria “construída” pelo aluno.

Das vezes emergidos dos enunciados dos professores, os outros interlocutores que se destacam foram o livro didático foi abordado pelos professores com o instrumento que os conteúdos dos livros não condiz com a realidade do aluno, onde reforça a condição de pobreza, inclusive cultural da população infantil, dado a precariedade de seus conteúdos. A superficialidade com que os conteúdos são apresentados não contribuem para instigar os alunos a uma reflexão, uma análise do mundo em que vivem; não é capaz de desenvolver sua consciência crítica a respeito da sua própria condição, de com se produz a sua existência ,como se produz a sua condição social.

No entanto podemos dizer que parte dos professores, da pesquisa apoiam-se em uma proposta meio ultrapassada e muitos não apropriam-se do modelo construtivista. Porem, estes diálogos guardavam uma concepção na tradicional voltada para uma pedagogia tecnicista, também recebe influencia dessa formação.

Portanto não podemos deixar de destacar que o letramento, ao ser amplamente propagado nos últimos anos, trouxe uma contribuição para se pensar o processo de alfabetização da língua escrita pelos alunos. Seus pressupostos remetem nos a pensar em algumas questões que nos parecem ser anteriores a inserção da denominação “letramento” para compor o processo de alfabetização. E como esta pesquisa mostrou, conhecer a constituição dos professores alfabetizadores e o que eles faz sentido como linguagem é um caminho para revermos nossas concepções e nossas praticas alfabetizadoras.

Pensamos que esse é um chamado a responsabilidade do professor alfabetizador sob outro prisma (não do compromisso social, como forma de assumir a meia culpa pelo que fica distante do esperado em matéria de ensino e aprendizagem da língua materna). O

professor na sua concepção de linguagem, de alfabetização e de ensino da criança, que vai constituir o ensino aprendido de outras gerações. Em outras palavras o professor tem o compromisso de no seu pensar autoritário, no que lhe compete no ensino da linguagem, compreender e rever suas posturas afim de contribuir para que seus alunos tenha um ensino de qualidade e eficiência para o ingresso nos próximos anos de escolaridade alfabetizado

Os discursos dos professores mostraram que o que estes pareciam não atinar era para o desequilíbrio colocado entre o seu papel e o papel do aluno na relação de ensino. A própria linguagem escrita, objeto específico da alfabetização, carecia de espaço para ser discutida, pois, transitava-se de uma proposta de ensino em que a linguagem era entendida como repetição, memorização – portanto, um ensino artificial e mecânico da língua em detrimento da sua natureza social –, para um ensino de língua em que a linguagem escrita seria “construída” pelo aluno.

No entanto, como nossa investigação mostrou, os professores sentiram falta de um modelo claro de condução do processo, como estavam acostumados a ter. Dessa maneira, o Construtivismo não fez muito sentido para eles, o que pode ser medido pela “resistência” por eles revelada. Afinal, eles estavam vivendo num período histórico que permitia que resistissem de um modo mais aberto àquilo que não acreditavam ou *que não viam sentido*.

Neste mesmo momento de transição entre certezas e incertezas, sem saber exatamente como fazer, que o Ciclo Básico se instalou, tirando dos professores alfabetizadores outras poucas certezas, e sua autonomia: a de saber se um aluno estava apto ou não para ser aprovado. E percebemos que, pelos mesmos (ou talvez semelhantes) motivos, o processo volta a se repetir com a instauração do ensino fundamental de nove anos. Embora não tenha perdido a autonomia para reprovar, aprovar, o professor perdeu os critérios que acreditava estarem bem estruturados em seu fazer, para cada aluno alcançar na primeira série escolar obrigatória.

Entretanto, acreditamos que o professor, para atender à nova legislação do ensino fundamental, volta a perder-se no processo pelo fato de que não ter para si uma concepção clara de linguagem e de ensino de língua, amparadas teoricamente, que *atenda às necessidades de aprendizado da criança*.

Nessa cultura, há ações que os professores praticam que lhes são ‘especialmente’ permitidas, justamente pela especificidade que têm de ensinar crianças a ler e a escrever; iniciá-las no mundo escolarizado e sistematizado da escrita. Ações e comportamentos que

se justificam como esforço e empenho para que essa criança penetre naquele mundo escolarizado, para se apropriar daqueles saberes específicos. Isso foi o que concluímos das enunciações dos professores, as que nos possibilitaram compreender que, na condição de alfabetizadores, eles poderiam se utilizar de certas estratégias, as quais outros podem entender apenas como chantagem; aplicação de métodos tradicionais de ensino e reveladores de uma concepção mecânica de linguagem. Mas, para eles, os alfabetizadores, são meios de favorecer e motivar o aprendizado do aluno, ou talvez, mais que isso, cumprir com um compromisso tácito assumido socialmente, que é o de manter aquela criança na escola. Segundo essa cultura, percebemos que eles, pelo fato de serem professores alfabetizadores, e de crianças, podem condenar certo tipo de escrita social que afronta a “inapelável” força da gramática e da língua padrão. Esses professores, para cumprir bem cumprida a sua tarefa de ensinar, mesmo contra todas as evidências da diversidade cultural, social, econômica e, inclusive, linguística, precisam ensinar, defender, “conservar” a forma valorizada socialmente não só na escrita, mas também na fala.

Esse tipo de abordagem reforçou outras posições, que entendem o material didático como descartável e que o professor é quem precisa dosar seu trabalho por ele, pois *não dá para ficar só nele!* No entanto, o livro didático mostrou-se, ao lado da Revista Nova Escola, como o principal coadjuvante do processo de ensino do professor. E não é só o livro didático da série que é utilizado, o que poderia ser compreendido como uma obrigatoriedade, uma vez que a escola adota esses manuais para o ensino em cada série; pelo contrário, a referência dos professores também foi em relação a livros de outras séries, de anos anteriores ou de outras editoras.

Podemos dizer que parte dos professores, nossos Outros da pesquisa, formou –se profissional docente naquela concepção proposta por Pilotto, e outra parte formou –sena proposta construtivista. Porém, estes, no diálogo com seus formadores que, muitas vezes, guardavam uma concepção mais tradicional de educação, numa pedagogia tecnicista, também receberam influência dessa formação. Aqueles, os formados na perspectiva pilottiana, continuaram sua formação e também dialogaram com as novas perspectivas construtivistas.

Nesta perspectiva, ao mesmo tempo em que ao longo do trabalho problematizamos se os métodos pedagógicos utilizados pelos professores para alfabetizar influenciam os alunos que inicia seus primeiros anos de escolaridade do ensino fundamental das escolas públicas da Ilha de Itamaracá, buscamos investigar entre outras

concepções a de alfabetização e letramento juntamente com as dificuldades encontradas pelos professores no processo de alfabetização. A partir do momento que buscamos resultados da pesquisa, podemos apontar algumas recomendações para produzir uma melhoria na qualidade de ensino-aprendizagem dos as alunos desta rede de ensino.

As recomendações da pesquisa são:

- No sentido de que classes de aceleração, para serem uma alternativa pedagógica diferenciada, devem buscar substituir a pedagogia da repetência pela pedagogia do sucesso.

- Atenuar para o planejamento pedagógico que não fuja a realidade do aluno ,pois isso pode deixa-lo sem interesse.

- Organizar os conteúdos programado com o objetivo de uma interdisciplinalidade, pois com esses métodos complementar outras disciplinas do conhecimento do aluno.

- Buscar alternativa para facilitar a compreensão dos conteúdos para os alunos que ainda não estão alfabetizados.

- Aprimora-se dos conteúdos adquiridos nas formações que com certeza ira ajudar muito na sua rotina de trabalho em relação ao processo de alfabetizar os alunos que ainda se encontra nesse processo de conhecimento.

Nesse sentido, haverá uma melhoria no rendimento dos alunos e diminuição das dificuldades existentes em sala de aula, levantando, portanto, a autoestima do aluno para um processo de aprendizagem mais satisfatório.

A formação do professor e seu conhecimento educacional nesse processo de aprendizagem são essenciais para que se concretize sua função de educador. O futuro professor deve preparar-se para exercer as suas funções de avaliador, não estando despreparado para enfrentar seus problemas diários em seu trabalho pedagógico (Moreira, 1994).

Portanto diante desta investigação podemos atestar que o processo de alfabetização e letramento e métodos pedagógicos utilizados pelos professores das escolas publicas do município da Ilha de Itamaracá ainda esta muito longe da eficiência para um processo de alfabetização, principalmente no que diz respeito ao ensino aprendizagem da leitura e da escrita nos três primeiros anos de escolaridade dos alunos desta rede de ensino .No entanto os professores e gestores educacionais vem lutando pata mudar essa realidade com os investimento nos cursos de formação continuada para minimizar esta deficiência do contexto alfabetização.

REFERÊNCIAS

Afonso A.J. (2012). *Avaliação educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporânea*. 4. ed. São Paulo: Cortez.

Antunes W.A. (2009). *Lendo e formando leitores: orientações para o trabalho com a literatura infantil*. 2. ed. São Paulo: Global.

Bakhtin M. (2004). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec.

Batista A.A.G. (2003). Um problema de Método?: *In: UFMG. Ciclo inicial de alfabetização*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais.

Bogdan R, Biklen S (1994). *Investigação qualitativa em Educação: fundamentos, métodos e técnicas*. *In: _____; _____ (Org). Investigação qualitativa em educação. Portugal: Porto*.

Brandão, A.C.P. Leal TF (2010). Alfabetizar e letrar na Educação Infantil: o que isso significa? *In: Brandão ACP, Rosa ECS. Ler e escrever na educação infantil: discutindo práticas pedagógicas*. Belo Horizonte: Autêntica.

Brasil (1990). *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm>. Acesso em: 19 set. 2016.

_____ (1996). *Lei nº 9.364, de 20 de dezembro de 1996*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 21 set. 2016.

_____ (2012). Ministério da Educação. *Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012*. Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/2016/Portarias/PORTARIA_N_867_DE_4_DE_JULHO_DE_2012.pdf>. Acesso em 14 set. 2016.

_____ (2010a). Ministério da Educação. *Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf>. Acesso em: 15 set. 2016.

_____ (2010b). Ministério da Educação. *Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010*. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf>. Acesso em: 19 set. 2016.

_____ (2012a). *Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: planejamento e organização da rotina na alfabetização ano 3: unidade 2*. Ministério da Educação.

_____ (1997). *Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa*. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2016.

_____ (2007). *Plano de ações articuladas*. Ministério da educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/par>>. Acesso em: 3 out. 2016.

Cagliari L.C. (2010). *Alfabetização e linguística*. São Paulo: Scipione.

Cardoso B. (2012). *Prática de linguagem oral e escrita na educação infantil*. São Paulo: Anzol.

Carvalho M. (2009). *Alfabetizar e letrar: um diálogo entre a teoria e a prática*. 6. ed. Petrópolis: Vozes.

Chartier, A.M., Hebrard J (2001). *Método silábico e método global: alguns esclarecimentos históricos*. História da educação. Pelotas, v.10:141-154.

Férias Tur (2016). *Prefeitura municipal de Itamaracá*. Disponível em: <http://www.ferias.tur.br/fotogr/135127/prefeituramunicipaldailhadeitamaraca-pe-fotosergio_falcetti/itamaraca/>. Acesso em: 26 out. 2016.

Ferreiro E. (2012). *Reflexões sobre alfabetização*. São Paulo: Cortez.

_____, Teberosky A (2010). *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Franchi E.P. (2012). *Pedagogia do alfabetizar letrando: da oralidade à escrita*. 9. ed. São Paulo: Cortez.

Freire P. (2005). *Pedagogia do oprimido*. 44. ed. São Paulo: Paz e Terra.

_____, Macedo D (1990). *Alfabetização: leitura das palavras, leitura do mundo*. Rio de Janeiro; Paz e Terra.

Freitas L.C. (2012). Os reformadores empresariais da educação da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. *Soc & Educ*. Campinas. 33(119). Disponível em: <http://www.scielo.br//sciELO.php?script=sci_arttex&pid=S010173302012000200004&ing.pt>. Acesso em 20 set. 2016.

Friedmann A. (1996). *Brincar: crescer e aprender - o resgate do jogo infantil*. São Paulo: Moderna.

Hoffman J. (2012). *Um olhar sensível e reflexivo sobre a criança*. Porto Alegre: Mediação.

Kato M.A. (2001). *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*. 7. ed. São Paulo: Ática.

Kleiman A. (2004). *Oficina de leitura: teoria e prática*. 10. ed. Campinas: Pontes.

Kramer S. (2007). *O papel social da educação infantil*. Disponível em: <<http://dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/revista7-mat8.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2016.

Lemle M. (2001). *Guia teórico do alfabetizador*. 5. ed. São Paulo: Ática.

Libanio M, Rios Z (2009). *Da escola para casa: alfabetização*. Belo Horizonte: Ministério da Educação.

Lira B.C. (2013). *Alfabetizar letrando: uma experiência na pastoral da criança*. 2. ed. São Paulo: Paulinas.

_____ (2010). *Leitura e recontextualização: o discurso multicultural*. São Paulo: Paulinas.

_____ (2012). *Linguagem e ensino: realidades que se inter cruzam*. São Paulo: Paulinas.

Maia J. (2011). *Literatura na formação de leitores e professores*. São Paulo: Paulinas.

Marcushi L.A. (2001). *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez.

Mello S.A. (2012). Letramento e alfabetização na Educação Infantil, ou melhor, formação da atitude leitora e produtora de textos nas crianças pequenas. *In: Vaz AF, Momm CM. Educação infantil e sociedade: questões contemporâneas*. Nova Petrópolis: Nova Harmonia.

Minayo M.C.S. (2001). Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. *In: _____ (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 18. ed. Petrópolis: Vozes.

Morais, A. (2009). *Ortografia: ensinar e aprender*. São Paulo: Ática.

Morais, A.G, Albuquerque EBC, Leal TF (2005). *Alfabetização: apropriação do sistema de escrita alfabética*. Belo Horizonte: Autêntica.

Mortatti M.R.L. (2000). *Cartilha de alfabetização e cultura escolar: um pacto secular*. Cadernos Cedes. São Paulo. 20(52). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-3262200000300004>. Acesso em: 2 out. 2016.

Moss P (2011). Qual o futuro da relação entre educação infantil e ensino obrigatório? *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo. 41(142). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742011000100008>. Acesso em: 22 out. 2016.

Neves V.F.A, Gouvêa MCS, Castanheira ML (2011). A passagem da educação infantil para o ensino fundamental: tensões contemporâneas. *Educação e Pesquisa*. São Paulo. 37(1:121-140). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v37n1/v37n1a08.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2016.

NunesT, Buarque L, Bryant P (2011). *Dificuldades na aprendizagem da leitura: teoria e prática*. São Paulo: Cortez.

Oliveira C.H, Queiroz CM. **Leitura em sala de aula: a formação de leitores proficientes** (2009). Webartigos, maio. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/leitura-em-sala-de-aula-a-formacao-de-leitores-proficientes/18067/>>. Acesso em: 17 out. 2016.

Oliveira JB.A. Avaliação em alfabetização (2005). *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*. Rio de Janeiro. 13(48). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362005000300007>. Acesso em: 10 out. 2016.

Oliveira R.A.J. Concepções e Práticas escolares de leitura (2008). *Revista E-Curriculum*. São Paulo. 3(2) Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/viewFile/3205/2127>>. Acesso em: 26 set. 2016.

Piaget J. (1998). A evolução social e a pedagogia nova. *In: Parrat S, Tryphon A (Org.). Sobre a pedagogia: textos inéditos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Piaget J. (1974). *Aprendizagem e conhecimento*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos.

_____ (1977). *O julgamento moral na criança*. São Paulo: Mestre Jou.

Pimenta SG (2011). *Pedagogia, ciência da educação*. São Paulo. Cortez.

Pino M.A., Vieira JS, Hypolito ÁM (2009). Controle e intensificação do trabalho docente: câmeras, novo gerencialismo e práticas de governo. *In: Fidalgo F, Oliveira MAM (Org.). A intensificação do trabalho docente: tecnologias e produtividade*. Campinas: Papirus.

Roazzi A, Leal, TF, Carvalho MR (1996). *A questão do método no ensino da leitura e da escrita*. Teresina: APECH / UFPI.

Russo M.F. (2012). *Alfabetização: um processo em construção*. São Paulo: Saraiva.

Santos C.F. (2007). O Ensino da Língua escrita na escola: dos tipos de gêneros textuais. *In: _____, Mendonça M, Cavalcante MCB. (Org.). Diversidade textual: os gêneros na sala de aula*. Belo Horizonte: Autêntica.

Santos S.N.G. (2012). *A exposição oral nos anos iniciais do ensino fundamental*. São Paulo.

Santos T.F.A.M. (2008). *Conversas impertinentes sobre a gestão na educação*. 22. ed. Belém: EDUFPA.

Saviani D (2010). Sistema nacional de educação articulado ao plano nacional de educação. *Revista Brasileira de Educação*. 15(44). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n44/v15n44a13.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2016.

Scheibe L (2010). Valorização e formação dos professores para educação básica: questões desafiadoras para um novo Plano Nacional de educação. *Educação e Sociedade*. 31(112).

Silvano E.A. (2011). *Família e escola*.

Smith F. (1989). *Compreendendo a leitura: uma análise psicolinguística da leitura e do aprender a ler*. Porto Alegre: Artmed.

Soares M. (2011). *Letramento: um tema em três gêneros*. 5. ed. Belo Horizonte: Autentica.

Solé I (1998). *Estratégias de leitura*. Porto Alegre: Artmed.

Souza R.J, Feba BLT (2011). *Leitura na escola: reflexões propostas na perspectiva do letramento*. São Paulo: Mercados de letras.

Teberosky A, Colomer T (2007). *Aprender a ler e a escrever: uma proposta construtiva*. Porto Alegre: Artmed.

Tfouni L.V. (1995). *Escrita, alfabetização e letramento*. São Paulo: Cortez.

Titone R (1963). *L'insegnamento delle materie linguistiche e artistiche*. Zurich: Pas Verlag.

Vigotski LS (2010). *Formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes.

_____ (1993). *Pensamento e linguagem*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes.

Weisz T. (1998). As contribuições da psicogênese da língua escrita e algumas reflexões sobre a prática educativa de alfabetização. *In: Estado de São Paulo. Ciclo básico em jornada único: uma nova concepção de trabalho pedagógico*. São Paulo: Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

Zilberman R, Silva ET (1990). *Literatura e pedagogia: ponto e contraponto*. Porto Alegre: Mercado Aberto.

APÊNDICES

Anexo 1. TABULAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: UM OLHAR DIFERENCIADO NAS SERIES INICIAS DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DA ILHA DE ITAMARACÁ – PERNAMBUCO

Foram Tabulados 18 questionários na obtenção dos resultados apresentados na dissertação.

Nome pesquisador: Célia Cavalcante do Nascimento Silva

QUESTÕES E OPÇÕES DE RESPOSTA	Respostas	
Questionário do Professor	Sim	Por que
1- Seu planejamento está de acordo com os conteúdos da vivência dos alunos. <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Por que _____		
	Não	Por que
2- Como professor alfabetizador é importante alfabetizar nos primeiros anos de escolaridade? Sim () Não () Por que _____	Sim	Por que
	Não	Por que
2- Em sua opinião é importante alfabetizar com os métodos tradicionais? Sim () Não () Por que _____	Sim	Por que
	Não	Por que
4-A coordenação dá suporte para que o projeto de alfabetização dos alunos das series iniciais tenha êxito? Sim () Não () Por que _____	Sim	Por que
	Não	Por que

<p>5- Você utiliza todos os instrumentos de avaliação em sala de aula?</p> <p>Sim ()</p> <p>Não ()</p> <p>Por que _____</p>	Sim	Por que
	Não	Por que
<p>6-Você tem encontrado dificuldade para realizar o seu trabalho em sala de aula?</p> <p>Sim ()</p> <p>Não ()</p> <p>Por _____ que</p>	Sim	Por que
	Não	Por que
<p>7- Quando percebe que seu aluno está com alguma dificuldade, você o ajuda individualmente?</p> <p>Sim ()</p> <p>Não ()</p> <p>Por que _____</p>	Sim	Por que
	Não	Por que
<p>8- Existe dificuldades para alfabetizar alunos nos três primeiros anos de escolaridade no ensino fundamental?</p> <p>Sim ()</p> <p>Não ()</p> <p>Por que _____</p>	Sim	Por que
	Não	Por que
<p>9-Os alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem, você recebi apoio para trabalhar com eles?</p> <p>Sim ()</p> <p>Não ()</p> <p>Por _____ que</p>	Sim	Por que
	Não	Por que

<p>10- A escola adota alguma proposta de alfabetização?</p> <p>Sim ()</p> <p>Não ()</p> <p>Por que _____</p>	Sim	Por que
		-
	Não	Por que
<p>11-Na sua opinião a criança alfabetizada é aquela que apresenta habilidade na leitura e escrita?</p> <p>Sim ()</p> <p>Não ()</p> <p>Por _____ que</p>	Sim	Por que
	Não	Por que
<p>12- Você concorda com a proposta de alfabetização adotada pelo município?</p> <p>Sim ()</p> <p>Não ()</p> <p>Por que _____</p>	Sim	Por que
	Não	Por que
<p>13- Na sua opinião , a família influencia no ensino aprendido dos alunos?</p> <p>Sim ()</p> <p>Não ()</p> <p>Por que _____</p>	Sim	Por que
	Não	Por que
<p>14-- Você concorda que o aluno que chega ao terceiro ano do ensino fundamental sem estar alfabetizado, a falha estar no processo de promoção automática por ser ciclo?</p> <p>Sim ()</p> <p>Não ()</p> <p>Por que _____</p>	Sim	Por que
	Não	Por que

<p>15-Você incentiva o hábito de leitura do seu aluno?</p> <p>Sim ()</p> <p>Não ()</p> <p>Por que _____</p>	Sim	Por que
	Não	Por que
<p>16- Você esta satisfeito com a sua pratica pedagógica?</p> <p>Sim ()</p> <p>Não ()</p> <p>Por que _____</p>	Sim	Por que
	Não	Por que
<p>17-Você elabora suas avaliações de acordo com as provas do SAEPE, e Provinha Brasil.</p> <p>() Sim</p> <p>() Não</p> <p>Por que _____</p>	Sim	Por que
	Não	Por que
<p>18-Você acredita que os métodos de alfabetização aumenta o interesse do aluno pelo leitura e escrita ?</p> <p>Sim ()</p> <p>Não ()</p> <p>Por _____ que</p>	Sim	Por que
	Não	Por que
<p>19 -Na sua opinião o aluno que chega ao 3º ano do ensino fundamental sem está alfabetizado é necesario volta todo conteúdo para alfabetiza-lo?</p> <p>Sim ()</p> <p>Não ()</p> <p>Por _____ que</p>	Sim	Por que
	Não	Por que
<p>20- Você aproveita bem os cursos de formação alfabetizador que é realizado pela secretaria de educação no município que atual?</p> <p>Sim ()</p> <p>Não ()</p> <p>Por que _____</p>	Sim	Por que
	Não	Por que

**PACTO NACIONAL
PELA ALFABETIZAÇÃO
NA IDADE CERTA**

CADERNO

1

**Currículo na perspectiva da inclusão
e da diversidade: as Diretrizes
Curriculares Nacionais da Educação Básica
e o Ciclo de Alfabetização**

Pacto Nacional pela ALFABETIZAÇÃO na Idade Certa



FORMAÇÃO DO PROFESSOR ALFABETIZADOR
CADERNO DE APRESENTAÇÃO

CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu _____ diretora da escola _____ autorizo a mestrande Célia Cavalcante do Nascimento Silva realizar a aplicação de questionário com as professoras do 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental desta escola.

Estou ciente de que os dados produzidos através do questionário serão utilizados como elementos de análise para a dissertação da referida mestrande, assim como poderão ser utilizados em futuros trabalhos acadêmicos.

Diretora